



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA OUVIDORIA ESPECIALIZADA EM AÇÕES
AFIRMATIVAS**

**Período de referência:
Janeiro a Julho de 2023**

Juiz de Fora
Dezembro – 2023

Sumário

1) Introdução	3
2) Caracterização das manifestações.....	3
2.1 Número total de manifestações recebidas, atendidas e pendentes.	3
2.2 Quantitativo de manifestações recebidas por mês	4
2.3 Quantitativo por tipo de manifestação	5
2.4 Quantitativo por tipo de acesso	5
2.5 Categoria do manifestante	6
2.6 Categoria do demandado	7
2.7 Unidades demandadas.....	7
2.8 Unidade do demandante	8
2.9 Sexo do manifestante e demandado	9
2.10 Principais assuntos	11
3) Denúncias de cotas da graduação	12
4) Comparativo com os semestres anteriores	12
5) Outras atividades desenvolvidas pela Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas	12
6) Recomendações e Considerações Finais	13
ANEXO A	15

1) Introdução

O presente relatório tem o objetivo de apresentar informações sobre as atividades da Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas (UFJF) relativas ao primeiro semestre do ano de 2023 (janeiro a junho), em conformidade com a Resolução 11/2019 do Conselho Superior, que aprova o Regimento Interno deste Órgão.

A Ouvidoria Especializada, em 2023, cresceu em tamanho e importância no cenário institucional. Como será melhor demonstrado adiante, houve um crescimento exponencial do número de manifestações.

Antes de adentrar à análise a que se destina o presente relatório, é oportuno esclarecer a nomenclatura adotada pela CGU, pela Lei nº 13.460/2017 e Decreto nº 9.492/2018, que é, naturalmente, adotada pela Ouvidoria e será reproduzida neste relatório: manifestação é qualquer pronunciamento do usuário, e pode ser classificada em 07 tipos: denúncia, reclamação, elogio, solicitação, sugestão, simplifique e acesso à informação.

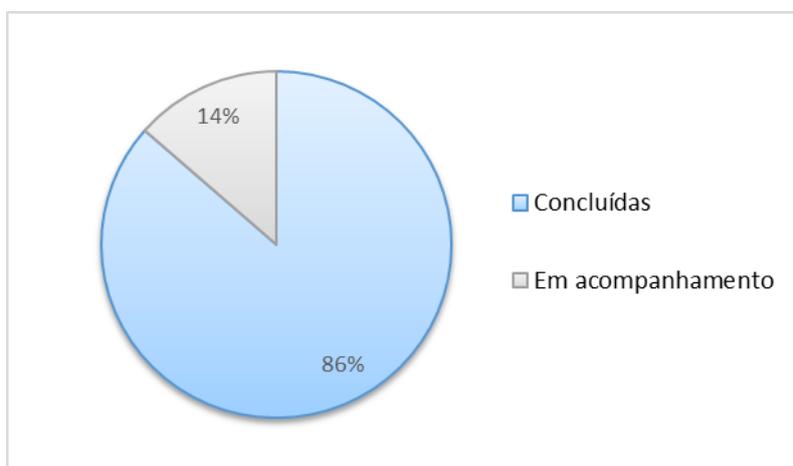
O Fala-BR permite, ainda, que reclamações e denúncias sejam realizadas de forma anônima, sendo que tais manifestações passam a ser classificadas como “comunicação”.

Feita esta breve apresentação, serão demonstrados adiante os indicadores obtidos a partir da catalogação das manifestações recebidas no primeiro semestre de 2023, os quais serão representados graficamente, de modo a facilitar a análise pelo leitor.

2) Caracterização das manifestações

2.1 Número total de manifestações recebidas, atendidas e pendentes.

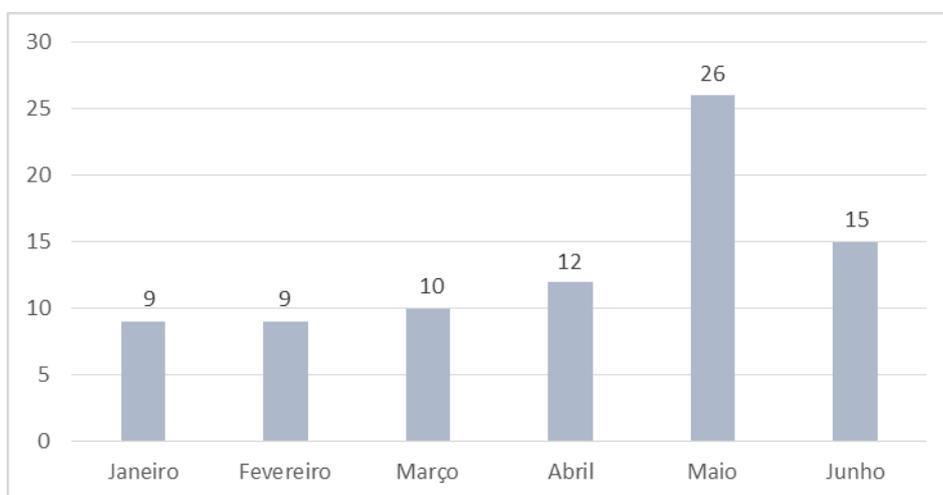
No primeiro semestre de 2023 foram recebidas 81 manifestações na Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas. Destas, 86% (70/81) foram concluídas e 14% (11/80) continuam sob acompanhamento.



As manifestações em acompanhamento são aquelas dotadas de maior complexidade, e demandam maior tempo para receberem tratamento e resposta institucional. Muitas, inclusive, podem, originar procedimentos correccionais e dependem também dos encaminhamentos e da agilidade da Autoridade Instauradora competente do Processo Administrativo Disciplinar. A Ouvidoria Especializada acompanha todos os casos até o desfecho final, procurando manter o interessado atualizado sobre os andamentos.

Outro elemento importante a ser pontuado é a morosidade da condução dos processos, que são encaminhados para Comissão de Ética da UFJF. Além disso, houve também suspensão temporária dos trabalhos da Comissão no período de março à outubro de 2023.

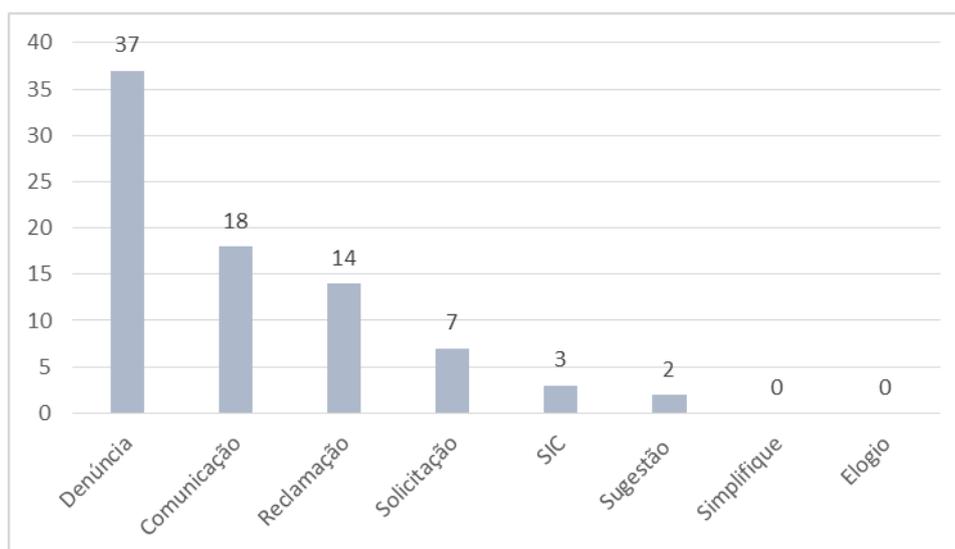
2.2 Quantitativo de manifestações recebidas por mês



Como pôde ser observado, a variação mais expressiva no número de manifestações recebidas ocorreu no mês de maio.

Parte deste aumento pode ser creditado a dois grupos de denúncias que envolviam os mesmos fatos e/ou pessoas: houve 04 denúncias – protocoladas por 04 denunciante diferentes - contra a mesma pessoa, em virtude de assédio moral. Houve também 05 denúncias de conduta racista sobre o mesmo fato.

2.3 Quantitativo por tipo de manifestação



Para melhor compreensão do leitor, esclareceremos, sucintamente, que as manifestações são classificadas da seguinte forma:

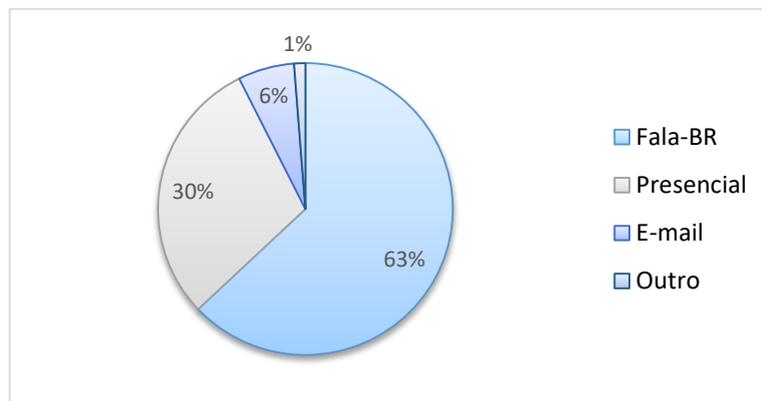
- Acesso à Informação: pedido de acesso a informações públicas produzidas ou custodiadas pelo poder público;
- Denúncia: informa a prática de irregularidade ou de ilícito
- Elogio: demonstração de reconhecimento ou satisfação sobre o serviço público oferecido ou o atendimento recebido.
- Reclamação: demonstração de insatisfação relativa à prestação de serviço público e à conduta de agentes públicos na prestação serviço.
- Simplifique: proposta de solução para simplificação da prestação de determinado serviço público.
- Solicitação: pedido de adoção de providências por parte dos órgãos e das entidades da administração pública federal.
- Sugestão: proposta de melhoria de atendimento de serviços públicos prestados por órgãos e entidades da administração pública federal.
- Comunicação: é a denúncia registrada de forma anônima.

Assim como ocorreu no segundo semestre de 2022, no primeiro semestre de 2023 as manifestações do tipo “denúncia” apareceram em primeiro lugar, como o tipo mais recebido pela Ouvidoria Especializada, seguida dos tipos “comunicação” e “reclamação”.

2.4 Quantitativo por tipo de acesso

O tipo de acesso também seguiu a tendência do semestre anterior, sendo a plataforma

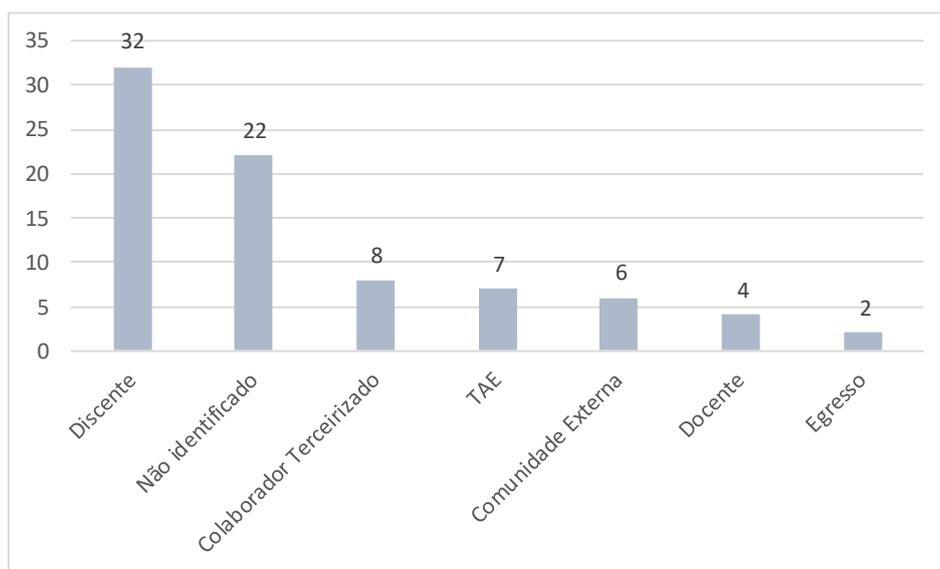
Fala-BR o meio mais procurado pelos usuários. A plataforma Fala-BR foi utilizada em 63%, seguida de 30% de manifestantes que acessaram a Ouvidoria de forma presencial.



Cabe registrar, que a Ouvidoria Especializada tem realizado um trabalho de conscientização para que os demandantes utilizem a Plataforma Fala.Br e/ou concedam autorização – quando o acesso ocorre presencialmente – para que a manifestação possa ser cadastrada no Fala.Br. A categoria “outro” corresponde a manifestação que são direcionadas à Ouvidoria Especializada pelo SEI ou por outra Ouvidoria Federal.

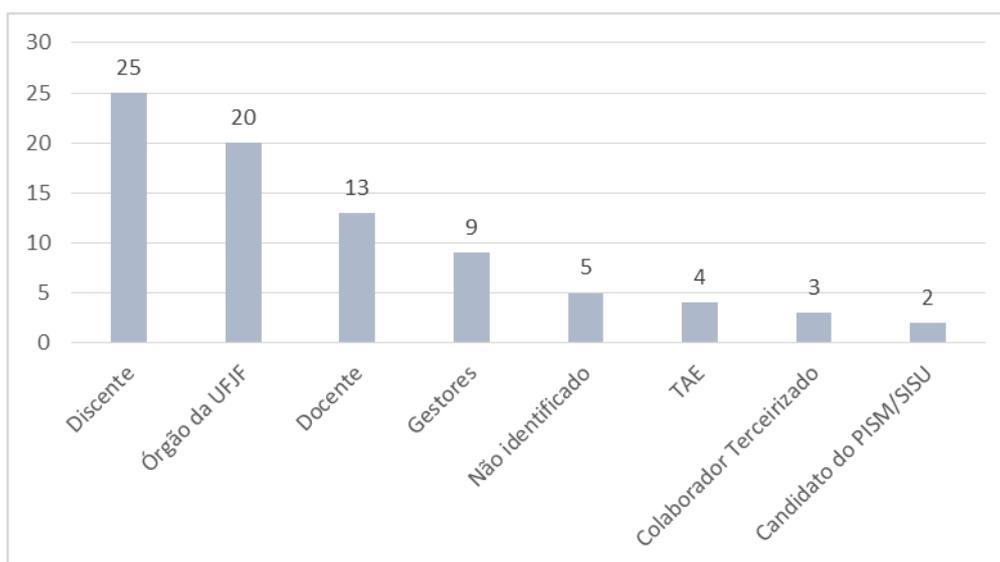
2.5 Categoria do manifestante

Os discentes sobressaíram como a categoria que mais demandou a Ouvidoria Especializada. Eles trouxeram, principalmente, assuntos como acessibilidade, conduta racista, assédio sexual e moral. Os casos que constam como “não identificado” correspondem as manifestações registradas como comunicação.



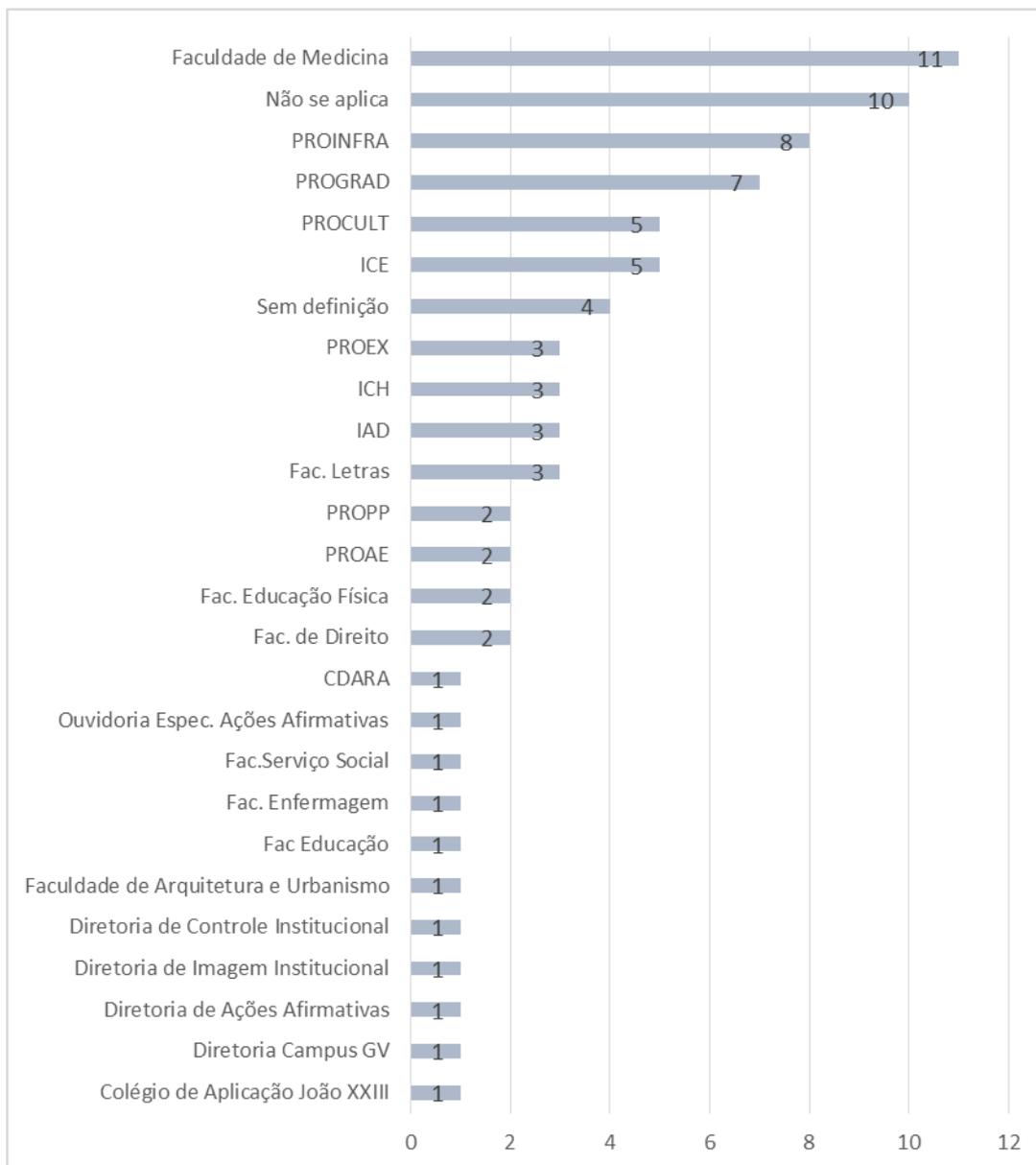
2.6 Categoria do demandado

Observamos que tem sido frequente a figura do corpo discente como demandado nas manifestações e em situações cada vez mais sensíveis, como por exemplo, assédio, discriminação e situações que envolvem agressão verbal ou ameaça de agressão física. O panorama apresentado aponta para a necessidade premente da criação de um código de ética e convivência discente, que estabeleça direitos e deveres, no âmbito administrativo disciplinar, especificando infrações passíveis de sanção, primando pela adequada convivência, bem como instituindo garantias e sanções quanto ao processo disciplinar discente.



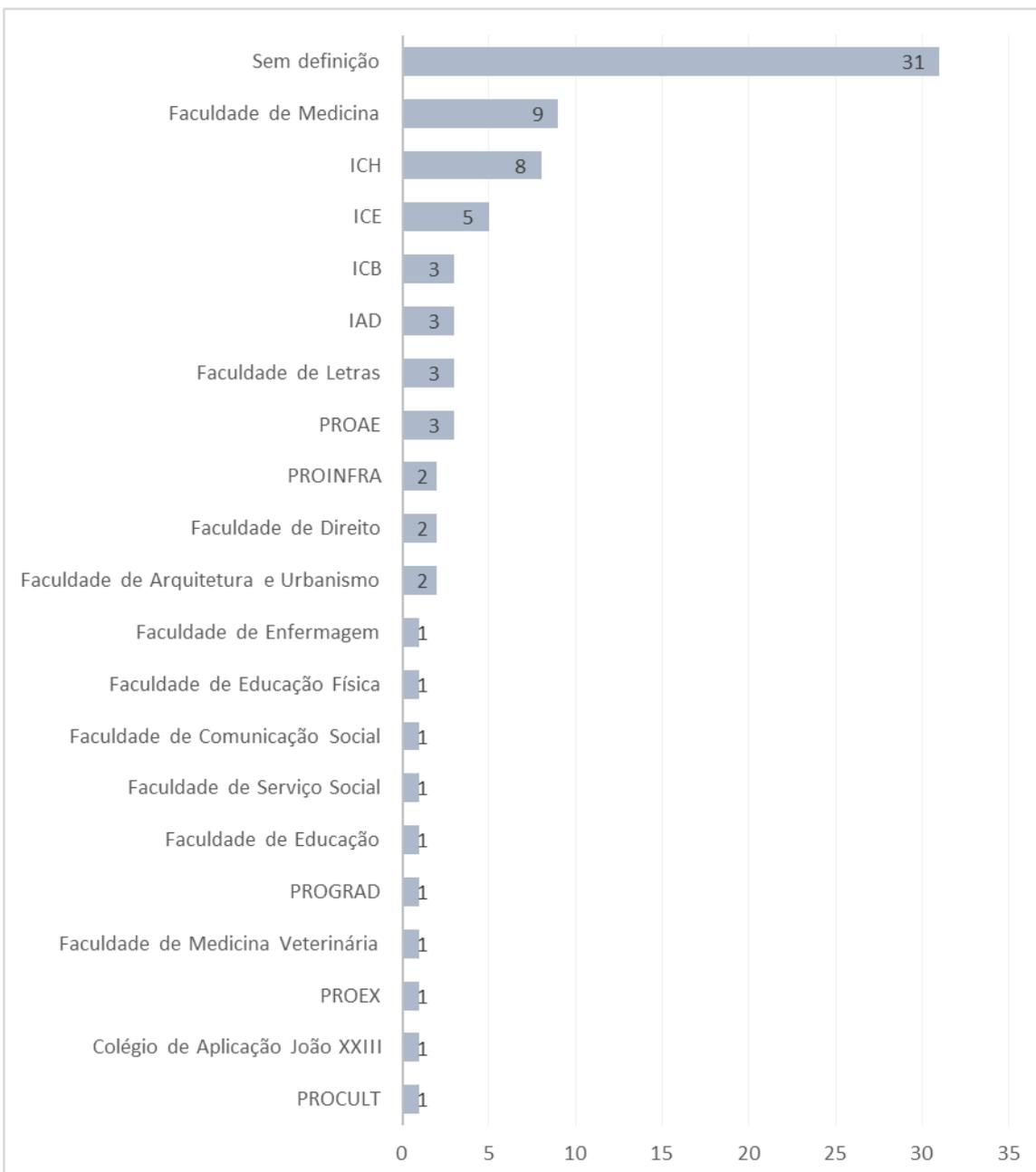
2.7 Unidades demandadas

O gráfico abaixo demonstra a quantidade de vezes em que cada unidade acadêmica ou administrativa foi apontada como demandada. Trata-se de um indicador importante para o planejamento e direcionamento de ações institucionais, que permitam tratar o cerne dos problemas, bem como desenvolver ações preventivas.



2.8 Unidade do demandante

Abaixo encontram-se listadas as unidades de lotação dos demandantes. Há um grande número de manifestações nas quais não foi possível identificar a unidade do demandante, gerando a classificação “sem definição”. Parte da ausência deste dado deve-se ao grande número de manifestações anônimas que a Ouvidoria Especializada recebeu.

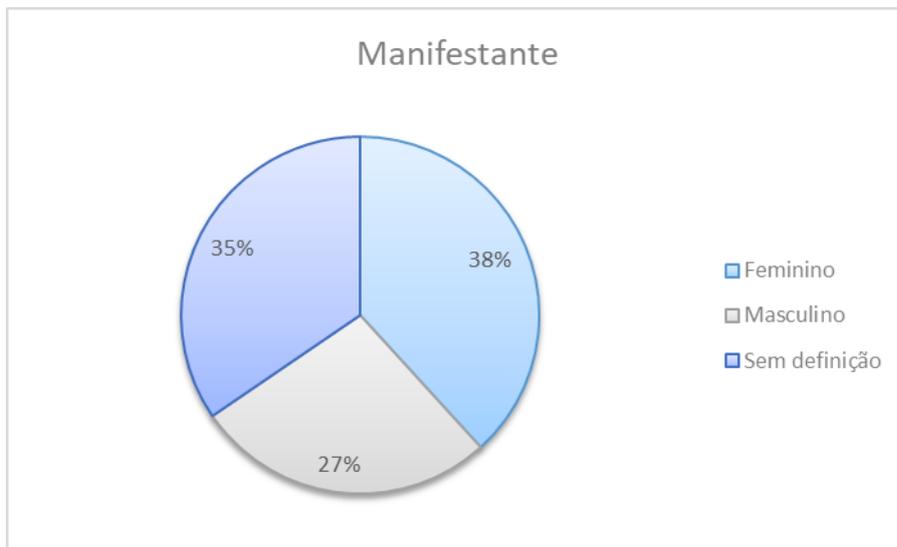


2.9 Sexo do manifestante e demandado

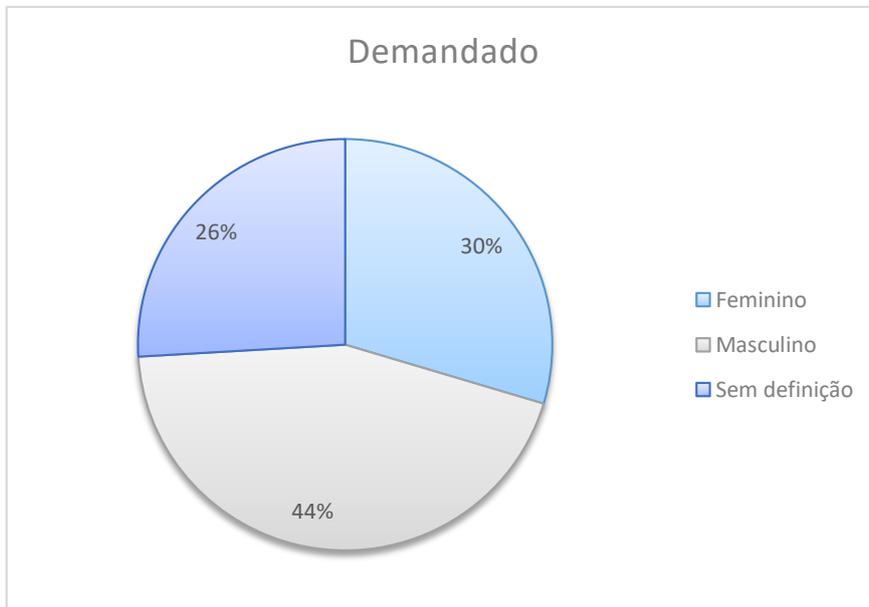
Antes de entrar na apresentação dos dados, cabe reportar que esta Ouvidoria compreende a importância de trabalhar com a variável gênero, entendendo este como uma construção social e que rompe com paradigmas biologicistas e com o sistema binário. Contudo, o Fala.Br ainda não incorporou a conceito de gênero almejado no campo das ações afirmativas. Nesse sentido, estamos reunindo esforços para alimentar um instrumento próprio desta Ouvidoria. Considerando que os dados coletados são relacionados ao sexo e não ao gênero, optamos pelo uso, neste momento, da variável sexo.

Em parte das manifestações não foi possível obter o dado “sexo do manifestante”, situação representada abaixo pelo termo “sem definição”. Um grande número de comunicações

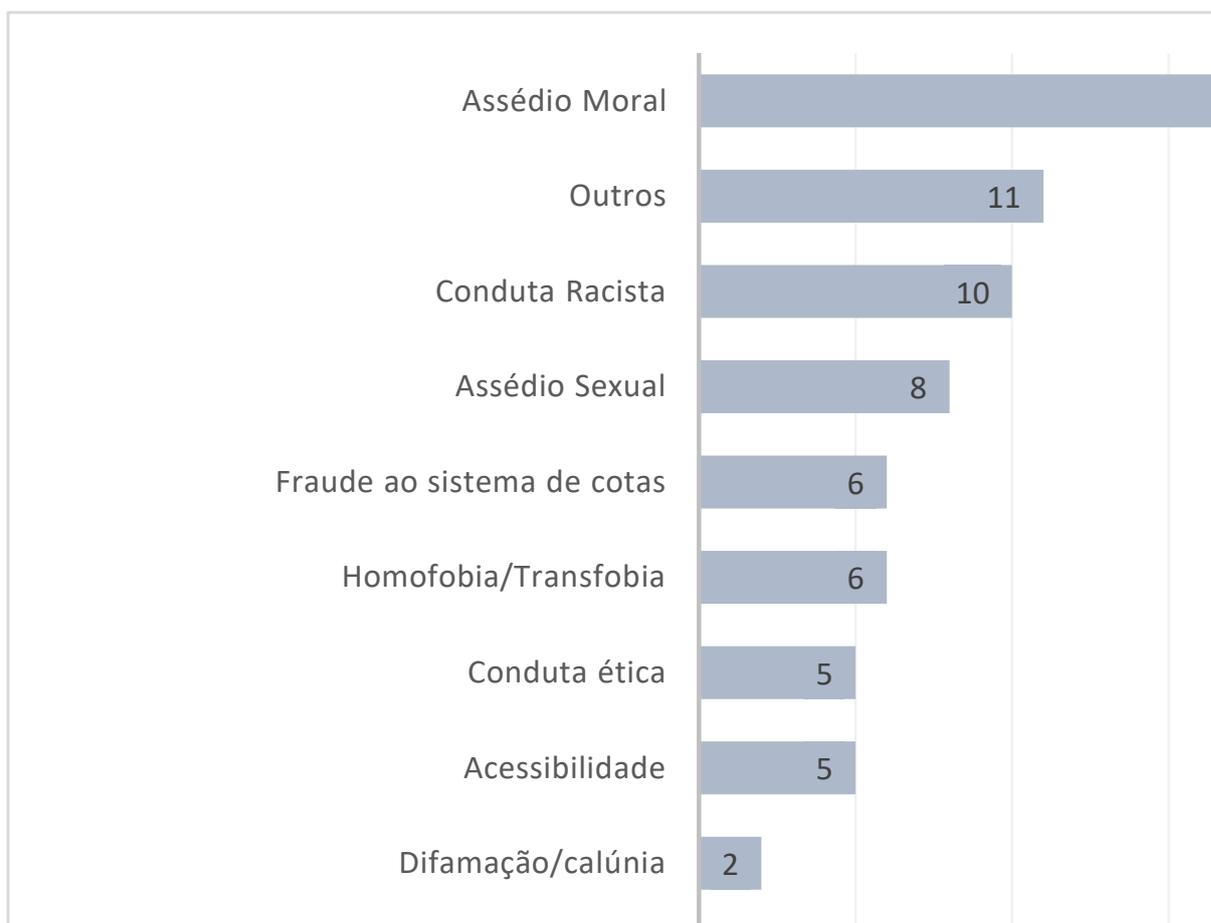
explica a maior parte da ausência deste dado.



Quanto ao demandado, há outra explicação para a ausência do dado "sexo": são manifestações cujo demandado é algum órgão da instituição, e não uma pessoa. São casos por exemplo, envolvendo acessibilidade. Assim, a categoria "sem definição" engloba os casos em que não foi possível a verificação, acrescido daqueles que não se aplica tal definição.



2.10 Principais assuntos



O assédio moral representou um número considerável de manifestações, aparecendo em 24 delas, envolvendo um número total de 15 demandados diferentes. Ou seja: diferentes manifestantes denunciaram a mesma pessoa, mas ainda assim é possível constatar um alto número de demandados.

Diante desse panorama é importante apresentar 2 elementos de análise:

- I. A recorrência do assédio moral demonstra a necessidade de ações educativas e preventivas quanto à situação.
- II. Por outro lado, ao passo em que a Ouvidoria Especializada se consolida como espaço legítimo para essas denúncias, aumenta o número de pessoas encorajadas para a apresentação das denúncias.

A conduta racista, por sua vez, aparece em 10 manifestações e como o segundo assunto mais recorrente, revelando o racismo estrutural e institucional existentes. Em seguida, as denúncias sobre violações de cotas surgem como o terceiro assunto mais recorrente, figurando em 06 manifestações.

3) Denúncias de cotas da graduação

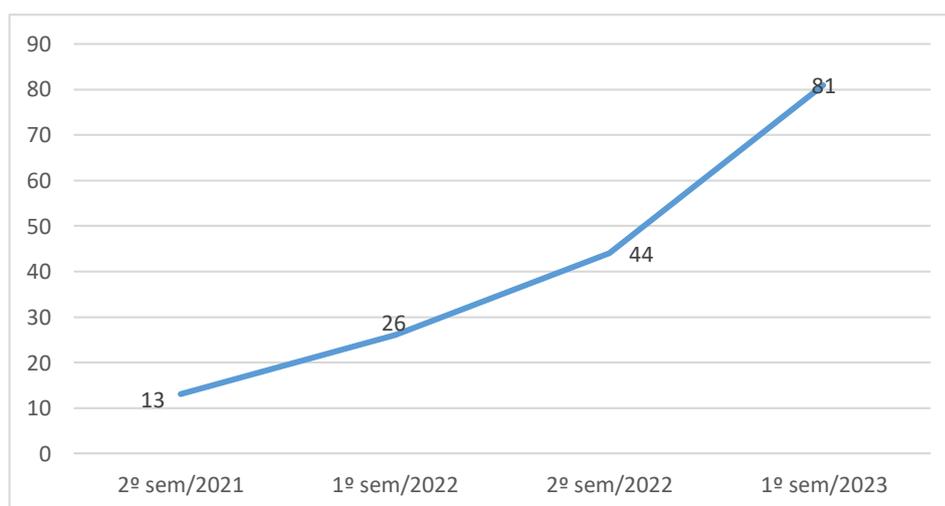
No 1º semestre de 2023 foram protocoladas 06 manifestações relacionadas a supostas fraudes ao sistema de cotas, envolvendo ingressantes dos cursos de Direito (1), Medicina (3), Odontologia (1) e Engenharia Civil (1).

Destas, 05 denúncias foram improcedentes e uma continua sob análise da PROAE, por se tratar de questionamento relacionado à renda do discente.

Dentre as denúncias improcedentes, houve uma particularidade: uma das discentes denunciadas já teve sua matrícula cancelada pela UFJF, após investigação, mas houve determinação judicial para reintegração da aluna.

4) Comparativo com os semestres anteriores

Como é possível aferir no gráfico abaixo, neste semestre a Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas teve um aumento exponencial no número de manifestações:



Parte deste crescimento deve-se à criação, no âmbito da universidade, do “Grupo de Trabalho de enfrentamento ao assédio moral e sexual”, a partir do qual houve a indicação para que todas as denúncias de assédio moral e/ou sexual e importunação sexual sejam canalizados para a Ouvidoria Especializada. Outro fator que tem contribuído para o aumento do número de manifestações e aproximação do setor com o cidadão é o trabalho que vem sendo desenvolvido junto com a Diretoria de Imagem Institucional para divulgação do papel da Ouvidoria e formas de acesso.

5) Outras atividades desenvolvidas pela Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas

Além do recebimento, tratamento e acompanhamento das manifestações, a Ouvidoria de Ações Especializadas realizou também as seguintes atividades:

- Realização de reuniões com alguns dos setores demandados para a resolução das manifestações;
- Solicitação de pareceres e orientações junto à Diretoria de Integridade e Controle Institucional e à Procuradoria Federal;
- Participação em eventos e reuniões realizados pela Controladoria-Geral da União (CGU) e Escola Nacional de Administração Pública para o aperfeiçoamento do trabalho realizado;
- Participação no Comitê Técnico de Saúde da População Negra de Juiz de Fora (que acontecem em formato presencial desde julho de 2021);
- Participação no Grupo de Trabalho de enfrentamento ao assédio moral e sexual na UFJF.
- Participação em eventos - como seminários e rodas de conversa - como o objetivo de conscientizar e orientar os indivíduos com relação à promoção de um ambiente acadêmico inclusivo, respeitoso e democrático;
- Atuação conjunta com a Diretoria de Imagem Institucional no desenvolvimento de campanhas educativas (Anexo A).

6) Recomendações e Considerações Finais

As ações afirmativas têm avançado na Universidade Federal de Juiz de Fora. A democratização do acesso ao possibilitar a entrada de novos sujeitos, traz também em seu bojo novas narrativas, subjetividades e tensionamentos, que em uma escala maior impõe também um novo olhar e um processo constante de transformação do espaço acadêmico.

Os dados apresentados evidenciam a necessidade do trabalho educativo contínuo em torno de temas como igualdade de gênero, racismo, assédio, discriminação, capacitismo, lgbtfofia e outros. Para além das ações de educação é indispensável a criação de programas e políticas que abarquem esses grupos, respeitando as singularidades dos sujeitos e suas necessidades.

Os atos normativos instituídos pela Diretoria de Controle Institucional no primeiro semestre de 2023 (link: https://www2.ufjf.br/control_e_institucional/atos-normativos/), contribuíram para o aprimoramento dos mecanismos de recebimento e apuração das irregularidades e denúncias pelas autoridades competentes. Conseqüentemente, o processo de trabalho da Ouvidoria Especializada foi aperfeiçoado, garantindo maior transparência e resolutividade. Nessa esteira, recomendamos que sejam instituídas também normativas que estabeleçam fluxos institucionais e prazos no âmbito da Comissão de Ética e que esses sejam amplamente divulgados para a comunidade acadêmica.

Reiteramos ainda recomendações emitidas em relatórios anteriores:

- Adequação do espaço físico a ser utilizado pela Ouvidoria Especializada, com o intuito de garantir a acessibilidade, o acolhimento, a confidencialidade e o sigilo das informações.
- Ajustamento da força de trabalho por meio de alocação de servidor no setor.
- Institucionalização de um Código de Ética e Convivência Discente.
- Avaliação da inserção da Ouvidoria na composição do Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC).
- Desenvolvimento de uma política de saúde mental voltada para os discentes.
- Ações voltadas para o Campus de Governador Valadares, que permitam captar as demandas locais, possivelmente subnotificadas.

ANEXO A



AÇÕES

AFIRMATIVAS



Relatório do primeiro
semestre de 2023 do site da
UFJF

Janeiro 2023

Junho 2023

JANEIRO

10 DE JANEIRO DE 2023

Aluno com paralisia cerebral defende trabalho de conclusão de curso



A Faculdade de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) sediou na manhã desta terça-feira, dia 10, a defesa do trabalho de conclusão de curso de graduação, intitulado “Uma análise do Canal Economia Inclusiva no Instagram”, de Thiago da Costa. O estudante entra para a história da unidade acadêmica como o primeiro aluno com paralisia cerebral a completar essa etapa de formação.

A atividade mobilizou e emocionou, além de quase uma dezena de familiares do graduando, professores, técnico-administrativos em educação (TAEs), discentes, integrantes e ex-integrantes do Núcleo de Apoio à Inclusão da UFJF. Todos e todas foram testemunhar o enriquecimento promovido pela presença, na Universidade, de representantes dos grupos historicamente excluídos do espaço acadêmico, dentre os quais as pessoas com deficiência (PCDs).

Com uma trajetória repleta de desafios e superação, Thiago da Costa, 34 anos, evidencia como a chegada de outros perfis à UFJF produz deslocamentos, novas compreensões e problematizações. “Agradeço aos professores e professoras pela formação ampla e humana que recebi. O meu desejo é que também possamos ter mais disciplinas que abordem a inclusão”, pontuou.

Ainda conforme o discente, “o termo inclusão na literatura significa ato de incluir, integrar e permitir totalmente o acesso de quaisquer lugares para as pessoas diferentes. Já a equidade consiste em buscar a igualdade através de um senso de justiça que procure ajustar as políticas existentes à situação concreta”.

Costa também destacou a importância do acompanhamento promovido pelo NAI, entre os anos de 2018 e 2022, em especial, pelo também discente do curso de Ciências Econômicas, André Sobrinho.

“Inclusão é direito”

Para elaboração de sua monografia, Costa foi orientado pela professora **Laura Schiavon** e coorientado pelo doutorando **João Erick Alexandre Barbosa Costa**. Na pesquisa “Uma análise do canal Economia Inclusiva no Instagram”, é apresentado um diagnóstico das preferências dos seguidores desse perfil com relação aos conteúdos. Criado pelo próprio graduando no ano de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o canal investe em publicações que tratam de temas variados, abordando, especialmente, a diversidade e os assuntos da conjuntura econômica.



Conforme a professora e orientadora Laura Schiavon, “Thiago é um aluno com grau de interesse ímpar, muito além da média. Ele tem paixão pelo conhecimento, pela Economia e muito comprometimento”. A avaliação é compartilhada pelo também docente da Faculdade de Economia e integrante da banca de avaliação do trabalho acadêmico, **Alexandre Zanini**. “A defesa do Thiago representa um momento histórico para a Faculdade de Economia. O trabalho tem objetivo muito bem definido, tem princípio, meio e fim. Está muito bem referenciado academicamente e, além disso, é pioneiro. Thiago nos mostra que há poucos estudos sobre a inclusão na Economia.” Zanini acrescenta a importância do suporte ofertado pelo Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) da UFJF para a trajetória acadêmica dos alunos com deficiência. “O NAI é um ponto de inflexão dentro da Universidade, por todo o suporte a esse processo de inclusão. Thiago foi meu aluno em duas disciplinas, quando ainda não existia o Núcleo. Ele nos ensinou muito. A presença dele mexeu com cada um dos professores, nos desafiou a refletir sobre a capacidade de ensinar para todo mundo.”

De acordo com a professora da Faculdade de Educação (Faced) e uma das fundadoras do NAI/UFJF, **Mylene Santiago**, que também esteve presente na atividade, muitas vezes o maior desafio está em convencer a todos que a inclusão é um direito, não é uma caridade. “Seguimos firmes nesse propósito. Como escreveu Eduardo Galeano, *a utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.*”

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/01/10/faculdade-de-economia-sedia-primeira-defesa-de-graduando-com-paralisia-cerebral/>

13 DE JANEIRO DE 2023

NuGea realiza 2ª edição do curso “Se Liga nas Cotas!”



O Núcleo de Geografia, Espaço e Ação (NuGea) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) recebe, a partir da próxima segunda-feira, dia 16, inscrições para a segunda edição do curso “Se Liga nas Cotas!”. A atividade extensionista é direcionada aos professores e gestores da rede básica de Juiz de Fora e região, interessados em aprofundar a discussão sobre a política de ações afirmativas.

As aulas serão ofertadas de modo integralmente remoto e síncrono [ao vivo], a cada último sábado do mês, no período de 25 de março a 8 de julho. A participação é gratuita e confere certificado, emitido pela Pró-Reitoria de Extensão da UFJF. “A proposta é pensar a política de ações afirmativas no bojo do debate sobre o racismo e a construção de uma educação antirracista”, explica a professora do Departamento de Geociências da UFJF e coordenadora do projeto, **Clarice Cassab**.

As inscrições devem ser realizadas, até o dia 1º de março, por meio de **formulário eletrônico**. As atividades do curso serão organizadas em cinco módulos com os seguintes temas: “Por que falarmos sobre cotas?”, “Desigualdades e acesso à educação no Brasil”, “Educação antirracista”, “Políticas de ações afirmativas como direito” e “A política de ações afirmativas na UFJF”. Também serão disponibilizados aos participantes materiais didáticos, como cartilhas, animações, *podcasts* e artigos, que possam ser trabalhados nas escolas.

A intenção é ampliar e aprofundar o debate acerca da relevância das ações afirmativas para o ingresso de alunos oriundos de escolas públicas no ensino superior público. “Entendemos que o curso pode colaborar para que docentes e gestores da rede básica se tornem multiplicadores dessas informações, contribuindo, assim, para ampliar e enraizar o entendimento da imprescindibilidade da política de cotas na sociedade brasileira”, destaca Clarice.

2ª Edição



Esta será a segunda edição do curso de extensão “Se Liga nas Cotas!”, organizado pelo NuGea. A primeira experiência foi realizada em 2022, quando a equipe também fez visitas às escolas públicas da rede básica de Juiz de Fora. “A equipe do projeto percebeu essa necessidade. Então, um curso que era inicialmente de formação, direcionado apenas aos docentes, se desdobrou no ‘Se Liga nas Cotas vai às Escolas’, para fazer esse debate com os estudantes, buscando mostrar o que é a política de ações afirmativas e tirar algumas dúvidas em torno dessa questão”, conta a coordenadora.

Clarice ressalta que a segunda edição do curso demonstra a importância da realização desse debate nas escolas. “Não basta a política apenas. É preciso que o conhecimento a respeito da política chegue até aqueles sujeitos aos quais a política se direciona, ou seja, os jovens, em sua maioria negros, que estão nas escolas públicas.” Ainda conforme a docente, é fundamental que esses estudantes também vejam a Universidade como um horizonte possível de vida. “O projeto traz em grande medida esse objetivo. Tem também essa dimensão política de alcançar esses sujeitos prioritários para serem atendidos pelas cotas.”

A primeira edição do “Se Liga nas Cotas!” teve uma resposta positiva de professores e gestores da rede básica de educação. Não só no sentido de promover um entendimento de como funciona a política de ação afirmativa, como também no debate sobre os temas que atravessam as cotas.

“Por exemplo, a dimensão de como as cotas operam numa perspectiva de reparação histórica, no entendimento da estruturação desigual da nossa sociedade que dificulta e limita o acesso, especialmente da população negra, à universidade, e o quanto, portanto, é preciso desconstruir, no cotidiano da escola, alguns dos mitos que vão atravessar esse debate, tais como os mitos da meritocracia, do vitimismo ou mesmo a ideia de que os alunos ingressantes por cotas teriam um desempenho menor ou menos adequado quando comparados aos demais alunos”, conclui Clarice. <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/01/13/nugea-realiza-a-2a-edicao-do-curso-se-liga-nas-cotas/>

27 DE JANEIRO DE 2023

Visibilidade à população trans para garantir direitos



No próximo domingo, 29 de janeiro, é celebrado o Dia Nacional da Visibilidade Trans. A origem da data está no ano de 2004, quando foi lançada a campanha “Travesti e Respeito”, com a participação do Ministério da Saúde. Na ocasião, um grupo de ativistas lançou a ação no Congresso Nacional, em Brasília.

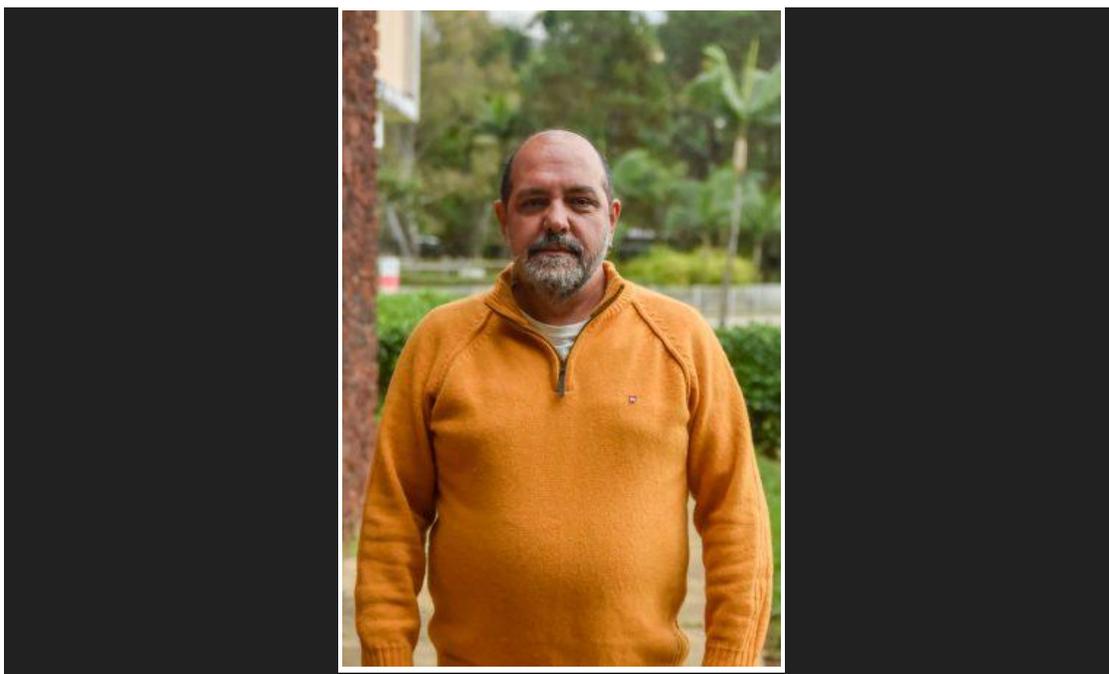
Desde então, a data é um marco da luta de pessoas transgêneras e travestis, pessoas que se identificam com o gênero oposto ao designado ao nascimento. Uma luta que é por direitos, contra a violência, o preconceito e a invisibilidade no país que lidera as estatísticas de assassinatos de pessoas trans no mundo.

De acordo com o **relatório anual** da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), 131 pessoas trans foram assassinadas no Brasil em 2022. A maioria das vítimas tem entre 18 e 29 anos e são transfemininas (travestis e mulheres trans). Nos casos em que foi possível identificar a identidade racial da vítima, a maioria era formada por mulheres trans e travestis negras (pretas e pardas).

O dossiê traz dados do observatório **Trans Murder Monitoring (TMM)**, organizado pelo projeto de pesquisa Transrespect versus Transphobia Worldwide (TvT), da organização Transgender Europe (TGEU). O **mapa** que contabiliza os dados coletados desde 2008 mostra que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo – foram 1.741 homicídios desde então. De todos os assassinatos de pessoas trans em todo o mundo catalogados pela TGEU entre 2008 e setembro de 2022, 37,5% foram no Brasil.

Por ocasião do Dia da Visibilidade Trans, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) abre espaço para reafirmar a existência de pessoas trans em nossa comunidade acadêmica e para os projetos de extensão voltados a essa população e seus familiares, abertos à população de Juiz de Fora e região.

Promoção da cidadania e garantia de direitos



Preencher uma lacuna de políticas públicas voltadas à população LGBTQI+ em Juiz de Fora foi o que motivou a criação do programa de extensão **Centro de Referência de Promoção da Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer e Intersexos (CeR-LGBTQI+)** na UFJF.

O programa teve suas atividades iniciadas em agosto de 2019 e desde março do ano seguinte o programa de extensão da UFJF trabalha com diferentes eixos. O principal deles é a promoção de apoio psicossocial e jurídico a vítimas de violência, facilitação do acesso ao processo transsexualizador, além de contar com um trabalho informativo nas **redes sociais**, escolas e com a realização de seminários e eventos.

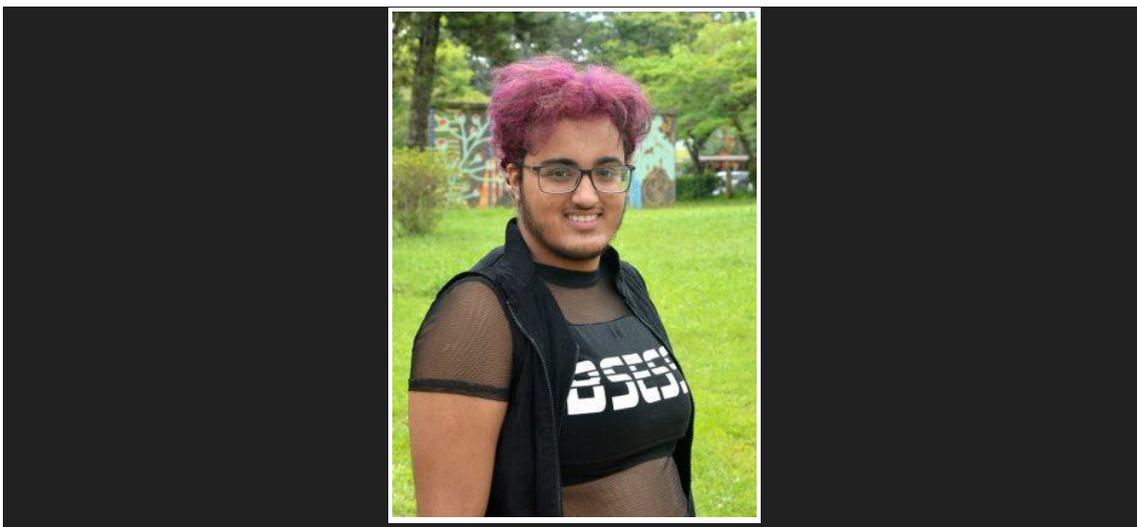
Segundo o coordenador do Centro de Referência e professor da Faculdade de Serviço Social, Marco José de Oliveira Duarte, a principal demanda diz respeito à violência. “Nós atuamos na garantia de direito, quando há uma denúncia de violência em casa ou violação de direito, acompanhamos o registro de ocorrência na delegacia. É preciso judicializar.”

Outro caso comum, segundo o coordenador, é a retificação civil, que é a mudança de nome e de gênero. “Com a entrada da criminalização da lgbtfobia na cena do Direito, nossa grande demanda é para garantir direito, respeito ao nome social, acesso ao serviço de saúde, ao processo transsexualizador, à medicação, etc. Afinal, saúde é direito, se a pessoa não tem acesso à saúde, é privação e violação de direito”, reflete.

Coordenadora do coletivo Força Trans, uma das entidades parceiras do CeR-LGBTQI+, com bolsa no programa de extensão, Sidney Aurum Monteiro, que também é estudante de Serviço Social, reitera que há um desconhecimento sobre os direitos das pessoas trans.

“Muitas vezes as pessoas não sabem que têm direito a determinadas coisas, às vezes nem o profissional sabe que existe um direito para aquela pessoa atendida”, afirma.

Sidney atua no acolhimento às pessoas que procuram o espaço. Depois desse primeiro contato, a pessoa é encaminhada aos parceiros da iniciativa, que funciona em conjunto com bolsistas, voluntárias e colaboradores que integram também a Faculdade de Direito e o curso de Psicologia.



“Para a formação profissional, eu acho muito importante. A faculdade, de uma forma geral, não prepara as pessoas para atender ao público LGBT. Eu vivi isso. A pessoa não saber a diferença entre nome social e nome de registro. A questão dos pronomes: que uma mulher trans precisa ser tratada no feminino”, relata Sidney, que se identifica como trans não-binária.

Durante a fase mais aguda da pandemia, o CeR-LGBTQI+ elaborou o **projeto TranSolidariedade**, em resposta à demanda de vulnerabilidade social imposta às travestis e mulheres trans trabalhadoras sexuais da cidade no período. Um grupo que ficou ainda mais vulnerável em tempos de Covid-19 e isolamento social. “Havia uma demanda grande por cesta básica, kit higiene, kit limpeza, máscaras, álcool gel. E nesse momento ainda não havia o auxílio emergencial. Demos orientação a elas para

buscarem o auxílio”, conta Marco Duarte sobre o projeto vigente entre março de 2020 e agosto de 2021.

Programa supre carência municipal existente há décadas

O CeR-LGBTQI+ foi uma das entidades que integraram o grupo de trabalho que elaborou a proposta do **Plano Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da População LGBTQIA+** em Juiz de Fora. O plano foi aprovado pelo **decreto municipal** nº 14.997, assinado pela prefeita Margarida Salomão. O município conta, ainda, com o Conselho Municipal de Promoção e Defesa dos Direitos da População LGBTQI, instituído em dezembro de 2022, pela lei nº 14.546.

O programa acaba suprimindo a uma demanda da Lei 9.791/2000, a chamada Lei Rosa, que determina a criação de um Centro de Referência do Município para a Defesa e Valorização da Auto-Estima e Capacitação Profissional do Cidadão Homossexual, bissexual e transgênero. “Agora falta um serviço municipal para atender a essa população. O que a gente demanda é cidadania”, afirma Marco Duarte.

‘Pessoas trans estão sendo expulsas da escola’

O CeR-LGBTQI+ também atua no auxílio à entrada de pessoas trans no mercado de trabalho. Por conta das dificuldades originadas pelo preconceito e a marginalização, estudar e entrar no mercado formal de trabalho não é tarefa fácil.

“O problema não começa com ‘pessoas trans não conseguem entrar na faculdade’, as pessoas não estão terminando o Ensino Médio. Muitas vezes não terminam nem o Fundamental. Essas pessoas estão sendo expulsas da escola antes de conseguirem seus diplomas. Só restam trabalhos informais e precarizados, em que, muitas vezes, estão sujeitas à extrema violência”, aponta Sidney Aurum Monteiro.

Essas dificuldades também são apontadas por outra fundadora do CeR-LGBTQI+, a militante de direitos humanos Dandara Felícia Silva Oliveira. Dandara é servidora técnico-administrativa da

Faculdade de Medicina, a primeira TAE travesti preta da história da universidade, além de socióloga e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.



“Há avanços, principalmente por conta da militância que tenta colocar cada vez mais as pessoas neste lugar, mas tem muito mais dificuldade para as pessoas conseguirem chegar à universidade. A escola é um lugar muito transfóbico. Nós somos poucas, a universidade tem uma das legislações mais avançadas na questão do uso do nome social, mas ainda assim, a gente vê a dificuldade de as pessoas conseguirem chegar a esse lugar. Nada acontece sem luta, o movimento social é o principal responsável pelos avanços no acesso a direitos”, afirma.

Além de voluntária no programa de extensão desde o início, onde atua na promoção e defesa dos direitos e cidadania da população LGBTQIA+, Dandara é coordenadora da [Associação de Travestis, Transgêneres e Transexuais de Juiz de Fora \(AstraJF\)](#), que tem origem na campanha TranSolidariedade, do CeR-LGBTQI+. Fundada em setembro de 2021, a AstraJF é uma instituição parceira do Centro de Referência.

“A gente ajuda órgãos que precisam do nosso apoio para dar formação a outras pessoas, dialogamos com os instrumentos públicos da cidade a fim de que possam nos ajudar a desenvolver políticas públicas para a população LGBTQIA+”, destaca.

O CeR-LGBTQI+ responde às demandas de pessoas que os procuram pela internet, pelo [Instagram](#), [YouTube](#) e no [blog](#). O e-mail é cer.lgbtqi@gmail.com. Familiares de pessoas trans também podem buscar pelo serviço. O projeto funciona presencialmente na Casa Helenira Rezende (Helenira Preta), da Faculdade de Serviço Social (antigo anexo da Casa Cultura da UFJF), onde atualmente é a Escola de Artes Pró-Música, na [Avenida Barão do Rio Branco, 3372](#). O telefone da Casa é (32) 2102-6310.

“Nada acontece sem luta, o movimento social é o principal responsável pelos avanços no acesso a direitos”

Dandara Felícia

O fim de semana será marcado por eventos em celebração ao Dia da Visibilidade Trans, com a organização do CeR-LGBTQI+, da AstraJF e do grupo Ballroom Kunt. No sábado, 28, a partir das 13h, haverá seminário sobre o Plano Municipal LGBTQIAP+. Os eventos se estendem durante a tarde, com exibição de filmes e debates. Já no domingo, 29, Dia da Visibilidade Trans, haverá a Marcha Trans, com concentração no Parque Halfeld, a partir das 10h. Às 12h, tem Feira LGBTQIA+ na Praça da Estação. No mesmo local acontece o evento cultural Trava Ball, com início às 14h. Saiba mais sobre a programação na página no [Instagram](#) do CeR-LGBTQI+.

Atendimento psicológico para pessoas trans e familiares

Outra iniciativa direcionada à população trans de Juiz de Fora e região é o projeto de extensão da UFJF [Falatrans](#), desenvolvido pelo Departamento de Psicologia em parceria com outras instituições, como a Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) e colaboradores externos. Existente desde setembro de 2018, oferece atendimento psicológico e psicanalítico gratuitamente.

“Enquanto a pessoa quiser e houver a necessidade, ela será atendida. São alunos de Psicologia que fazem os atendimentos. Temos estudantes e profissionais colaboradores”, afirma a professora do curso de Psicologia, Alinne Nogueira, coordenadora do Falatrans.



O projeto, segundo a docente, contribui para reforçar a rede de saúde mental de Juiz de Fora além de ser um espaço de escuta e fala para pessoas trans. Familiares das pessoas atendidas também podem ser acompanhados. “Há pessoas que sofrem violência social, discriminação, dificuldades no mercado de trabalho. A ideia é sempre fortalecer esse espaço de escuta e de fala. Também buscamos auxiliar no processo de transição, dando espaço para que cada um possa se descobrir nesse processo. E ter alguém com quem falar, que possa trabalhar suas questões, faz muita diferença”, acredita a coordenadora.

O Falatrans conta com uma equipe de mais de dez estudantes do curso de Psicologia. Além dos atendimentos, os discentes passam por um “aprimoramento teórico”, empreendendo leituras e participando de debates. “Acredito que é um momento ímpar na formação deles, com a experiência clínica e o aprimoramento teórico”, afirma Alinne Nogueira. Atualmente, uma média de cinquenta pessoas são atendidas, nas formas presencial e on-line. O período de atendimento não é pré-estabelecido pela coordenação.

O Falatrans realiza seus atendimentos no **Centro de Psicologia Aplicada (CPA)**, localizado no bloco do Instituto de Ciências Humanas. Para agendar uma sessão, é preciso entrar em contato com o CPA por telefone, deixar o nome e o contato. Posteriormente, um dos integrantes do projeto retornará a ligação, para agendar o início do atendimento. O telefone do CPA é (32) 2102-3121.

Acolhimento a homens trans com HIV



Existente desde 2016, o Semente é um projeto de extensão que atua no atendimento humanizado a homens transexuais, mulheres cisgênero heterossexuais, bissexuais e lésbicas que vivem com o vírus HIV. A iniciativa tem foco na realização dos exames de rastreamento de câncer de mama e câncer do colo do útero.

Segundo a coordenadora do projeto e professora da Faculdade de Enfermagem, Zuleyce Lessa, a população atendida pelo Semente vive uma situação de “invisibilidade” quanto à atenção primária à saúde. “Principalmente os homens transexuais e as mulheres lésbicas. Porque buscam menos atendimento por medo do preconceito”, afirma.

Profissionais e estudantes atuam junto aos pacientes, de forma acolhedora, como conta a coordenadora. “Nós aplicamos a Teoria Humanística da Enfermagem. E também com base em Paulo Freire, aplicamos um atendimento dialógico, com respeito à bagagem da pessoa”, relata Zuleyce.

Os atendimentos são realizados no Serviço de Assistência Especializada (SAE) em HIV/Aids, localizado na Avenida dos Andradas, 523, Centro. O telefone é (32) 3690-7054.

‘UFJF tem como princípio o respeito e a valorização da diversidade’

Na avaliação da pró-reitora de Extensão, Ana Livia Coimbra, a universidade como parte da sociedade, que é “diversa e plural”, deve se abrir para reconhecer essa diversidade também no campo do ensino, da pesquisa e da extensão.

“A UFJF tem como princípio importante o respeito e a valorização da diversidade. No campo da extensão, esse atendimento à comunidade LGBTQIA +, é fundamental porque é um espaço em que nossos estudantes colocam o conhecimento produzido pela universidade para o atendimento de demandas e reconhecimento de direitos. Isso oxigena a universidade, traz um espaço de solidariedade, respeito às diferenças e construção de políticas públicas”, destaca.

Para a pró-reitora, os projetos também são importantes em nível acadêmico, por terem caráter interdisciplinar – articulam diversas áreas do conhecimento para atender às demandas da comunidade.

“O reconhecimento dessa diversidade tem que se materializar em políticas públicas que atendam às pessoas que fazem parte dessa comunidade. Então eu penso que esses projetos cumprem um duplo eixo: atendimento à demanda de uma comunidade que precisa ser respeitada e, ao mesmo tempo, articula no nível da formação dos nossos estudantes e na formulação de políticas públicas para atender a esses segmentos”, finaliza.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/01/27/visibilidade-a-populacao-trans-para-garantir-direitos/> jj

FEVEREIRO

10 DE FEVEREIRO DE 2023

A ciência precisa delas!



Já são oito anos desde que a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, celebrado em 11 de fevereiro, com o objetivo de chamar a atenção para a desigualdade de gênero existente na ciência. A questão da equidade também é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas.

A discussão sobre a participação feminina nos ambientes acadêmicos e científicos não é nova, mas os números ainda são preocupantes: no Brasil, as mulheres ocupam apenas 3 de cada 10 posições em ciência, tecnologia, Engenharia e Matemática, segundo dados da Unesco. Até 2022, 60 mulheres ganharam o Prêmio Nobel (sendo que Marie Curie ganhou duas vezes, uma em Física e outra em Química), contra um total de 894 homens, o que representa apenas 6%.

Indagar o porquê das mulheres ainda não estarem em posição de igualdade em relação aos homens no meio científico é de extrema importância, mas do outro lado dessa moeda, também é preciso destacar o quanto a própria ciência perdeu ao longo de sua história com o predomínio masculino.

Na Grécia Antiga, por exemplo, inúmeros filósofos promoveram reflexões profundas – que ainda perduram na atualidade – sobre a vida, o universo, a morte, os elementos da natureza, a razão e a lógica. Mas esses pensadores tinham algo em comum: todos eram homens. Se as mulheres não tivessem sido excluídas nessa época, quais outras reflexões não teriam sido desveladas? O que a humanidade não deve ter perdido por essa perspectiva estritamente masculina?

Em paralelo, há também as mulheres que efetivamente participaram ou foram até mesmo protagonistas de grandes descobertas, mas foram ofuscadas por personagens do sexo oposto. Cientistas como Maria Kirch, Ada Lovelace, Mina Fleming, Mileva Einstein, Rosalind Franklin tiveram um importante papel nas mais diferentes áreas, mas só hoje a comunidade científica tenta minimizar os impactos nocivos desse apagamento e dar o devido crédito a seus feitos e méritos.

Cientistas invisibilizadas ufjf

1702
Astrônoma Maria Kirch
 Primeira mulher a descobrir um cometa, mas o relatório saiu em nome do marido, que somente a citou em 1710, pouco antes da morte de Kirch.

1842
Matemática Ada Lovelace
 Desenhou o primeiro algoritmo usado por uma máquina analítica, uma calculadora. Ela foi responsável pela criação do primeiro programa (algoritmo) de computador do mundo.

1890
Astrônoma Mina Fleming
 Desenvolveu o Sistema Pickering-Fleming, que classificou 10.351 estrelas em 17 categorias para o Catálogo Draper de Espectros Estelares.

1905
Física Mileva Maric
 Embora tenha colaborado com os trabalhos do marido no desenvolvimento da teoria da relatividade, só apareceu como coautora na primeira versão publicada.

1951
Química Rosalind Franklin
 Descobriu a estrutura em dupla hélice do DNA, mas colegas de laboratório publicaram sem citar o seu nome e ainda receberam o Nobel de 1962.

Mais políticas inclusivas

A invisibilidade das mulheres na ciência é uma pauta que precisa ser tratada com seriedade por toda a rede de ciência, tecnologia e inovação, sendo incluída nas políticas públicas e nas demandas da comunidade acadêmica. Para a pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa (Propp) da UFJF, **Mônica Ribeiro**, embora haja no momento maior sensibilidade para a temática, as diferenças ainda são absurdas, como quando são analisados os dados de bolsistas de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de nível A. De acordo com pesquisa divulgada na Revista Fapesp que analisou o perfil de 601 bolsistas em 2021, na categoria mais alta que representa a excelência na produção científica (1A), apenas 26,3% são mulheres.



O que falta em sua avaliação nas políticas é uma mudança de perspectiva, sobretudo nos processos de avaliação. “Hoje só se tem uma informação na Plataforma do Currículo Lattes, mas a avaliação no final continua a mesma: número de produtos com alto fator de impacto”, enfatiza. Ela também alerta para áreas que são completamente masculinas, em que a pressão e cobrança para manter o padrão de produtividade é ainda mais expressivo.

Ao se considerar outros marcadores sociais, como o racial, socioeconômico ou de sexualidade, as discrepâncias aumentam de forma mais impactante, devendo levar em conta “os papéis, as condições sociais, os enfrentamentos dos problemas econômicos. Para a mulher negra essas dificuldades são ainda maiores”.

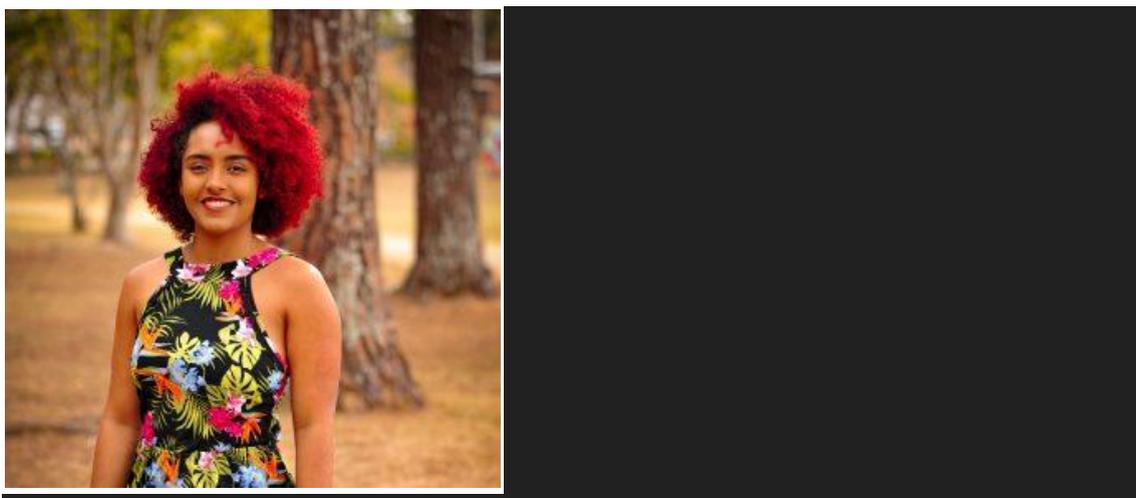
A luta feminina neste sentido é para romper com os padrões culturais estabelecidos dos papéis que as mulheres exercem dentro da sociedade e ao mesmo tempo reverter o seu próprio papel: “Isso só é possível por meio da definição de estratégias e respeitando os valores próprios da maternidade/paternidade, do cuidado e dos afazeres domésticos.”

A cientista na gestão

Como gestora, Mônica reconhece que conciliar com a carreira científica é uma tarefa difícil, pois a rotina é muito estressante, com demandas diárias de articulação de projetos, programas e pesquisadores. “Você não consegue o mesmo padrão de rendimento que os colegas, mas se não ficar atenta, acaba prejudicando a minha comunidade científica local”, comenta.

O mesmo questionamento sobre a falta de consideração dos processos avaliativos de períodos como a licença maternidade, ela também faz para a atuação na gestão. O aprofundamento da proposta de avaliação qualitativa associada à quantitativa pode oferecer melhores condições de equidade entre homens e mulheres.

Iniciação científica como um processo



Quando entrou no curso de Nutrição da UFJF, Andressa Borges acreditava que a pesquisa não era seu perfil. A aproximação só foi ocorrer quando participou de projeto sobre a sub-representação de profissionais negros e negras da UFJF, que teve início como uma ação de extensão nas escolas de Juiz de Fora pra levar discussões acerca de temáticas étnico-raciais.

“Com a pandemia, foi preciso nos reinventar. A gente teve a ideia de fazer uma pesquisa para realmente entender a composição desses profissionais, tanto dos técnico-administrativos quanto dos docentes”, relata. Embora ela ainda tenha dúvidas sobre a carreira acadêmica, a qual considera muito difícil, a estudante acabou atuando como bolsista de iniciação científica.

Para Andressa, a experiência com os movimentos negros da cidade foi o que lhe permitiu realmente participar de um projeto científico. Sob orientação do professor Willaim Cruz, a equipe fez **levantamento** de dados de trabalhadores negros da UFJF.

Carreira em ascensão

Ainda que as desigualdades de gênero no Brasil sejam muito grandes, na perspectiva de estrangeiros de outros países a situação aqui pode ser um pouco mais animadora. Essa é a perspectiva da colombiana **Giset Yuliana Delgado**, pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Química da UFJF.



“Eu acho que no Brasil a mulher se destaca muito, vejo muitas mulheres nas áreas de Química, Biologia”, compartilha. Em função de sua experiência na indústria, Giset conta que teve alguns problemas, como a remuneração dela ser bem mais baixa do que a de homens em funções com o mesmo nível de responsabilidade: “eu nunca consegui aumentar meu salário; igualar, pelo menos, ao dos meus companheiros”.

A bolsista de pós-doc defende que a mulher tem muita capacidade para fazer pesquisa, para estar na ciência, e fazer muitas coisas. “A gente é muito criativa também, quando traz isso para a ciência, saem resultados bem bacanas.”

Atuando na área de Química Medicinal, Giset irá consolidar uma nova linha de pesquisa no Laboratório de Química Bioinorgânica e Catálise (LaQBIC), coordenado pela professora **Maribel Navarro**. A proposta é incluir a Química Computacional com a Química Experimental, relacionando esses dados para entender melhor, a nível molecular, o modo de ação dos compostos para tratar doenças como a malária. <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/02/10/a-ciencia-precisa-delas/>

14 DE FEVEREIRO DE 2023

Pesquisadora Fernanda Thomaz assume chefia no ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania



Pesquisadora do departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Fernanda Thomaz, foi convidada pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, chefiado por Silvío de Almeida, para assumir a coordenação de Memória e Verdade sobre a Escravidão e o Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas. O setor, recém criado, é um dos três eixos ligados à Assessoria Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade.

Fernanda Thomaz é pós-doutora pela Universidade de Ibadan, na Nigéria, e pelo Instituto Max Planck, na Alemanha. Trabalha com temas relativos ao colonialismo, relações raciais, movimento de mulheres e memória. Tem discutido temas relacionados à identidade, história social da justiça e relações de gênero e sexualidade. A pesquisadora define sua proposta ao assumir o cargo como uma oportunidade institucional de trabalhar as memórias da escravidão e do tráfico “como forma de justiça”. “A memória da dor e do sofrimento que marcou nosso país e mantém continuidades. A ideia é tratar a memória da escravidão, tanto tempo silenciada e apagada, como agente de criação, de produção cultural, história oral, patrimônio material e imaterial, como instrumento de combate ao racismo em busca de reparar as injustiças históricas”, esclarece.

A vice-reitora da UFJF, Girlene Silva, comemora a indicação e parabeniza a professora Fernanda pelo convite para participar de uma gestão que tem o compromisso de resgatar e reconhecer nossa história e pensar políticas públicas com capacidade de reduzir as desigualdades. “É necessário

destacar nosso orgulho de tê-la como membro da nossa comunidade e que desde a sua chegada na UFJF tem desenhado um caminho como educadora sensível e comprometida com nossa sociedade. Sua trajetória em todos os espaços da docência teve como marca a inclusão e a diversidade. Certamente, podemos esperar uma excelente gestão. Ganhamos todos com sua participação”.

Coordenação de Memória e Verdade sobre a Escravidão e o Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas

A coordenação está em processo de criação, por isso, é preciso muito diálogo. Para Fernanda, “ouvir é o primeiro ponto. Vamos trabalhar com redes, escutar setores amplos, incluir desde intelectuais que trabalham com isso, passando por movimentos sociais negros – tanto urbanos, quanto rurais –, comunidades tradicionais, profissionais da educação, enfim, uma ampla rede para começar a mapear as questões prioritárias que serão as bases para definir políticas que contemplem todo o Brasil”.

Vamos trabalhar de forma integrada com outros setores do governo, pensando em políticas transversais. “A coordenação poderia estar, por exemplo, no ministério da Igualdade Racial, mas a proposta é trabalhar de forma ampla, mais ligado aos direitos humanos, buscando interfaces com outros ministérios. Estamos falando de reparação para pessoas que sofreram violência, que foram desumanizadas. Todo esse processo impacta na estrutura da nossa sociedade como um todo. A herança dessas experiências de violência do passado, pensando na escravidão, estruturou nossa realidade no passado e se mantém até hoje, é a forma como a sociedade se configura”, reflete.

A historiadora destaca como foi nocivo para a sociedade que a história tenha sido sempre contada de forma única. Isso impediu que uma parcela da população reconhecesse seu real valor. “A proposta é reconstruir a ideia de escravidão contada pelos livros didáticos, que são muito engessados, criados para exaltar uma branquitude. É preciso lembrar que aquelas pessoas escravizadas viviam, reagiam, produziam conhecimento, práticas culturais, que constituem a nossa herança”. Outro ponto abordado pela pesquisadora é que, quando falamos de escravidão, história e violência, especialmente de pessoas que sofreram o impacto desse apagamento, não podemos restringi-las à população negra e africana, mas também incluir a população indígena.

Reparar isso tudo é um caminho muito longo. “Sabemos que é preciso priorizar e, para isso, vamos criar bases e mapear para entender como cada região do país funciona, as diferentes possibilidades, para não ficar com o foco no Sudeste como se só uma região representasse o país. Queremos desenvolver políticas de estado e não de governo. Para isso, vamos construir bases com projetos que tenham continuidade. Em um segundo momento, vamos buscar articulações fora, do outro lado do

Atlântico, no continente Africano, em outras regiões que também tiveram essa relação direta com o tráfico de escravizados”, conclui.

Formação acadêmica

Com graduação em História pela Universidade Federal Fluminense, Fernanda concluiu o mestrado e doutorado em História pela mesma Universidade. Atualmente é professora Adjunta IV na Universidade Federal de Juiz de Fora. Possui pós-doutorado pelo Institute of African Studies da University of Ibadan, na Nigéria, e também pelo Max Planck Institute, na Alemanha. É coordenadora do Laboratório de História Oral e Imagem da UFJF, na sessão Memória, Áfricas e Escravidão. Realiza pesquisas na área dos Estudos Africanos, com ênfase na história de Moçambique e da Nigéria a partir das seguintes temáticas: colonialismo, relações raciais, história social do direito, gênero, movimento de mulheres e memória. Desenvolve suas atividades de pesquisa, projetos de extensão e docência envolvendo a produção de materiais didáticos e audiovisuais.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/02/14/pesquisadora-fernanda-thomaz-assume-chefia-no-ministerio-dos-direitos-humanos-e-da-cidadania/>

16 DE FEVEREIRO DE 2023

UFJF convoca alunos para preencher questionário socioeconômico da pós-graduação

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (Propp) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) convoca todos os estudantes de mestrado e doutorado para o preenchimento do questionário sobre o perfil socioeconômico dos alunos de pós-graduação. Os dados obtidos por meio dele são essenciais para subsidiar as políticas de acolhimento e permanência de discentes, além de estabelecer um panorama coerente com a realidade acadêmica para que a Universidade atenda, da melhor forma possível, a comunidade estudantil.

O formulário é acessível diretamente via SIGA: basta clicar, nesta ordem, em “Eventos”, “Acessar eventos” e “Informações Socioeconômicas – Alunos de Pós-graduação Stricto Sensu da UFJF”. O preenchimento do formulário deve ser feito até o dia 16 de março e, segundo a Propp, é simples e rápido, levando aproximadamente 10 minutos para ser concluído.

Programa de apoio e ações afirmativas na pós-graduação

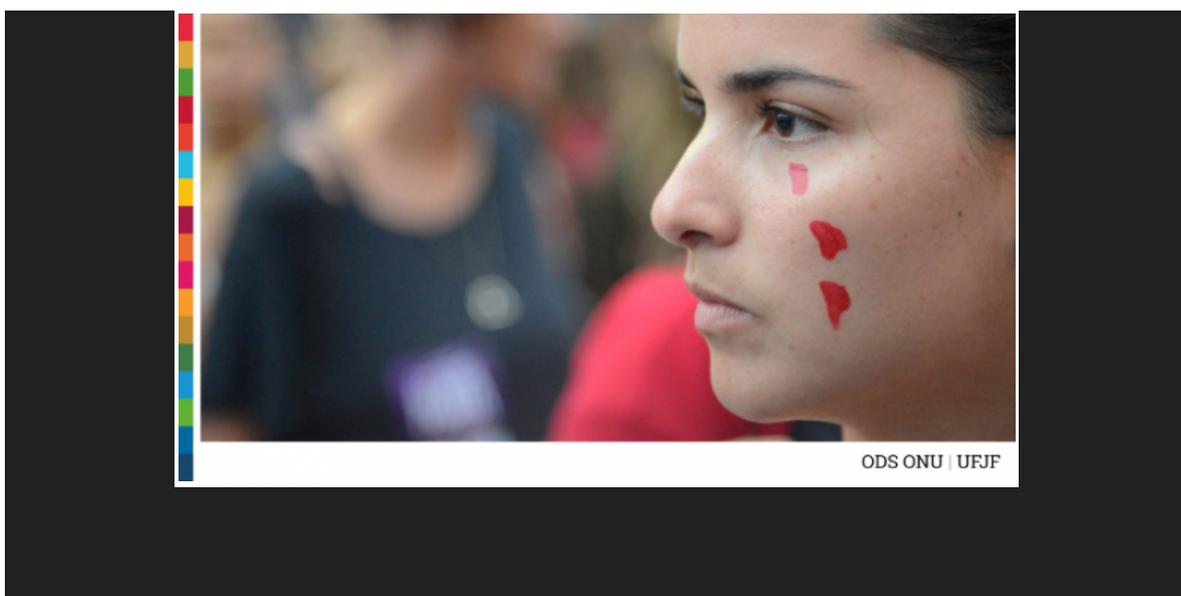
Frente aos benefícios trazidos por políticas de inclusão social e, conseqüentemente, pelo aumento da diversidade das pesquisas e dos tipos de vivências acadêmicas, a UFJF avaliou ser imperiosa a necessidade de construir políticas de acolhimento e permanência dos estudantes de pós-graduação. “Somado a essa justificativa, é importante atentar para o fato de que a situação de vulnerabilidade pode se estender para além daqueles beneficiados pela política de cotas. Precisamos, antes de qualquer desenho, conhecer nossos alunos e desenvolver uma política específica. Este é o objetivo deste censo.”

Atualmente, a Pós-Graduação não possui um programa de apoio aos seus discentes. Porém, a adoção da política de ingresso à graduação pelo sistema de cotas (que completou **10 anos** em 2022) também implicou nos cursos de pós-graduação receberem alunos dos mais diversos extratos sociais da sociedade brasileira. A mudança gradual nesse perfil dos discentes acontece concomitantemente às reivindicações pela expansão das políticas de ações afirmativas na pós-graduação. Atenta a essa movimentação, em 2021, a UFJF aprovou a **reserva de 50% de vagas para ações afirmativas na pós-graduação**.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/02/16/ufjf-convoca-alunos-para-preencher-questionario-socioeconomico-da-pos-graduacao/>

23 DE FEVEREIRO DE 2023

Laboratório da UFJF usa tecnologia linguística para prevenir violência de gênero



O Laboratório de Linguística Computacional da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), **FrameNet Brasil** (FN-Br), firmou uma parceria internacional para o desenvolvimento de ferramentas para a identificação de violência contra mulheres a partir de dados públicos do sistema de saúde. A colaboradora do projeto é a organização global Vital Strategies, atuante no fortalecimento de sistemas públicos de saúde. A iniciativa é financiada pela Fundação Patrick J.

McGovern, dedicada ao desenvolvimento social por meio da aplicação de ciência dos dados e inteligência artificial.

Utilizando métodos de análise linguística, as equipes da FN-Br e da Vital Strategies realizarão um mapeamento de padrões semânticos nos textos de campos abertos de prontuários eletrônicos preenchidos em unidades de saúde da cidade paulista de São Caetano do Sul – a Secretaria Municipal de Saúde e a Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) também são parceiras do projeto.

As informações extraídas desses prontuários serão cruzadas com dados de sistemas de registro de internações, mortes e notificação de violência, que também serão analisados linguisticamente. Isso significa que, ao identificar correlações entre os dados iniciais e os finais, será possível fornecer embasamento ao desenvolvimento de políticas públicas para a identificação precoce e a prevenção de casos de violência.

“Quando se analisa uma base de dados tão grande, olhando apenas para aqueles campos parametrizados – como sexo, idade ou renda, por exemplo – ou os códigos pré-formatados da causa de um atendimento médico ou de uma notificação, isso desvia o olhar da parte mais subjetiva dessas avaliações e desses registros em campos abertos”, pondera o professor do Departamento de Letras e coordenador do FN-Br Tiago Torrent. “Quando se alia uma metodologia como a da FrameNet que associa metadados a esses textos, a consequência é trazer uma informação linguística que parecia vaga, difusa ou imprecisa, para um domínio em que ela possa ser objeto de análise de dados através de ferramentas computacionais.”

Relevância internacional

A gerente sênior da Vital Strategies, Sofia Reinach, afirma que “o objetivo do projeto é desenvolver uma ferramenta que dê aos profissionais de saúde novos instrumentos para identificar precocemente vítimas de violência e, com isso, prevenir o agravamento das violências”. A organização já trabalha com a identificação de trajetórias de mulheres vítimas de violência a partir de dados públicos de saúde. A parceria com a FrameNet Brasil permitirá, justamente, expandir as análises que já são feitas com a inclusão de metodologias de análises de dados em campos abertos.

Assim, trata-se também de mais uma ação que reforça a inserção internacional e, também, social do **Programa de Pós-graduação em Linguística da UFJF**, uma vez que há a atuação direta da mestrandia Lorena Tasca, que desenvolve sua dissertação focada na modelagem do domínio da violência de gênero em termos de frames.

Outro aspecto importante, este destacado por Tiago Torrent, é a previsão de uma série de estratégias de anonimização dos dados, além do constante monitoramento das dimensões éticas envolvidas na abordagem da violência baseada em gênero. O projeto, intitulado “Data linkage e análise textual baseada em frames para identificação de casos candidatos de violência baseada em gênero em territórios”, terá duração de 9 meses.

Violência de gênero no Brasil



Conforme a divulgação feita pelo **Governo Federal** em agosto do ano passado, somente no primeiro semestre de 2022, o Brasil registrou mais de 31 mil denúncias de violência doméstica ou familiar contra mulheres. Já segundo o monitoramento da plataforma digital **Violência contra as Mulheres em Dados**, no Brasil, uma menina ou mulher é estuprada a cada 10 minutos; três mulheres são vítimas de feminicídio a cada dia; uma travesti ou mulher trans é assassinada no país a cada 2 dias; e 26 mulheres sofrem agressão física por hora.

Subsidiar o desenvolvimento de políticas públicas, como é o objetivo do projeto do FN-Br, pode ajudar diretamente a prevenir casos de violência contra mulher – um exemplo é que, por meio delas, é possível garantir o acesso das mulheres à assistência social e saúde, bem como capacitar os profissionais envolvidos no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica. Outro exemplo é a incorporação do conceito de gênero na definição de violência contra a mulher, explicitando que esta pode ser de diferentes tipos e ocorrer em variados contextos. Essa abordagem

permite que sejam desenvolvidos programas específicos para cada tipo de violência; e o levantamento de dados, nesse sentido, auxilia na construção de políticas públicas voltadas para o enfrentamento dessa questão.

Pesquisa está alinhada aos ODS da ONU

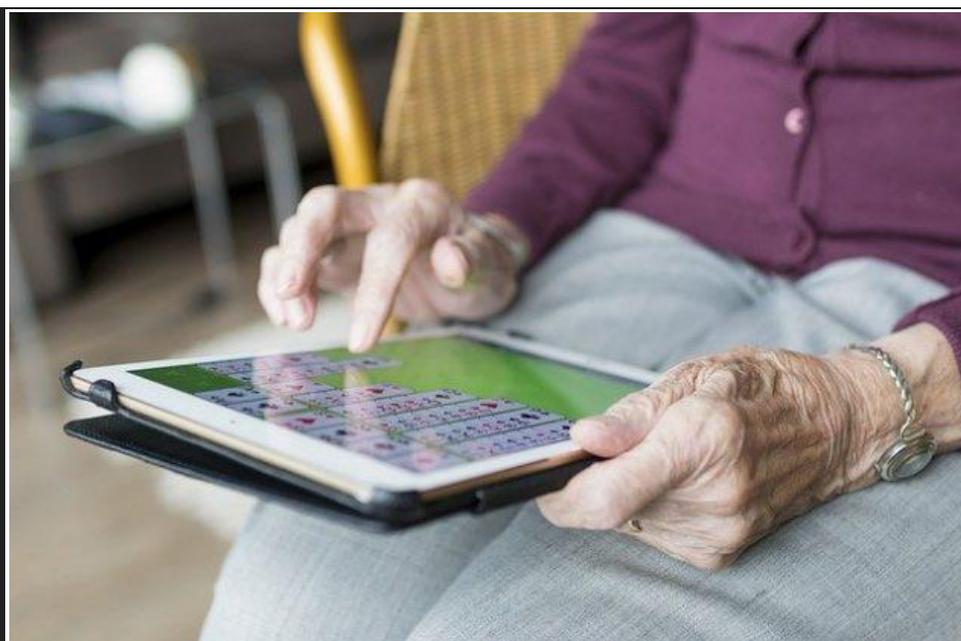
As ações de pesquisa da UFJF **estão alinhadas** aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A pesquisa citada nesta matéria se alinha ao ODS 3 (**Saúde e bem-estar**), ODS 5 (**Igualdade de gênero**), ODS 16 (**Paz, justiça e instituições eficazes**) e ODS 17 (**Parcerias e meios de implementação**).

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/02/23/laboratorio-da-ufjf-usa-tecnologia-linguistica-para-prevenir-violencia-de-genero/>

24 DE FEVEREIRO DE 2023

Polo sobre Envelhecimento abre 110 vagas em projetos para a terceira idade

Atualização feita às 17h37 do dia 27 de fevereiro: nesta data, todas as vagas para os cursos do Polo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o Processo de Envelhecimento foram **esgotadas**.



O programa de extensão “Polo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre o Processo de Envelhecimento” está com inscrições abertas para quatro projetos gratuitos voltados à população com mais de 60 anos residente em Juiz de Fora. Ao todo, são oferecidas 110 vagas.

As inscrições começam no dia 27 de fevereiro e seguem até 10 de março e devem ser feitas presencialmente na Casa Helenira Rezende (Helenira Preta), de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h. O espaço fica na antiga Casa de Cultura, atual sede da Escola de Artes Pró-Música. O endereço é Rua Severino Meirelles, 260, Alto dos Passos. Também é possível chegar ao local pela Avenida Barão do Rio Branco, 3372, Centro.

Para participar dos projetos de extensão, os interessados precisam ter mais de 60 anos e morar em Juiz de Fora. É preciso levar para o ato da inscrição, cópia de documento de identificação com foto (de preferência a Carteira de Identidade) e uma foto 3×4 recente. As vagas serão preenchidas de acordo com a ordem de chegada para matrícula. Saiba mais sobre os quatro projetos:

Intervenção em idosos referentes a habilidades sociais no Polo

O objetivo do projeto é aprimorar as capacidades e habilidades sociais dos participantes, por meio de dinâmicas de grupo, vivências e reflexões, de forma a gerar um aumento da rede de apoio do idoso, melhor qualidade de vida e satisfação. A coordenação é do professor **Ricardo Kamizaki**, do Departamento de Psicologia.

Vagas: 10

Início: 14 de março

Horários: quinzenalmente, às terças-feiras, a partir de 14h30.

Nutrição no envelhecer

Os participantes receberão orientações sobre o consumo de alimentos, relacionando-os às características fisiológicas da pessoa idosa, além de preparação de receitas e oficinas culinárias. A professora **Ana Livia de Oliveira**, do Departamento de Nutrição, é quem coordena o projeto.

Vagas: 10

Início: 19 de março

Horários: sextas-feiras, das 13h30 às 16h30.

Línguas estrangeiras para idosos

A abordagem de ensino visa atender às necessidades, expectativas e interesses da população idosa. Entre os resultados, há um alargamento de horizontes e atualização de conhecimentos. A coordenação é das professoras **Patrícia Nora de Souza Ribeiro**, **Cristina Ribeiro Villaça**, **Elena Santi** e **Raquel Fellet Lawall**, integrantes do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas.

Espanhol

Vagas: 20

Início: 4 de abril

Horários: terças-feiras, das 15h às 17h

Inglês, Francês e Italiano

Vagas: 15 (para cada idioma)

Início: 5 de abril

Horários: quartas-feiras, das 15h às 17h

Laboratório de enriquecimento cultural

A atividade é composta de um ciclo de palestras e debates sobre diferentes temas atuais de interesse do público idoso. Há, ainda, a possibilidade da realização de visitas a lugares culturais e históricos de Juiz de Fora. A coordenação é da professora **Estela Saléh da Cunha**, do Departamento de Política de Ação do Serviço Social.

Vagas: 25

Início e horário: A partir da primeira semana de abril, quinzenais, em dia e horário a definir.

Polo atende às demandas da população idosa há 30 anos

Criado em 1991, o Polo sobre o processo de envelhecimento nasceu como “Universidade aberta para a terceira idade”, como resposta às demandas da população idosa, do ponto de vista do ensino superior.

A abertura das vagas representa a retomada do Polo às atividades presenciais, iniciada em 2022. Na avaliação da coordenadora do Polo, Estela Saléh, esse retorno é importante, especialmente porque a população idosa foi uma das mais afetadas durante o isolamento social causado pela pandemia.

“Esse público já vive em um processo de isolamento, mesmo no cotidiano. Muitas vezes são invisibilizados nas relações sociais por um preconceito contra a velhice, contra o processo de envelhecimento. Esse retorno é essencial como um espaço de participação, de voz, de organização política e social, de possibilidade de ampliação das relações”, afirma a professora, que destaca, ainda, a possibilidade de os estudantes e docentes integrantes dos projetos ampliarem seus conhecimentos na área.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/02/24/polo-sobre-o-envelhecimento-abre-110-vagas-para-projetos-voltados-a-terceira-idade/>

27 DE FEVEREIRO DE 2023

Projeto da UFJF para integração de docentes refugiados é aprovado em primeiro lugar pela Capes

O projeto “Acolhimento como soft power: o universo dos refugiados entre a educação, a linguagem e o patrimônio”, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), foi uma das 24 propostas contempladas no âmbito de **edital** do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Emergencial de Solidariedade Acadêmica, lançado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (Capes) em 2022. A proposta ficou no primeiro lugar geral da seleção, chegando à pontuação máxima de 100 pontos.

O termo “soft power” é uma categoria de análise que visa compreender como o poder atua de forma a persuadir as pessoas por meio da cultura e de sua preservação. Com o resultado positivo, a iniciativa foi premiada com duas bolsas destinadas a professores refugiados. Outras duas bolsas serão concedidas a pesquisadores brasileiros que queiram fazer pós-doutorado na área correlata entre o patrimônio, a linguística e o universo dos refugiados.



De acordo com o edital, as bolsas de Professor Visitante no Brasil têm duração de 24 meses e valor mensal de R\$ 14.000. Já as bolsas de Pós-Doutorado valem por 12 meses, com valor mensal de R\$ 4.100. Os professores interessados precisam ser docentes ou pesquisadores estrangeiros refugiados no Brasil, vinculados a uma instituição de ensino ou pesquisa em seu país ou fora dele e ter comprovada produtividade acadêmico-científica.

Os docentes bolsistas poderão lecionar nos programas de pós-graduação de História, Linguística e Educação. Além disso, os docentes precisam ser especializados na área correlata ao projeto – Ciências Humanas, com ênfase em História, Sociologia, Educação ou Linguística. O edital será lançado ainda neste semestre. A expectativa é que as atividades do projeto se iniciem no segundo semestre de 2023.

Até lá, os interessados podem acompanhar informações nos canais de informação da Universidade, incluindo o site da [Cátedra Sérgio Vieira de Mello \(CSVM\) na UFJF](#).

Diversidade e pluralidade

Coordenado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (Propp), o projeto é liderado pelos professores [Rodrigo Christofolletti](#), do Programa de Pós-Graduação em História, e [Alexandre Cadilhe](#), dos programas de pós-graduação em Linguística e Educação. Os dois primeiros programas alcançaram a nota 6 na última [avaliação quadrienal](#) da pós-graduação realizada pela Capes (2017-2020), cuja classificação tem escala de 1 (nota mínima) a 7 (nota máxima).

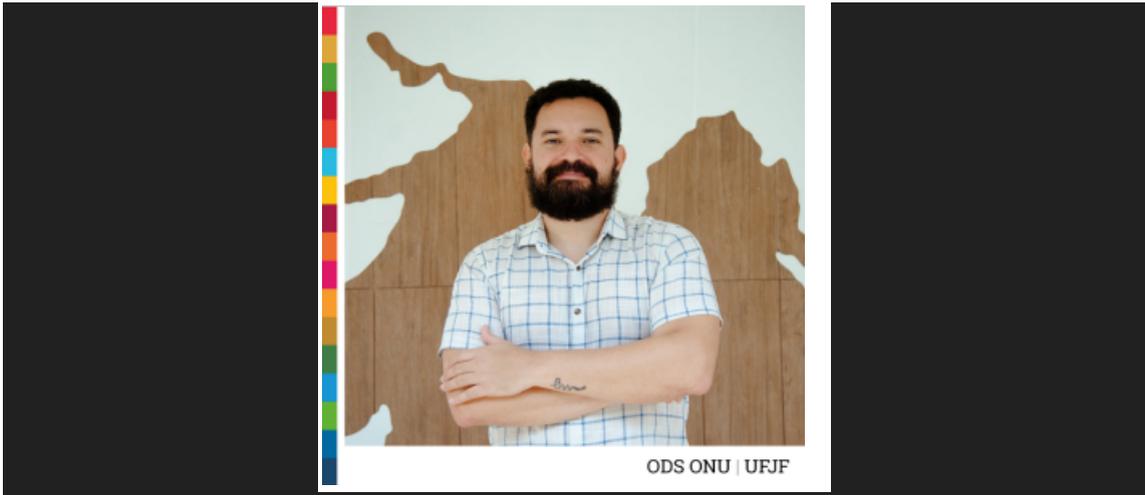
Citando a UFJF como caso de instituição que “prima pela diversidade e pela pluralidade”, Christofolletti avalia que no espaço da Universidade, em que convivem diferentes religiões, etnias, ideologias, nacionalidades e situações econômicas, a ampliação das relações humanas se fortalece com a admissão de professores que tenham a vivência do refúgio em sua bagagem.

“A condição de refugiado, esse ‘diferencial compulsório’ imposto na vida dessas pessoas, certamente pode ajudar a comunidade acadêmica a compartilhar vivências que apenas as dificuldades da situação de refúgio ensinam. A chegada dos professores possibilitará o incentivo a novas formas de aprender com as dificuldades, buscando um modo de convivência pacífico e estimulante para os alunos, os professores e a gestão acadêmica”, afirma o pesquisador.

Como aponta o professor Alexandre Cadilhe, esta é uma das primeiras ações desenvolvidas junto com Rodrigo Christofolletti quando ambos assumiram a coordenação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) na UFJF. A Cátedra é um projeto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur) em cooperação com instituições de ensino superior brasileiras. Na avaliação de Cadilhe, o ensino, a pesquisa e a extensão se fortalecem com a viabilização do projeto aprovado pela Capes.

“A iniciativa tem caráter inovador por colocar em foco a própria representação da população refugiada nas pesquisas, não somente como sujeitos de estudo ou como participantes, mas como agentes que desenvolvem a investigação. É muito interessante porque traz o pesquisador em situação de refúgio como agente produtor de conhecimento, de forma interdisciplinar, estabelecendo diálogo com toda a comunidade acadêmica”, destaca Cadilhe.

Engajamento dos refugiados na comunidade



As atividades do projeto “Acolhimento como soft power” se darão em três eixos. O primeiro deles é a Articulação, baseada na participação em projetos no campo do patrimônio cultural e da educação com processos de geração de dados simultâneos às ações extensionistas com a comunidade externa à Universidade.

A segunda frente é a Indução, que prevê o engajamento dos pesquisadores refugiados em um processo de geração de dados comprometido com as demandas do entorno e com a justiça social. São meios para isso a atualização científica e a escuta atenta da comunidade, mobilizando recursos materiais e humanos da UFJF de forma ética e responsável.

Por fim, o terceiro eixo é a Formação: a participação dos pesquisadores refugiados contribuirá tanto para sua autoformação, quanto para a formação do coletivo, levando em conta as dimensões científica, sociocultural e pedagógica.

O aprimoramento profissional voltado à formação de novos pesquisadores focados na pluralidade dos olhares também é ressaltado. O objetivo é fomentar uma posição decolonial, ou seja, que observe a dominação dos colonizadores a partir de um ponto de vista periférico (América Latina, Ásia, África) e não mais com a noção europeia.

Também estão no horizonte da coordenação a consolidação de ações para docentes e pesquisadores refugiados no calendário acadêmico da instituição e a entrega de produtos acadêmicos que gerem inserção e ampliação da comunidade refugiada.

Resultado fortalece internacionalização da UFJF

Na avaliação da pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, **Mônica Ribeiro de Oliveira**, a aprovação do “Acolhimento como soft power” é importante não apenas para os três PPGs envolvidos na proposta, mas também para toda a Universidade, ao fortalecer todo o plano de internacionalização da UFJF.

“Teremos uma experiência institucional bastante inovadora, uma grande oportunidade para a troca de conhecimentos, principalmente se entendermos a importância das produções acadêmicas mais transversais: história, patrimônio, arqueologia, memória, literatura, educação. São muitas e diversas as áreas beneficiadas”, justifica.

A internacionalização dos programas de pós-graduação envolvidos no projeto é uma das metas dos coordenadores. O objetivo é promover a produção e disseminação de pesquisas de ponta na área das Ciências Humanas e ampliar as redes internacionais de pesquisa da UFJF.

“Esses contatos também facilitarão a viabilidade de intercâmbio institucional, com saídas temporárias de docentes e discentes com pesquisas realizadas no exterior, bem como a recepção de outros pesquisadores e professores que possam ser incorporados nas diversas redes de pesquisa já constituídas”, afirma Rodrigo Christofolletti.

Parceria no exterior

Participam também os demais professores dos programas de pós-graduação envolvidos, além de orientandos dos professores Christofolletti e Cadilhe vinculados ao Laboratório de Patrimônios Culturais (Lapa) e ao Grupo de Pesquisa Linguística Aplicada, Educação e Direitos Humanos (LAEDH). Há ainda o apoio da Diretoria de Relações Internacionais (DRI) e da seção na UFJF da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVN); bem como a parceria com o Centro Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (Citcem) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal (Flup).

Projeto está alinhado aos ODS da ONU

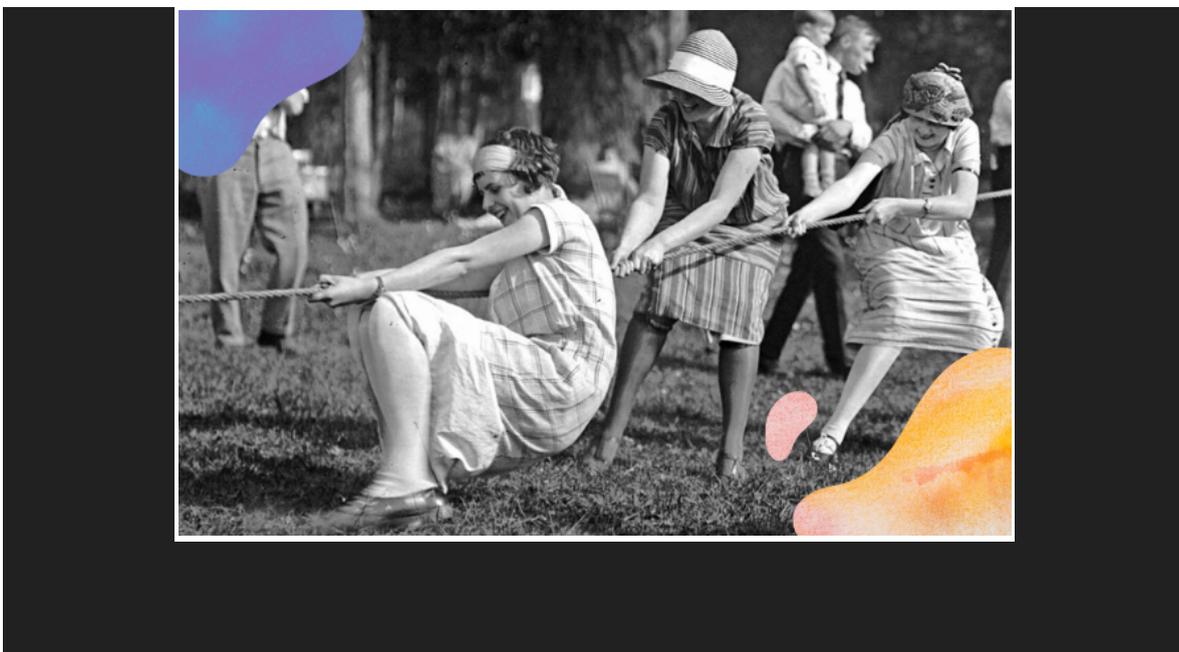
O projeto, assim como **demais ações de pesquisa da UFJF**, está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). A iniciativa citada nesta matéria adere aos ODS 4 (**Educação de qualidade**), 8 (**Trabalho decente e crescimento econômico**), 10 (**Redução das desigualdades**), 16 (**Paz, Justiça e Instituições Eficazes**) e 17 (**Parcerias e meio de implementação**).

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/02/27/projeto-da-ufjf-para-integracao-de-docentes-refugiados-e-aprovado-em-primeiro-lugar-pela-capes/>

MARÇO

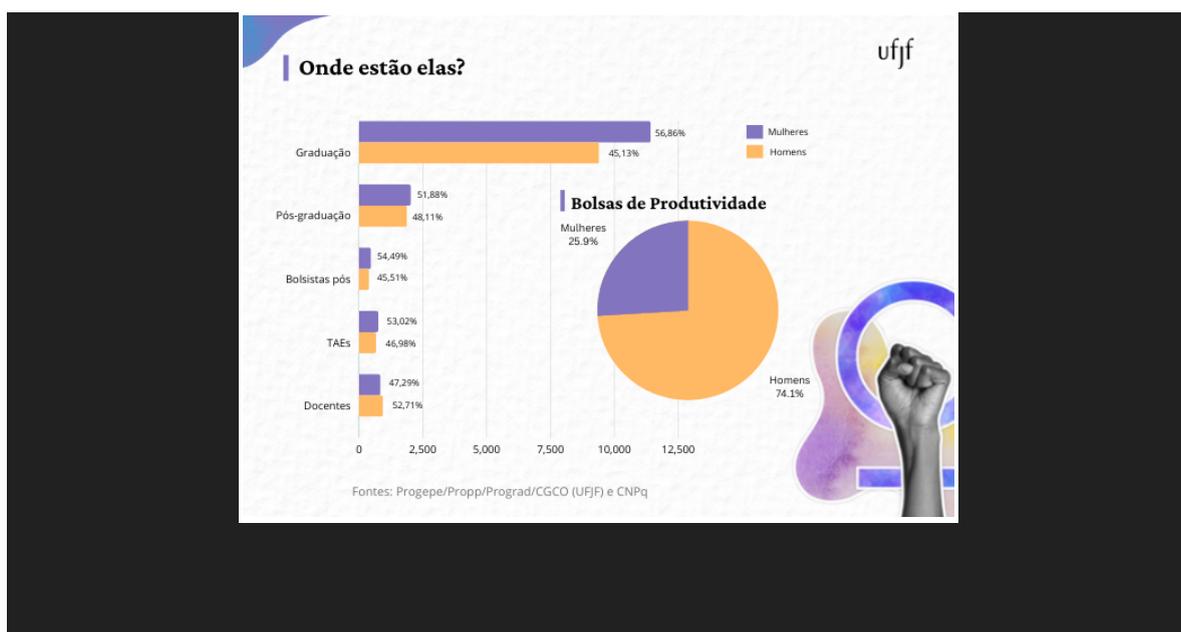
8 DE MARÇO DE 2023

O gênero importa: por uma ciência mais diversa e equânime



Um estudo publicado no American Journal of Public Health revelou que as chances de uma mulher sofrer ferimentos mais graves, mesmo usando o cinto de segurança, é 47% maior que no caso dos homens. Isso porque os equipamentos não foram projetados pensando no corpo das mulheres, que têm estatura e estrutura óssea diferente. Outro artigo, divulgado na Nature Medicine apontou que diferenças sexuais em padrões moleculares podem aperfeiçoar o desenvolvimento de remédios para alívio da dor e depressão. Não faltam exemplos para demonstrar que o gênero na ciência importa, e que a diversidade e ações que promovam a equidade de gênero são essenciais para trazer novos olhares e desenvolver uma ciência de excelência.

Para celebrar o Dia da Mulher, iniciamos neste 8 de março uma série de matérias, lançadas ao longo do mês, demonstrando alguns desses feitos e iniciativas para colocar em prática o quinto dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU): alcançar igualdade de gênero, fortalecer políticas para a promoção da equidade e o empoderamento de mulheres e meninas em todos os níveis. Também lançamos nas redes sociais a campanha “Mulheres que inspiram”. A partir da indicação do público, serão compartilhadas algumas histórias inspiradoras da comunidade acadêmica da UFJF.



Na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), as mulheres são maioria em grande parte dos segmentos. Entre estudantes de graduação, elas já estão em maior proporção há alguns anos. O percentual hoje, segundo número da Pró-Reitoria de Graduação, é de 55% (11.413), contra 45% (9.390) de homens. Na pós-graduação, também estão em maior volume, um movimento que se intensificou nos últimos dez anos. Segundo dados da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (Propp), das 3.880 pessoas com matrículas ativas em programas de pós-graduação, 2.013 são mulheres (52%) e 1.867 homens (48%). Elas também representam o maior volume de bolsistas (Capes, CNPq, Fapemig e bolsas próprias), ficando com 54,5% (455) das bolsas, contra 45,5% (380) deles.

“O fazer científico não é um empreendimento isolado, mas social e cumulativo. Mais do que nunca, enquanto empreendimento coletivo, a ciência se beneficia da diversidade.”

Alice Abreu

Entre os servidores técnico-administrativos em educação, 53% são mulheres (744) contra 47% de homens (659), conforme levantamento da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progepe). O percentual vai se inverter apenas entre docentes efetivos: do total de 1.757, 52,7% – ou 926 – são

homens e os demais 47,3% – 831 – mulheres. Mas ao olhar com profundidade para a carreira científica a longo prazo, os números, até então equilibrados, tornam-se discrepantes.

Os dados sobre as bolsas de produtividade do CNPq recebidas na instituição – que é a bolsa de mais prestígio do sistema e um importante parâmetro para avaliação da evolução da carreira no ensino superior –, mostram que a instituição conta com 135 docentes com esta modalidade, sendo apenas 26% mulheres. De 2015 para cá, enquanto elas cresceram de 31 para 35 bolsistas, os homens saltaram de 69 para cem.



Segundo a diretora da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento da ONU do GenderInSITE (programa internacional para promover a equidade de gênero na ciência), **Alice Abreu**, é preciso olhar para a estrutura do sistema, já que um fenômeno muito comum é que, em momentos decisivos da carreira acadêmica, muitas mulheres desistem, ocasionando uma real perda de talentos nas universidades. “Não é à toa que os estudos sobre mulher e ciência falam no ‘cano que vaza’. Se no acesso (de mulheres ao ensino superior e pós-graduação) o Brasil parece ter progredido de forma importante, na questão das mudanças estruturais estamos ainda engatinhando.”

Na palestra “**Trazendo a interseccionalidade para a ciência**”, a pesquisadora destaca que a igualdade de gênero traz benefícios para a pesquisa e inovação, melhora a qualidade e relevância da pesquisa, atrai e mantém talentos e assegura que todos possam maximizar seu potencial. “O fazer científico não é um empreendimento isolado, mas social e cumulativo. Mais do que nunca, enquanto empreendimento coletivo, a ciência se beneficia da diversidade. É preciso impulsionar mudanças estruturais nas instituições científicas para promover uma igualdade de gênero em universidades, laboratórios e demais centros de pesquisa.”

Nos primeiros anos da pandemia da Covid-19, esse cenário de desigualdade ficou ainda mais evidente, conforme mostrou levantamento realizado em 2020 pelo **Movimento Parent In Science**. Segundo a pesquisa, 52,6% das pesquisadoras mulheres com filhos não conseguiram submeter artigos conforme planejado. Entre as mulheres negras com filhos, esse índice é ainda maior: sobe para 53,5%. Já entre homens com filhos, o percentual dos que não conseguiram produzir é de 34,7% e homens sem filhos, 24%. Números que dão visibilidade para as dinâmicas do cuidado e evidenciam sobre quem a sobrecarga incide mais intensamente.



Apesar de algumas medidas pontuais à época, como extensão de prazos para submissão de trabalhos e avaliação de produção científica de períodos estendidos, muitas ações retrocederam, como aponta a integrante do Parent in Science e pesquisadora do Departamento de Física do Instituto de Ciências Exatas (ICE) da UFJF, **Zélia Ludwig**.

“É preciso que sejam abertos editais com programas que permitam que as mulheres possam realizar suas pesquisas, equipar seus laboratórios, participar de eventos nacionais e internacionais, criar redes de colaboradores, participar de programas de capacitação em grandes centros de pesquisas nacionais e internacionais. É necessário convidar e aceitar a presença das mulheres nos comitês de avaliação e nos espaços de tomada de decisão e poder. Muitas vezes o trabalho e a contribuição das mulheres na ciência não têm a visibilidade que deveriam.”

Para a pesquisadora, é preciso ir além do debate, com a realização de levantamento de dados sobre a desigualdade para subsidiar iniciativas em comitês de avaliação e promover a criação de políticas públicas mais eficazes. “As agências de fomento, as entidades, instituições, universidades e a sociedade como um todo precisam se unir de forma efetiva para combater as questões estruturais que contribuem para as desigualdades de gênero e étnico-raciais. Problemas como o racismo, o sexismo, a violência contra a mulher, o preconceito, a falta de respeito precisam ser combatidos por

todos. Toda a sociedade precisa estar comprometida com essas mudanças. E é preciso entender que as diferentes trajetórias são escritas de formas diversas.”



O teto de vidro está embaçado



Os números referentes à trajetória docente também apontam para o fenômeno do “teto de vidro” segundo o qual haveria uma barreira invisível impedindo que as mulheres chegassem a postos com maior poder de decisão, às principais bolsas e a cargos de liderança, já que as dinâmicas da carreira acadêmica supostamente seriam iguais para todos os gêneros. Mas para a coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e professora do Departamento de Psicologia, **Juliana Perucchi**, já tem “folhas e lama neste teto”. “As mulheres estão em muitas desvantagens em relação aos homens que, por sua vez, lançam mão de uma série de privilégios. E, não estamos tratando

apenas de salários menores para mulheres em mesmas funções e carreiras executadas por homens ou violência sexual, para ficar nos exemplos mais conhecidos.”

A pesquisadora, que tem refletido sobre as desigualdades de gênero na academia, destaca que as estruturas são complexas e interpõem vários e diferentes elementos que precisam ser alvo de investimento do estado por meio de políticas públicas intersetoriais. “Cabe a nós, universidades federais, produzir conhecimento e tecnologia para isso. Mas, tudo começa olhando para si. Perceber a misoginia institucional que atravessa as instituições universitárias e acadêmicas pode ser um bom começo.”

Mudanças na estrutura para mudança no imaginário



Apesar de as mulheres integrarem boa parte da comunidade científica em todo o mundo, a ciência ainda está muito associada a ideias e pesquisas desenvolvidas por homens no imaginário. E não é um fenômeno só do Brasil. Desde os anos 1960, um estudo feito nas escolas públicas dos Estados Unidos pede que crianças desenhem uma pessoa que trabalhe como cientista. A ideia é analisar a percepção delas sobre a ciência, verificar os estereótipos associados e a compreensão que têm da área. Nos primeiros anos de estudo, a representação de mulheres cientistas era raridade, menos de 1%. Hoje, chega a 28%, mas um índice ainda muito baixo.

Este imaginário, contudo, não está restrito às crianças. “A ciência, assim como a política, pode ser compreendida como um espaço social historicamente construído como masculino, embranchado, impondo barreiras, mais ou menos visíveis, à entrada de novos integrantes. As experiências masculinas, cis, brancas, heterossexuais são associadas a pautas universais de quem faz a ciência, constitutivas da normatividade, da lógica, do padrão ‘do quem’ da ciência”, analisa a professora da

Faculdade de Direito e uma das diretoras da Associação dos Professores do Ensino Superior (Apes-JF), **Joana Machado**.

E dentro desta normatividade, a maternidade aparece como uma experiência “guetificada”, como produtora de pautas específicas. “Ainda que hoje muitas mulheres mães consigam construir carreiras acadêmicas promissoras, fazer ciência, seguem tendo que, na dimensão individual, lidar com o que acaba sendo lido como obstáculo à sua permanência no campo, a maternidade – as tarefas de cuidado culturalmente atribuídas quase de forma exclusiva a mães. Em outras palavras, é como se a maternidade precisasse ser mantida em um armário para aceitação e permanência desse agente científico.”

“É como se a maternidade precisasse ser mantida em um armário para aceitação e permanência desse agente científico.”

Joana Machado

A professora também observa violências muito frequentes que permeiam as estruturas na academia. “Ao retornarem de períodos de licença maternidade, um direito duramente conquistado, não raro são brindadas com a atribuição de tarefas administrativas, disciplinas e horários enjeitados por colegas, como se estivessem em dívida. A maternidade segue sendo uma experiência considerada exógena à academia, no máximo tolerada e desde que discreta, vaga, abstrata. Enquanto não for compreendida como uma realidade concreta, própria de quem também faz ciência, nunca será devidamente acolhida. Sem esse acolhimento, a permanência de mães na ciência estará sempre ameaçada.”

Falta de reconhecimento



Historicamente afastadas desse imaginário na pesquisa e liderança, é sintomático que somente em 2019, há apenas quatro anos, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SPBC) tenha instituído sua primeira premiação em nome de uma mulher cientista, o prêmio Carolina Bori Ciência & Mulher, lembra a coordenadora geral da Associação de Pós-Graduandos da UFJF, **Dalila Varela Singulane**. Segundo ela, apesar dos avanços no ingresso de mulheres na pós-graduação e entre bolsistas, ainda há um abismo de desigualdade em áreas tradicionalmente ligadas ao gênero masculino, como nas Engenharias, Exatas e Ciências da Terra. “Esta situação é causada pelo enraizado pensamento patriarcal, que em geral reserva aos homens os papéis mais ligados ao pensamento lógico, racional e de liderança enquanto as mulheres ficam mais restritas às áreas relacionadas ao cuidado, afeto e subserviência.”



Para a diretora de Mulheres do DCE-UFJF, **Leiliane Germano**, a permanência das mulheres é outro fator que precisa ser pensado dentro das iniciativas para promover equidade nas instituições. “Para isso é importante se perguntar: estamos tendo mais mulheres na universidade, mas as mesmas estão tendo condições de permanecer e ter uma vida acadêmica igual a dos homens? As alunas mães estão tendo políticas de assistência suficientes caso engravidem? As mulheres que estão entrando estão se formando dentro do tempo esperado? Lanço essas questões para refletirmos o quanto a vida da

mulher no Brasil é perpassada por vários fatores sociais que muitas vezes a permitem entrar em uma universidade pública, mas a impedem de se formar ou de exercer a profissão que escolheram plenamente.”

Dalila e Leiliane também fazem coro sobre a necessidade de olhar para a interseccionalidade ao pensar em políticas públicas. “É necessário observar que o machismo é muito maior se a situação envolve mulheres negras e indígenas. É urgente que políticas públicas sejam ampliadas para que esses grupos, principalmente as mulheres, possam entrar, permanecer na pós-graduação e ocupar espaços de poder”, diz Dalila. Para Leiliane, “só vamos ter realmente um espaço de equidade quando houver discussões que se aprofundem em todas as questões que atravessam a vida das mulheres e isso envolve desigualdade social, permanência na universidade de forma tranquila e segura, acesso à informação, combate à violência contra mulher.”

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/03/08/o-genero-importa-por-uma-ciencia-mais-diversa-e-equanime/>

8 DE MARÇO DE 2023

HU inicia ações referentes ao mês da mulher



O dia 8 de março começou com panfletagem na entrada da Unidade Santa Catarina do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF, sob gestão da Ebserh). Integrantes do Grupo de Trabalho 8 de Março realizaram a ação com trabalhadores, pacientes e acompanhantes que chegavam à unidade, dando início a uma série de atividades programadas durante todo o mês.

Ainda na parte da manhã, houve panfletagem também na entrada do Ambulatório do HU Dom Bosco e apresentação do Coral da Acispes. À tarde, a panfletagem se estendeu ao Centro de Atenção Psicossocial (Caps).

Data Institucionalizada

O Dia Internacional da Mulher, 8 de Março, é uma data que está institucionalizada no Hospital Universitário. Este ano, foram escolhidos dois temas a serem abordados: Violência e Trabalho/Família. O objetivo é realizar um trabalho informativo, de orientação e conscientização junto ao público interno (trabalhadoras de todos os vínculos, residentes, professoras e alunas) e às usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Grupo de Trabalho 8 de Março, formado por equipe multiprofissional, e coordenado pela Comunicação do HU, vai realizar rodas de conversa com as trabalhadoras e salas de espera em todos os setores, proporcionando um momento de reflexão sobre esses dois temas. Foram elaborados materiais didáticos de apoio às profissionais que vão conduzir as conversas, com dados atualizados, que também serviram de base para os panfletos distribuídos.

Saúde pública

A violência contra a mulher é um problema de saúde pública e precisa ser debatida constantemente, principalmente diante dos mais recentes números divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, presentes na 4ª edição, de 2023, da publicação “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil”. O relatório afirma que todas as formas de violência contra a mulher apresentaram crescimento acentuado no último ano, em comparação com as pesquisas anteriores. São feminicídios, agressões físicas, ofensas sexuais, abusos psicológicos, assédio sexual no trabalho e no transporte público.



“A violência contra a mulher é consequência das desigualdades socioculturais e econômicas históricas nas relações de gênero, e que perpassam outras esferas, como a pouca presença de mulheres nos espaços de poder e decisão, a desigualdade salarial e as discrepâncias entre as divisões de tarefas domésticas e familiares”, reitera a jornalista Alessandra Gomes, coordenadora do GT 8 de Março.

Enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão, o Hospital Universitário pretende contribuir com essa discussão, assegurando, atentando-se aos princípios do SUS, à Lei Maria da Penha e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas (ONU). A equidade, entendida como tratar de forma desigual os desiguais, é um ponto norteador do SUS, e as mulheres estão inseridas neste contexto de desigualdades na saúde.

Já a Lei Maria da Penha, em seu artigo 8º, prevê, como medida integrada de prevenção entre as diversas instâncias da sociedade, “a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres”. Já a ONU tem como meta atingir até 2030 o Objetivo 5 da ODS, que é alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Capacitação



Um momento de capacitação também faz parte da programação do mês da mulher no HU. No dia 29 de março, acontece o seminário “Particularidades do corpo da mulher no atendimento à saúde”. A iniciativa pretende capacitar profissionais de saúde quanto às especificidades do corpo da mulher, objetivando orientar a respeito de questões culturais e historicamente construídas e suas interfaces no atendimento recebido na contemporaneidade.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/03/08/hu-inicia-acoes-referentes-ao-mes-da-mulher/>

9 DE MARÇO DE 2023

“Quem (mais) pode inspirar uma mulher?”

Em comemoração ao mês da mulher, o Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (Critt) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) promove, no dia 20 de março, a palestra “Quem (mais) pode inspirar uma mulher?”. O evento gratuito acontece no formato remoto, às 19h, através da plataforma Google Meet.

Ministrada pela psicóloga e pós-graduada em Gestão Estratégica de Recursos Humanos e mestranda em Administração pela UFJF, Tatiana Finamore, a palestra reflete sobre os papéis da mulher como líder e a evolução feminina nos ambientes de trabalho. Além disso, traz uma abordagem conceitual sobre o posicionamento feminino, visando criar reflexões e transformar a realidade da percepção feminina, estimulando comportamentos capazes de fortalecer a empatia assertiva dentro das empresas.

Segundo Finamore, a proposta do evento é engrandecer os discursos e iniciativas das organizações em relação à equidade de gênero. Além disso, pontua a importância da sensibilização da sociedade em questões que afetam as mulheres como, por exemplo, a busca por mais respeito, condições de trabalho, igualdade salarial, oportunidades de acesso e crescimento nas empresas.

“Não queremos celebrar a data com uma rosa ou um bombom para as mulheres uma vez por ano somente. Isso é pouco para uma data que começou a ser comemorada em 1975, quando as Nações Unidas instituíram o Dia Internacional das Mulheres como um dia de protesto por direitos. Não podemos romantizar a data. É importante lembrar sempre a origem desse dia, que remete às constantes lutas das mulheres por sobrevivência e melhores condições de trabalho e pelo direito do voto”, pontua a psicóloga .

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/03/09/quem-mais-pode-inspirar-uma-mulher/>

9 DE MARÇO DE 2023

Abertas inscrições para oficina “Organização de documentos do movimento feminista”



O Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) está com inscrições abertas para a oficina “Organização de documentos do movimento feminista”. A atividade será realizada em parceria com o Fórum de Coletivos e Mulheres Feministas de Juiz de Fora (Fórum 8M-JF), no dia 16 de março, das 18h30 às 21h, na sede do próprio Arquivo.

Ao todo, são disponibilizadas 30 vagas e a seleção se dará por ordem de inscrição até o preenchimento das oportunidades. A participação é gratuita, aberta à comunidade e será conferida certificação. As pessoas interessadas em participar devem acessar o formulário eletrônico, [disponível neste link](#).

“Nossas oficinas têm um caráter prático, ‘mão na massa’. Escolhemos parte do acervo para mostrar como os documentos podem ser tratados, respeitando suas características e especificidades. Em linhas gerais, quando os participantes das oficinas entendem o processo de tratamento arquivístico, facilita muito a preservação desses documentos e da informação ali contida. Quando são recolhidos ao Arquivo Central, chegam organizados, em bom estado de conservação”, explica uma das

organizadoras da atividade, a técnico-administrativa em educação/restauradora da UFJF, Andréia de Freitas Rodrigues.

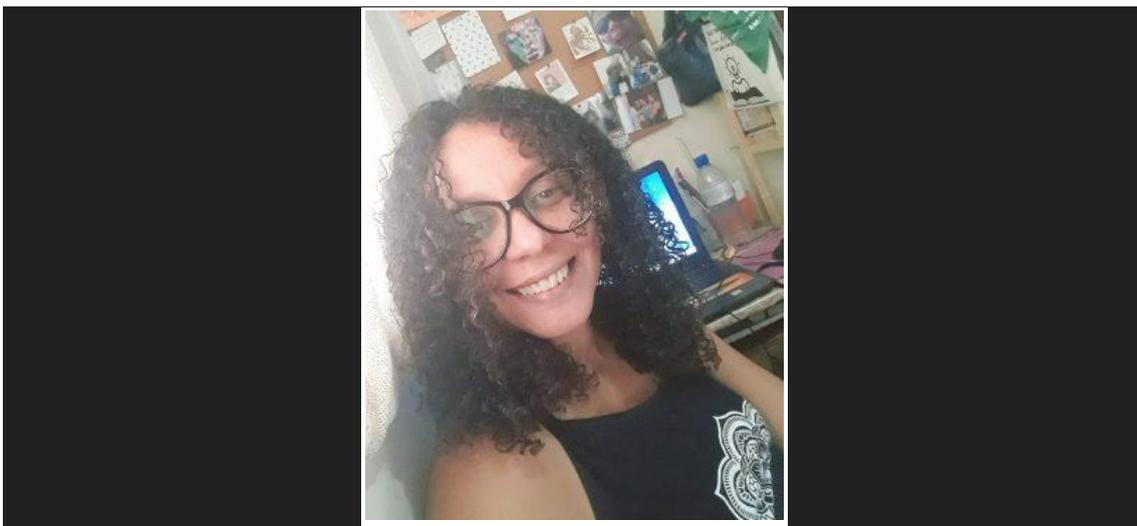
O Arquivo Central da UFJF é um instrumento de promoção da cidadania e democracia. “É no Arquivo que encontramos referências culturais que nos permitem compreender aspectos sociais e históricos da nossa sociedade, da nossa época, do nosso passado”, pontua Andréia. Ainda conforme a técnico-administrativa em educação, o diálogo entre a Universidade Pública e os movimentos sociais deve ser permanente, aspecto ressaltado nesta atividade extensionista realizada para marcar o Mês Internacional das Mulheres.

“A aproximação do Arquivo Central da UFJF com os movimentos sociais traz a perspectiva de construirmos história e memória com a participação das minorias sociais, trabalhando contra apagamentos e lacunas” – Andréia Rodrigues

“A característica principal do nosso acervo é reunir informações sobre Juiz de Fora e região. Essas informações podem e devem ser apropriadas pela população no sentido de construção da história e memória locais. A aproximação com os movimentos sociais contemporâneos traz a perspectiva de construirmos essa história e memória com a participação das minorias sociais, trabalhando contra apagamentos históricos e lacunas que vão se perpetuando.”

A avaliação é compartilhada pela também organizadora da iniciativa, a técnico-administrativa em educação/analista de sistemas, Marcélia Guimarães Paiva. Ela explica que a parceria com os movimentos feministas de Juiz de Fora surgiu ainda durante o período de isolamento social e trabalho remoto, impostos pela pandemia de Covid-19.

“Durante toda a pandemia nós do Arquivo Central fizemos *lives*, diálogos ao vivo com o público, via redes sociais. Esses encontros virtuais também foram realizados com os movimentos sociais. Lucimara Reis [*integrante do Fórum 8M-JF*] participou e sugeriu que o Fórum 8M-JF doasse o seu acervo ao Arquivo Central, no sentido de valorizar e registrar a luta pelo direito das mulheres em Juiz de Fora. Isso foi feito e começamos a pensar em novas atividades, como a oficina deste mês.”



Fórum Feminista 8M-JF

O Fórum de Coletivos e Mulheres Feministas de Juiz de Fora (Fórum 8M-JF) foi criado em 2017, para a organização da greve internacional de mulheres, realizada no dia 8 de março daquele ano. Nos últimos seis anos, o Fórum 8M-JF reuniu mulheres de variadas vertentes do feminismo e militantes de diferentes organizações em dezenas de atos, atividades de formação e mobilizações.

A militante do “Coletivo Pretxs em Movimento” e Fórum 8M-JF, doutoranda em Serviço Social na UFJF, Lucimara Reis, ressalta a relevância da oficina, visando a criar espaços para que contemporâneas e futuras pesquisadoras possam ter elementos e acesso à história dos movimentos sociais, em especial o das mulheres.

“Muito importante a realização desta oficina. É parte de um processo de conversas que a gente vem tendo com as companheiras do Arquivo Central da UFJF. A gente viveu e ainda vive processos de silenciamento e apagamento. Essa oficina vem no sentido de trabalhar nos processos de apagamento. A partir do momento em que somos capazes de registrar o nosso próprio trilhar na história, enquanto sujeitos políticos, ativas, isso precisa ficar registrado”, salienta.

*“É uma disputa do fazer e da narrativa do fazer. É fundamental esta oficina. Esperamos por muitas mulheres lá e que isso se torne uma prática: nós mesmas fazendo a nossa história” –
Lucimara Reis*

O Arquivo Central tem colaborado para que os movimentos sociais de Juiz de Fora consigam ter êxito nessa construção. “Muitos movimentos sociais trabalham com a oralidade que diversas vezes não fica registrada. Fazemos reuniões com desdobramentos importantes e acabamos não registrando. Ter uma oficina do Arquivo da UFJF, com profissionais que lidam com documentações, para orientar sobre como disponibilizar para pesquisas, seja lá quais forem, é muito importante para os coletivos e movimentos.”

Ainda conforme Lucimara, a intenção é ampliar os registros históricos para outros movimentos sociais, como os realizados nos bairros da cidade. “Sabemos que a História costuma dar voz para quem tem o poder e a gente está nessa disputa. É uma disputa do fazer e da narrativa do fazer. É fundamental esta oficina. Esperamos por muitas mulheres lá e que isso se torne uma prática: nós mesmas fazendo a nossa história. Nós mesmas registrando a nossa história”, finaliza. <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/03/09/arquivo-central-recebe-inscricoes-para-oficina-org-anizacao-de-documentos-do-movimento-feminista/>

10 DE MARÇO DE 2023

Cátedra Sérgio Vieira de Mello apresenta o terceiro encontro do Ciclo de Conferências

Com o título “Instrumentos de política linguística em contextos de migração de crise”, o terceiro encontro do Ciclo de Conferências da **Cátedra Sérgio Vieira de Mello da Universidade Federal de Juiz de Fora (CSVM/UFJF)** será ministrado pelo professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), **Leandro Rodrigues Alves Diniz**, na segunda-feira, 13, às 15h. As transmissões, gratuitas, são realizadas pelo canal do **YouTube da CSVM/UFJF**.

Com temas correlatos ao universo do refúgio e das pessoas refugiadas, abrangendo questões técnicas, jurídicas, acadêmicas e de humanidade, o Ciclo de Conferências da CSVM/UFJF se propõe a trazer pessoas experientes e especialistas na área, que estão no campo de atuação de apoio ao refugiado, a fim de divulgar e discutir questões referentes a este universo a partir da vivência de técnicos do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e professores vinculados a outras Cátedras no Brasil, assim como de outros países inauguradas recentemente.

“Retomamos o ciclo de conferências da CSVM/UFJF, estimulados com a pluralidade de temas que orbitam o universo dos refugiados... dessa vez a fala do prof. Leandro Diniz sobre política linguística e migração em tempos de crise amplia nosso acervo de debates sobre este tema tão contemporâneo” comemora o coordenador da CSVM/UFJF e mediador dos encontros, Rodrigo

Christofoletti, que divide a mediação dos encontros com o vice-coordenador da Cátedra, Alexandre Cadilhe.

O objetivo dos encontros é divulgar experiências e pesquisas no âmbito dos refugiados, como também, desmistificar a compreensão acerca desse universo e oferecer um núcleo de oportunidade para formação sobre as questões relacionadas ao refúgio. As reuniões são voltadas para as comunidades acadêmica e para a comunidade externa em geral, para que as informações sobre o tema possam chegar a um maior número de pessoas e, conseqüentemente, proporcionar a potencialização das ações ofertadas pela Cátedra.

Este encontro inaugura o primeiro semestre do Ciclo de conferências 2023 da Cátedra Sérgio Vieira de Mello/UFJF, que tem como tema “Migração e Acolhimento interseccionados pela linguagem, educação e patrimônio”. Os encontros acontecem sempre às segundas-feiras, das 15h às 17h.

Confira a programação deste semestre do Ciclo de Conferências CSVN/UFJF:

DI A	TÍTULO	DOCENTE
13/ 03	Instrumentos de política linguística em contextos de migração de crise	Prof. Dr. Leandro Rodrigues Alves Diniz (UFMG)
03/ 04	Protocolo de atendimento ao migrante no Ensino Fundamental I: o que a fronteira nos diz	Prof. Dra. Laura Amato (UNILA)

08/ 05	Sentidos ao refúgio: das práticas às políticas de integração	Prof. Dr. Bruno Deusdará (UERJ)
05/ 06	Cooperação Internacional e regime dos refugiados: discussões necessárias	Prof. Dr. Fabiano Lourenço de Meneses (UNISANTOS)
03/ 07	Migração e acolhimento pelos campos do patrimônio, linguagem e educação	Prof. Dr. Rodrigo Chritofoletti (UFJF) e Prof. Dr. Alexandre Cadilhe (UFJF)

Será emitido certificado para quem participar de, no mínimo, cinco encontros do Ciclo de Conferências.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/03/10/catedra-sergio-vieira-de-mello-apresenta-o-terceiro-encontro-do-ciclo-de-conferencias/>

14 DE MARÇO DE 2023

Ciência a serviço do corpo feminino



“Homem” é uma palavra cujo sinônimo pode ser, entre outros, “humanidade”. Por séculos, até mesmo por milênios, esse entendimento foi refletido na ciência: o modelo de corpo entendido como universal foi o masculino. Essa visão estreita resultou na recorrente desconsideração da anatomia feminina, especialmente suas particularidades em relação à masculina, bem como a restrição da mesma ao papel de gerar bebês.

Justamente por estar em constante movimento e questionamento, a ciência – ou melhor, aqueles que fazem a ciência – abriu os olhos para as oportunidades perdidas, o tempo desperdiçado e as vidas impactadas por não ter o corpo feminino e suas muitas singularidades em conta. Um exemplo de pesquisa nesse sentido é sediada na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), desenvolvida no Núcleo de Pesquisa e Inovação em Ciências da Saúde (**Nupics**) da Faculdade de Farmácia.

Os frutos dessa pesquisa já são visíveis: foi registrado pelos pesquisadores, junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), um novo formato de anel vaginal que resulta em uma aceitação mais confortável, aumentando a acessibilidade do produto para que pessoas com vaginas façam reposição hormonal e adotem métodos de contracepção – e, em um futuro próximo, possa impactar até mesmo na prevenção e no tratamento de doenças sexualmente transmissíveis.

Impressão 3D de anéis vaginais

Reflexo da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PNAISM), o projeto “Impressão 3D de anéis vaginais: avaliação das percepções de mulheres e ginecologistas” é conduzido por **Laura Junqueira, Francisco Raposo, Geraldo Sérgio Vitral, Marcos Brandão e Nádia Raposo**. Os pesquisadores ressaltam que o uso desses anéis (que são uma opção para a liberação controlada de medicamentos por um período prolongado de tempo, de semanas a meses) tem vantagens claras: “segurança, aplicação local realizada pela própria mulher, poucos efeitos adversos, liberação controlada do fármaco e baixa frequência de administração”.



Porém, por serem fabricados em larga escala em uma geometria fixa, ou seja, sempre nos mesmos tamanhos e com pouca variação da dosagem, os anéis vaginais no Brasil ainda encontram obstáculos para ser uma opção viável, já que não é levado em conta que o público-alvo tem diferentes necessidades, hábitos e preferências. “A geometria, a cor, a textura e até mesmo o odor são características relevantes a serem consideradas durante o desenvolvimento de formulações vaginais. E o formato (*design*) tem particular importância, pois pode impactar na percepção da facilidade de aplicação dos medicamentos vaginais.”

De acordo com os pesquisadores, é aí que entra a tecnologia da impressão 3D, também chamada de manufatura aditiva. “Essa opção vem sendo descrita como uma tecnologia inovadora e emergente que pode possibilitar uma transição da abordagem atual de produção em massa para a fabricação de medicamentos personalizados de acordo com as necessidades individuais. Adicionalmente, devido a sua versatilidade, a impressão 3D possibilita a fabricação de formatos diferenciados, os quais seriam difíceis de serem produzidos tradicionalmente”, compartilham.

É por isso que os cientistas da UFJF empregaram esse tipo de impressão para fabricar quatro formatos diferentes de anéis vaginais e, desta forma, avaliar as percepções de mulheres e ginecologistas em relação aos dispositivos desenvolvidos. “Os formatos avaliados no trabalho incluem: o tradicional de círculo, dois formatos previamente descritos na literatura e um inovador, desenvolvido e patenteado junto ao Inpi pela equipe de pesquisa, via o Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (Critt) da UFJF.”

Segundo os resultados já constatados pela pesquisa, esse novo formato criado na UFJF proporciona melhorias funcionais, como melhor manuseio, adaptação e fixação à mucosa vaginal, evitando expulsões involuntárias e promovendo adequado conforto genital; possibilidade de trânsito de fluidos biológicos (sêmen, fluxo menstrual, fluido vaginal); e aumento da área de contato com a mucosa, com consequente facilitação da liberação de fármacos.

Após o registro de propriedade industrial, os pesquisadores da UFJF pretendem articular o intercâmbio de dados gerados na pesquisa, protegidos com ênfase na transferência de tecnologia para o setor produtivo para uso e benefício da população feminina.

Mulheres não são um grupo homogêneo



Junqueira, Raposo, Vitral e Brandão frisam que as pesquisas e o desenvolvimento de produtos voltados para o corpo feminino devem levar em consideração fatores como idade, raça, sexualidade, deficiência, território, classe, preferências, necessidades, entre outros. “A personalização dos anéis vaginais, especialmente em relação ao formato, com mais opções para que a mulher consiga escolher o seu preferido, pode levar a uma maior aderência à terapêutica e diminuição dos efeitos adversos, fazendo com que o tratamento seja mais efetivo e em última análise melhore a qualidade de vida da mulher.”

Quando questionados se as políticas que envolvem pesquisas para esse público estão mudando para levar em consideração as necessidades específicas do corpo feminino, os pesquisadores lembram que, de acordo com a teoria social, o gênero é também dependente de fatores históricos e sócio culturais. “Um olhar para o ser mulher como algo além da biologia e anatomia é imprescindível para a evolução dos cuidados em saúde da mulher. Nessa perspectiva, as políticas em saúde voltadas para a pesquisa e desenvolvimento de fármacos devem caminhar no sentido de uma atenção integral, cada vez mais centrada nas necessidades específicas de saúde de cada indivíduo e reconhecendo como as diferenças podem influenciar, por exemplo, na adesão à terapia e, portanto, no processo de saúde”, refletem.

Por isso, eles defendem que é indispensável para o processo científico incluir a escuta atenta às mulheres para, assim, “identificar as melhores práticas e o desenvolvimento de produtos mais adequados para atendê-las, visando não só a humanização e a personalização, mas permitindo que as mulheres avancem nas suas conquistas, na perspectiva da saúde como direito de cidadania.”
<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/03/14/ciencia-a-servico-do-corpo-feminino/>

15 DE MARÇO DE 2023

Que mulher te inspira?



Das flores às mãos fechadas, do rosa pink a outros tons, das mulheres brancas e novas à diversidade de corpos femininos. Aos poucos, a sociedade vem ressignificando a celebração em homenagem às mulheres. Se antes a data era marcada apenas por clichês que exaltavam mais características ligadas à feminilidade, à maternidade ou à delicadeza, hoje os sentidos disputam com outros marcadores sociais, que questionam a desigualdade de gênero ainda perversa que se vivencia em pleno século XXI.

Por isso, não basta pensar apenas no Dia Internacional da Mulher – 8M. A campanha **Mulheres que inspiram** vai apresentar ao longo do mês diferentes perfis com histórias da comunidade acadêmica, com indicações do público das redes da UFJF. Acompanhe!

Isabel Leite



Professora do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Medicina, **Isabel Leite** afirma que, em seu dia a dia como docente, pesquisadora e profissional, ela busca se enxergar no lugar do outro, seja nas aulas, seja nas discussões e reflexões. “Talvez isso faz com que as pessoas se enxerguem em mim, de alguma maneira se sintam representadas por eu me colocar no lugar delas e por tentar enxergá-las com a minha perspectiva, de pesquisadora, cidadã.”

Na visão da docente que acumula experiências também em cargos de assistência e de gestão municipal, esse reconhecimento representa na verdade uma grande responsabilidade de ser um exemplo de profissional: “um modelo que não beire à ilusão, à utopia, mas que tenha pés na realidade e que mostre pra essas mulheres tudo aquilo que elas podem alcançar mesmo diante das dificuldades de ser mulher na nossa sociedade”.

Isabel destaca que grande parte de sua jornada acadêmica foi destinada ao serviço público, tendo estudado em escolas públicas desde o início da infância até o doutorado. “Uma trajetória que foi feita de lutas, de apropriações, de busca por espaços e de conquista desses espaços. Sempre rodeada por outros, todos que me servem de suporte, de inspiração, por outros cidadãos, mas também por outras mulheres que me serviram um dia de inspiração.”

Hoje como perfil que inspira, a professora considera que é porque estimula as mulheres, sobretudo as mais jovens, a sonhar e a transformar suas realidades.

Rosenira de Oliveira



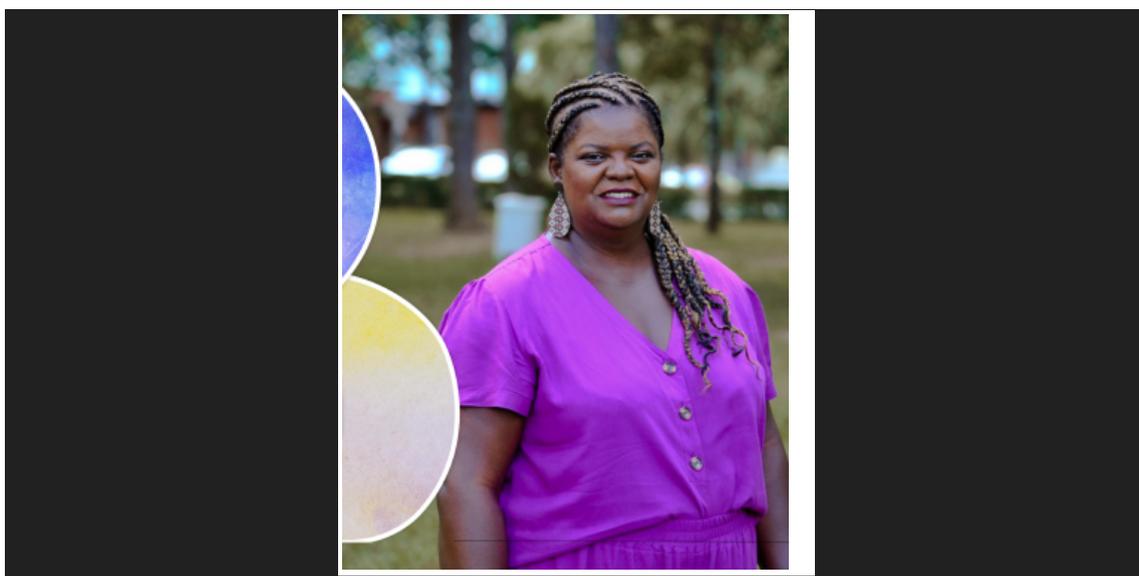
Funcionária terceirizada da UFJF, Rosenira Angélica de Oliveira é conhecida como “Dona Rose” na Reitoria da Universidade. Nascida em Jatobá do Piauí, Rose vive em Juiz de Fora desde 2015, depois de passar também por Barra Mansa, no interior do estado do Rio de Janeiro.

A primeira da família a se mudar para a cidade foi uma das filhas de Rose, que fez graduação em Administração na Universidade Salgado de Oliveira (Universo) e atualmente estuda na Faculdade de Educação (Faced) da UFJF. Outra filha da funcionária é aluna do curso de Rádio, TV e Internet, na Faculdade de Comunicação (Facom).

Em sua trajetória com várias paragens, Juiz de Fora vem sendo uma boa estação: “Gosto daqui, amo aqui. O que mais gosto é do clima. Lá no Piauí é muito quente”. Para Dona Rose, ser indicada como uma mulher inspiradora é motivo de felicidade e orgulho. Alegria que fica demonstrada em seu trabalho e na relação com as pessoas na Universidade.

“O ambiente é bom, eu gosto muito das pessoas. Acho que com o meu jeito, as pessoas, rapidinho, se acostumam comigo e eu me acostumo com as pessoas. Pego uma amizade boa. E tenho muitas amizades aqui”, reitera.

Adriana Oliveira

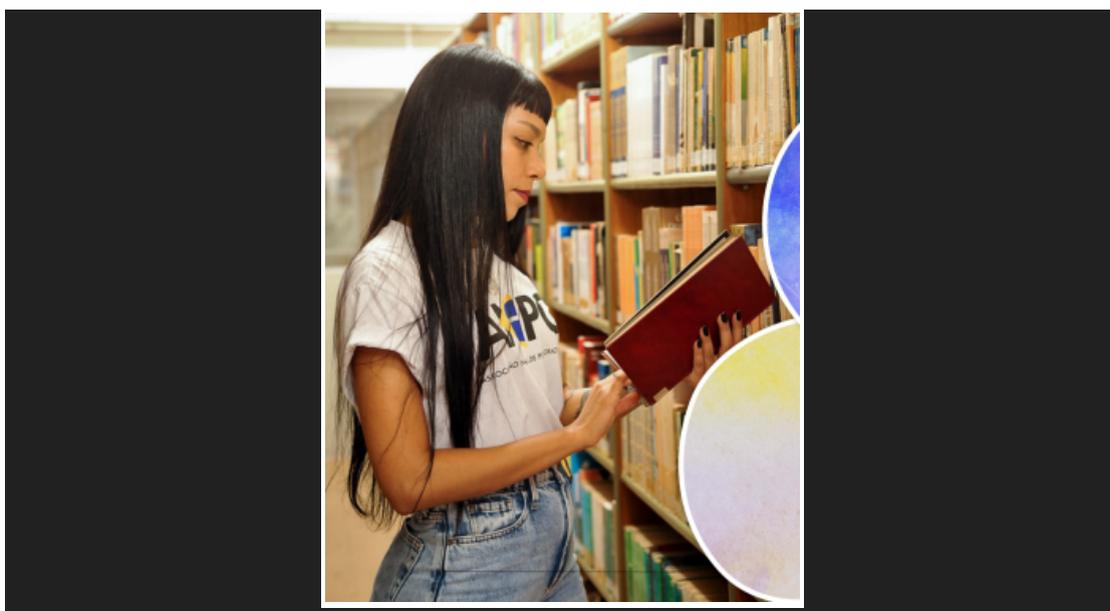


Bibliotecária-documentalista da UFJF, **Adriana Oliveira** trabalha atualmente com o Repositório Institucional que conta com um acervo de aproximadamente 15 mil documentos com texto completo, em formato digital. “O Repositório reúne e dissemina a produção intelectual da UFJF, onde são disponibilizadas teses, dissertações, monografias, artigos de periódicos, livros, relatórios e outras produções acadêmicas.”

Na instituição há quase três décadas, Adriana conta que ficou surpresa, mas lisonjeada com a indicação para a campanha. “Procuro exercer minha profissão com o máximo de dedicação, busco capacitação constante para implementar ferramentas, recursos e serviços na atividade que estou desenvolvendo no momento”, afirma.

Para a servidora técnico-administrativo em educação (TAE), a sua atuação é voltada para facilitar o acesso à informação e à disseminação do conhecimento, principalmente o conhecimento produzido na UFJF. Ela destaca em sua trajetória todas as oportunidades de capacitação e crescimento profissional que teve na Universidade.

Dalila Varela



Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF, **Dalila Varela** é a coordenadora geral da Associação de Pós-Graduandos (APG) da UFJF. Tendo ingressado na Universidade por

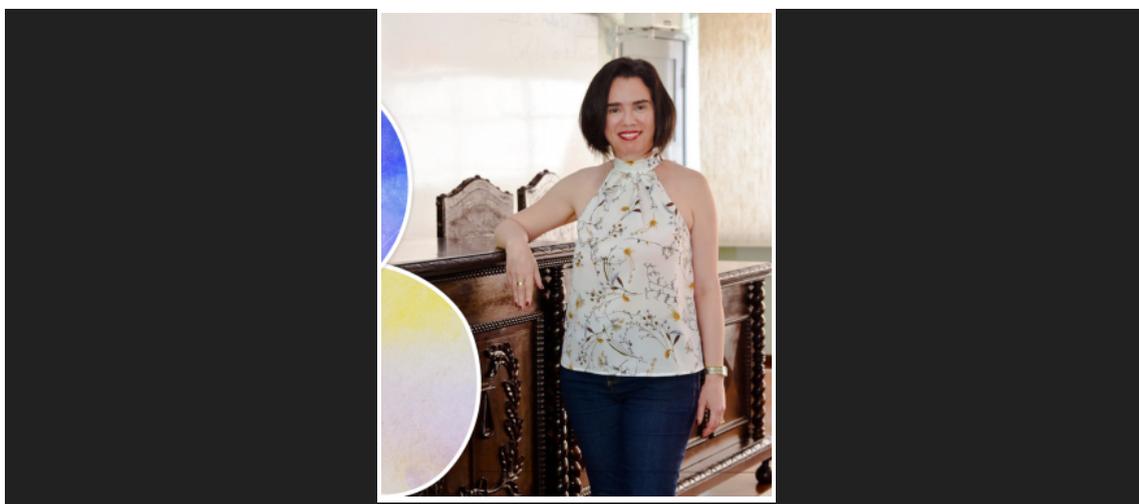
meio das cotas do Sisu em 2014, a historiadora sempre estudou em escolas públicas municipais e estaduais no ensino básico, tendo participado de uma das primeiras turmas contempladas com os cursos técnicos do Pronatec.

Para a indicada da campanha, a representatividade é muito importante: “Quando se vem da classe trabalhadora, é mulher e não branca, lutar e ser resiliente são as únicas formas possíveis de se viver numa sociedade ainda profundamente racista, misógina e elitista.”

O lugar de destaque na APG implica nas atividades que participou ao longo de 2021 de enfrentamento e resistência aos ataques que a pós-graduação brasileira sofreu. “Estivemos à frente em muitos momentos delicados, conversando com as/os discentes e lutando por soluções, assim acredito que o acolhimento da associação foi fundamental para atravessarmos tudo o que aconteceu no Brasil”, pontua.

Em busca de aprofundar o debate sobre o racismo e patrimônio cultural que promoveu em sua pesquisa no mestrado, a doutoranda tem trabalhado com o acervo documental do ICMS Patrimônio Cultural, cuja política, segundo ela, “não contribuiu para a diversificação dos bens preservados em Juiz de Fora, uma das cidades com maior contingente de pessoas escravizadas no século XIX, mas cujo patrimônio continua sendo majoritariamente referente à memória e história dos grupos brancos”.

Cláudia Toledo



Professora da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Direito e Inovação, **Cláudia Toledo** desenvolve pesquisas nas áreas de Teoria e Filosofia do Direito e Direito Constitucional. Ela disse que foi uma satisfação saber que estava entre as mais indicadas na campanha pelo Mês da Mulher, sendo um estímulo para seguir adiante.

“Ter esse reconhecimento é recompensador do empenho profissional e pessoal, e é motivante, pois mostra que, apesar de toda a diversidade e pluralidade que felizmente temos hoje na sociedade, há valores que são diretrizes de vida não só para mim ou para alguns, mas para vários.”

Em sua prática, Cláudia busca articular o tripé ensino-pesquisa-extensão nas atividades da graduação e da pós-graduação, abordando temas debatidos e conclusões alcançadas nos projetos de pesquisa que coordena. “Tais questões e resultados são também divulgados e discutidos em debates e exposições em webinários e mesas-redondas, por exemplo. Dessa forma, tem-se a interação e contribuição da pesquisa tanto na formação de estudantes (ensino), quanto na informação e orientação da sociedade em geral (extensão)”, enfatiza.

Outras docentes indicadas com destaque foram Zélia Ludwig (Física) e Sandrelena Monteiro (Educação). Algumas mensagens também frisaram a forte presença feminina em alguns cursos como Educação, Enfermagem e Letras.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/03/15/que-mulher-te-inspira/>

16 DE MARÇO DE 2023

Ouvidoria da UFJF consolida o diálogo e o aprimoramento dos serviços ao cidadão

Comemorado no dia 16 de março, o Dia Nacional da Ouvidoria, data instituída pela **Lei 12.632**, em 2012, tem como objetivo conscientizar sobre a importância do trabalho do ouvidor no atendimento à comunidade interna e externa dos diferentes órgãos e instituições.

Na Universidade Federal de Juiz de Fora, a Ouvidoria é responsável por receber, encaminhar e acompanhar elogios, sugestões, solicitações, reclamações e denúncias. Ela exerce o papel de porta-voz do cidadão, possibilitando o aprimoramento dos serviços prestados.

Nesse sentido, a Ouvidoria atende seus usuários presencialmente, por e-mail ou telefone. Contudo, o Fala.BR é o único canal para o registro das manifestações.

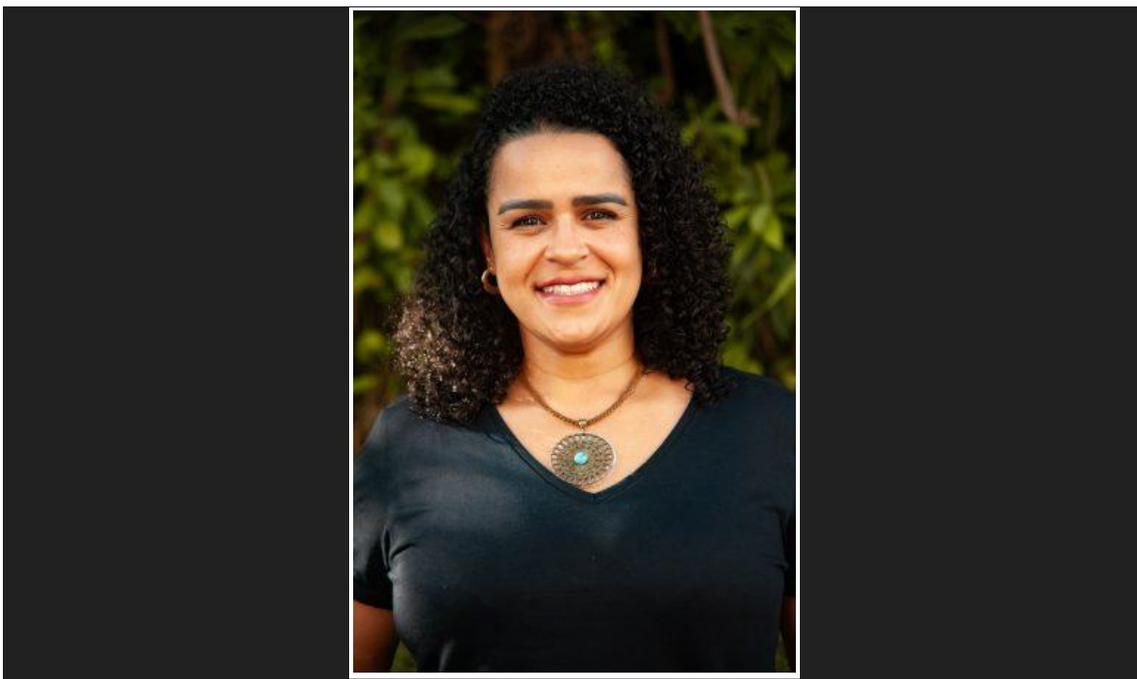


Além disso, a **Ouvidoria da UFJF** também atua de forma integrada a outros setores da Administração com o intuito de contribuir com a solução de problemas existentes e tem como objetivo buscar respostas que ultrapassem a dimensão punitivista e observem a urbanidade, a acessibilidade, a cortesia e o respeito no atendimento aos usuários manifestantes.

“Ao estabelecer a comunicação entre a comunidade e a Administração, a Ouvidoria se apresenta como um importante instrumento de gestão e agente de mudanças na instituição, considerando que as manifestações dos cidadãos oportunizam o aprimoramento dos serviços prestados”, destaca a ouvidora geral da UFJF, **Anna Cláudia Rodrigues Alves**.

Neste sentido, os encaminhamentos feitos pela Ouvidoria têm como objetivo contribuir com a resolução de problemas existentes de forma otimizada.

Ouvidoria de Ações Afirmativas



De modo a melhorar a qualidade do atendimento, desde 2016, a UFJF conta com duas Ouvidorias: a Geral funciona como um canal de mediação entre a Instituição e as comunidades interna e externa.

E a Especializada em Ações Afirmativas, que recebe demandas de situações de discriminação, preconceito, violência, opressão e negação de direitos vivenciadas no ambiente universitário.

O setor, criado em junho de 2016 por meio da **Resolução nº 32 do Conselho Superior**, integra a Diretoria de Ações Afirmativas da UFJF e tem como atribuição principal combater quaisquer tipos de discriminação e violência no âmbito da Universidade.

“Precisamos avançar para a radicalidade da democracia e construir novas formas de relação entre os sujeitos que permitam a reparação das iniquidades sociais e a retratação dos processos de exclusão socialmente forjados”, ressalta a ouvidora Especializada em Ações Afirmativas **Danielle Telles**.

Atendimentos nos últimos anos

Possibilitando a mediação e o encaminhamento correto de solicitações, apenas nos últimos dois anos (2021 e 2022), período que abrange a transição do atendimento remoto ao presencial, a Ouvidoria Geral contabilizou **672 atendimentos**, consolidando este canal como um espaço de diálogo entre a comunidade interna e externa com a UFJF.



Cabe destacar que todas as manifestações encaminhadas à Ouvidoria da UFJF tem como garantia o sigilo das informações.

Já a Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas recebeu **oito manifestações em 2021**.

Portanto, cabe à Ouvidoria Especializada acolher as demandas pertinentes à política de ações afirmativas, buscando sempre a negociação dos conflitos por meio do diálogo. Vale ressaltar que há a garantia de anonimato às vítimas.



Como funciona?

A Ouvidoria da UFJF garante a manifestação e correto encaminhamento das manifestação do cidadão. Assim, se pautam na perspectiva democrática, enquanto espaços de garantia de direitos e de participação social.

Para entrar em contato, basta entrar no site [Fala.BR](https://www.fala.br); escolher qual tipo de solicitação você deseja registrar; entrar na sua conta; e enviar a sua demanda direcionada à Universidade Federal de Juiz de Fora. Caso precise de auxílio, também é possível procurar presencialmente, por e-mail ou telefone.

Qual é o prazo de respostas?

Como prevê a [Lei nº 13.460](#), de 2017, o prazo para responder a uma solicitação é de 30 dias corridos, podendo ser prorrogável por mais 30 dias.

Atendimentos

Para atendimentos presenciais, o horário de funcionamento da Ouvidoria é das 7h às 19h. O contato por telefone pode ser feito pelo número (32) 2102-3380.

Já os contatos para atendimentos por e-mail são: ouvidoria@ufjf.br, para a Ouvidoria Geral e ouvidoriaespecializada.diaaf@ufjf.br, para a Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas.

Endereço para manifestações: [Fala.BR – Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação](https://www2.ufjf.br/noticias/2023/03/16/ouvidoria-da-ufjf-consolida-o-dialogo-e-o-aprimoramento-dos-servicos-ao-cidadao/).
<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/03/16/ouvidoria-da-ufjf-consolida-o-dialogo-e-o-aprimoramento-dos-servicos-ao-cidadao/>

17 DE MARÇO DE 2023

Projeto de extensão promove bate-papo sobre aspectos genéticos e trissomia do 21

O projeto de extensão “Cuidado compartilhado: parceria entre família, profissionais de saúde e pessoas com síndrome de Down (trissomia do 21)” do campus Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF-GV) promove nesta segunda-feira, 20 de março, às 18h, um bate-papo aberto ao público sobre “Aspectos genéticos e trissomia do 21”. A atividade visa destacar a importância do Dia Internacional da Síndrome de Down, celebrado em 21 de março.

A data foi escolhida em alusão à Trissomia do Cromossomo 21, uma vez que as pessoas com a síndrome de Down carregam três cromossomos número 21, em vez de dois, como as demais pessoas.

De acordo com a professora Andréia Peraro, coordenadora do projeto de extensão, a data é celebrada desde 2006 com o objetivo de fomentar a visibilidade social e conscientizar a sociedade para a necessidade da inclusão das pessoas com a síndrome de Down. “É preciso que as pessoas respeitem e contribuam para acabar com o preconceito. As pessoas com síndrome de Down estão no mercado de trabalho, nas universidades, se casam e levam uma vida comum. Ou seja, a data ajuda a contribuir para esta inclusão. Como mãe de uma pessoa com síndrome de Down, eu sei que existem

limitações, comorbidades, mas é preciso sempre destacar que é possível superar estas limitações e mostrar que estas pessoas merecem oportunidades como qualquer outra”.

O bate-papo será realizado na sala 04 da Unidade São Pedro, à avenida Moacir Paleta, 1167. Serão emitidos certificados de participação a todos os presentes.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/03/17/projeto-de-extensao-promove-bate-papo-para-celebrar-dia-internacional-da-sindrome-de-down/>

27 DE MARÇO DE 2023

Ciclo de palestras trata sobre as novas formas de lidar com a obesidade

O ciclo de palestras “UFJF no mês de estudos da obesidade – Um novo jeito de olhar” acontece no dia 31 de março, das 14h às 18h, no Anfiteatro das Pró-Reitorias. A ação é organizada pelo serviço de Endocrinologia e Metabologia da Universidade e contará com palestras sobre as novas abordagens médicas em relação à obesidade, como cuidados com o paciente e consulta motivacional. A entrada é gratuita e não é preciso fazer inscrição prévia. Médicos clínicos e especialistas interessados no assunto formam o público-alvo do encontro.

O tema é inspirado no mote da campanha pelo Dia Mundial da Obesidade, comemorado em 4 de março e realizada pela Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (Sbem) e pela Associação Brasileira para Estudo da Obesidade e Síndrome Metabólica (Abeso): “Obesidade: um novo jeito de olhar”. A intenção é alcançar uma abordagem empática, humanizada e multidisciplinar para uma doença crônica, multifatorial e com alta prevalência mundial.

De acordo com a professora do Departamento de Clínica Médica e endocrinologista, Christianne Leal, fatores internos e externos podem ser causadores da obesidade. “Genética, histórico familiar de obesidade, sedentarismo, hábitos de vida modernos, alimentação com ultraprocessados com alto teor de gorduras, diminuição e piora da qualidade do sono”, lista a docente, que integra a organização do evento.

O uso de alguns medicamentos e a ocorrência de doenças endócrinas como a Síndrome de Cushing, que gera excesso do nível de cortisol, também são indutores do quadro. Assim como a obesidade tem diversos fatores, o tratamento também é multidisciplinar: passa por aumento da atividade física, melhora da qualidade da alimentação e possível uso, com orientação médica, de medicamentos auxiliares.

“Um modo de descobrir se uma pessoa está com excesso de peso é calcular o Índice de Massa Corporal (IMC): dividir o peso atual pela altura em metros ao quadrado. Se o indivíduo tem IMC maior que 30, configura obesidade”, explica Christianne Leal. A medida, no entanto, não é o único parâmetro – outros métodos alternativos ou complementares também são usados por profissionais de saúde para determinar as condições dos pacientes.

Também participam da organização do evento as professoras Danielle Guedes e Lize Vargas, do Serviço de Endocrinologia e Metabologia, e Carla Lanna, do Departamento de Fisiologia. O serviço de Nutrição, liderado pela professora Nathércia Percegoni, é colaborador do ciclo de palestras. Em 4 de março, Dia Mundial da Obesidade, o serviço de Endocrinologia e Metabologia realizou uma ação no campus da UFJF, com caminhada e alongamento orientados por um instrutor de atividade física.

Confira o cronograma do encontro:

14h: “Um novo jeito de olhar: abordagem e tratamento dos indivíduos que vivem com excesso de peso”. Palestrante: Danielle Guedes – professora do Departamento de Clínica Médica da UFJF e endocrinologista

14h50: “Consulta motivacional no tratamento das pessoas com obesidade”. Palestrante: Isabel Weiss – psicóloga

Coffee break

16h: “Combinação de bupropiona/naltrexona: nova perspectiva terapêutica na abordagem da obesidade”. Palestrante: Thaís Palumbo – farmacêutica

17h: “O fígado do indivíduo com obesidade: uma atualização em doença hepática gordurosa metabólica. Palestrante: Rodrigo Moreira – ex-presidente da Sbem, professor do Centro Universitário Presidente Antônio Carlos de Juiz de Fora (Unipac) e do Centro Universitário de Valença (Unifaa), endocrinologista.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/03/27/ciclo-de-palestras-trata-sobre-as-novas-formas-de-lidar-com-a-obesidade/>

29 DE MARÇO DE 2023

Quais escritoras você leu recentemente?



Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.

Mulher é desdobrável. Eu sou.

Esses são os versos finais de “Com licença poética”, do livro “Bagagem” (1976), escrito pela mineira Adélia Prado – uma das autoras indicadas pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) para incentivar a leitura e divulgar o acervo do local, formado também por obras de literatura.

O projeto “Estante Temática” reúne títulos do acervo da Universidade e, em comemoração ao Mês da Mulher, esta edição traz autoras contemporâneas e clássicas, brasileiras e internacionais. Além de Adélia Prado, o leitor poderá conhecer mais sobre os trabalhos de Conceição Evaristo, Cleonice Rainho (1915-2012), Jane Austen (1775-1817), Zélia Gattai (1916-2008), entre outras.

Ainda como parte do projeto, os frequentadores da Biblioteca podem deixar suas próprias recomendações em um mural na entrada. A iniciativa é chamada de “Livroflix” e conta com a pergunta presente no título desta matéria. Na estante temática desta edição também há livros de história e estudos sobre a presença da mulher na sociedade, além de biografias sobre mulheres célebres.

As exposições acontecem periodicamente na Biblioteca Central desde 2019, para fomentar a procura pelas autoras e como forma de repercutir o movimento **Leia Mulheres**, um clube de leitura com reuniões mensais para discussão sobre livros escritos por mulheres. A iniciativa é realizada em mais de cem cidades brasileiras, além de países como Portugal e Singapura.

“A comunidade acadêmica tem a impressão de que a Biblioteca só tem livros técnicos ou bibliografias básicas dos cursos. E isso não é verdade. A Biblioteca Central, dentre as bibliotecas do campus, é a que tem mais acervo de literatura – um acervo muito rico e atual. No final de 2019 nós tivemos um processo de licitação que foi desenvolvido em 2020, então conseguimos comprar muitos livros atualizados”, conta a bibliotecária-documentalista da UFJF Fabíola Rubim, uma das responsáveis pela iniciativa.



Além dos livros adquiridos recentemente, a Biblioteca Central conta ainda com um vasto repertório de obras reunidas ao longo de décadas. Como aponta Fabíola, há um “legado”. “Temos livros que não são achados em lugar nenhum, esgotados. É um acervo desenvolvido ao longo de muitos anos, um serviço de literatura muito rico e que vale a pena ser explorado”, destaca.

De acordo com a bibliotecária-documentalista da UFJF Roberta Dannemann, a “Estante Temática” já foi montada em outras ocasiões, como o Dia da Consciência Negra e o Bicentenário da Independência. Tanto na estante, quanto no “Livroflix”, podem constar também assuntos que estejam em evidência em um determinado momento. A próxima ação pretende homenagear a cidade de Juiz de Fora, comemorando seu aniversário em 31 de maio.

“A Biblioteca Central é um organismo em movimento. Ela sempre busca atender às necessidades da sociedade. Além de ser uma biblioteca universitária, é também pública”, diz Roberta. Integrantes da comunidade acadêmica da UFJF – estudantes, professores e servidores técnico-administrativos –

podem fazer empréstimo de livros e o público externo pode consultar as obras presencialmente na Biblioteca Central, que fica localizada no **prédio da Reitoria**.

Além de Fabíola e Roberta, a bibliotecária-documentalista Uiara Soares também participa da organização das ações. Outras atividades de divulgação podem ser conferidas na página no **Instagram** das Bibliotecas da UFJF.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/03/29/quais-escritoras-voce-leu-recentemente/>

31 DE MARÇO DE 2023

Nota sobre denúncia de assédio

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) informa que recebeu, por meio da Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas, uma denúncia de importunação sexual contra um servidor. A vítima, uma trabalhadora terceirizada, foi acolhida pela ouvidoria especializada, onde a denúncia foi formalizada e o processo encaminhado à Diretoria de Controle Institucional. Esse é o procedimento padrão adotado pela UFJF para assegurar o devido cuidado com a vítima e apurar o mais rapidamente possíveis denúncias deste tipo.

A Diretoria de Controle Institucional é o órgão responsável por instaurar, conduzir ou supervisionar procedimentos investigativos e disciplinares (PADs) contra servidores na UFJF, e dará encaminhamento ao caso.

A empresa terceirizada também está ciente do ocorrido e tomando as medidas para a proteção da trabalhadora.

A UFJF lamenta e informa, ainda, que não tolera nenhum tipo de assédio, atuando em todas as manifestações registradas e que, por meio da ouvidoria especializada, continuará prestando acolhimento e esclarecimentos à denunciante.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/03/31/nota-sobre-denuncia-de-assedio/>

ABRIL

5 DE ABRIL DE 2023

10º Encontro nacional de mulheres da UNE será realizado na UFJF



A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) vai sediar o 10º Encontro das Mulheres Estudantes da União Nacional dos Estudantes (10º EME da UNE), entre os dias 7 e 9 de abril. Mais de mil mulheres já se inscreveram para participar do evento, cujo tema central será “Feministas em movimento para semear um Brasil novo”. A intenção é discutir o que as mulheres estudantes querem para o novo ciclo político que se inicia no país.

O encontro contará com arenas de debate, plenárias, mesas, feira e apresentações culturais. Haverá uma grande variedade de questões em pauta, relativas à vivência das mulheres na universidade, como reforma universitária, educação pública e privada, meio ambiente, saúde da mulher, educação no campo e experiências das mulheres negras e LBTs (lésbicas, bissexuais e transexual), entre outras temáticas.

A abertura do EME será realizada na sexta-feira, 7, a partir das 18h, no Cine-Theatro Central. O evento terá a participação da vice-reitora da UFJF, Girlene Alves da Silva, da pró-reitora de

Assistência Estudantil, Cristina Bezerra, e da prefeita de Juiz de Fora e ex-reitora da Universidade, Margarida Salomão. Representantes de movimentos sociais feministas também estarão presentes na solenidade, que será marcada pela realização de apresentações culturais e místicas.

As participantes ficarão alojadas na Faculdade de Educação Física e Desportos (Faefid), os debates acontecerão na Faculdade de Engenharia e a feira, no Instituto de Artes e Design (IAD). As inscrições podem ser efetuadas on-line ou, presencialmente, na sexta, quando será realizado o credenciamento para o evento, das 8h às 17h, na Universidade.

Na [página de inscrição](#), é possível também conferir os valores para participar. Mulheres graduandas e pós-graduandas podem comparecer ao encontro. [Acesse a programação completa](#).

O EME é auto-organizado por mulheres. De acordo com a diretora de Mulheres da UNE, Carol Azevedo, a intenção é levar aos debates uma nova perspectiva sobre a universidade pública brasileira, tendo o feminismo como referência e as discussões sobre as experiências das mulheres.

Ainda de acordo com Carol, a diversidade das mulheres estudantes – “mulheres negras, LBTs, estudantes do campo, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, de centros urbanos, da periferia” – precisam fazer parte da pauta de luta. “Essas especificidades precisam ser levadas em consideração a partir do momento em que a gente pensa em política pública de educação para essas mulheres. É a partir dessas reflexões que temos condições de fazer uma discussão profunda sobre quais são as reais demandas das mulheres estudantes nessa conjuntura posterior à pandemia, à reorganização da educação, e do mundo do trabalho, com o aprofundamento da violência nas universidades, com o processo de sucateamento pelo qual as instituições passaram”, relata.

Esta será a segunda edição do EME sediada na UFJF. O oitavo encontro, realizado em 2018, também aconteceu no campus Juiz de Fora. Segundo Carol Azevedo, a Universidade tem as condições estruturais adequadas para receber o EME e existe na instituição o entendimento da importância de promover o debate sobre a vida das mulheres estudantes nas universidades. “A gente visualiza a UFJF como essa universidade de grande referência, tanto porque tem muitas mulheres no seu quadro de gestão”, assinala Carol. O 10º EME da UNE é realizado em parceria com a UFJF e a Prefeitura de Juiz de Fora.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/04/05/10o-encontro-nacional-de-mulheres-da-une-sera-realizado-na-ufjf/>

5 DE ABRIL DE 2023

Projeto capacita 268 profissionais de saúde para o enfrentamento da violência e na notificação de casos em JF



Por meio do projeto de Extensão “Cultura de Paz e Prevenção das Violências: Tecendo Redes”, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) atuou na capacitação de 268 profissionais de saúde de Juiz de Fora, aprimorando o processo de notificação de casos de violências na rede de assistência – unidades básicas de saúde, hospitais e policlínicas. Os resultados da parceria foram apresentados a representantes da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) no último mês.

Foram realizadas 16 oficinas sobre notificação da violência interpessoal e autoprovoçada. Os participantes – a maioria deles, enfermeiros – foram orientados sobre o correto preenchimento das fichas de notificação, além dos procedimentos para o encaminhamento adequado dos casos. Também participaram das oficinas médicos e assistentes sociais.

Nas turmas, foram incluídos profissionais com atuação em diferentes níveis de assistência, tendo em vista o fortalecimento do trabalho em rede. O objetivo foi sensibilizar os trabalhadores para a temática da violência, com a abordagem de conceitos e as formas de enfrentamento no próprio local de trabalho.

De acordo com assistente social da Subsecretaria de Vigilância em Saúde da Prefeitura, Vívian Marliere, foi possível notar uma elevação do número de notificações de violência e um incremento da qualidade dessas citações, após o início das oficinas realizadas junto aos profissionais de saúde.

“A parceria priorizou a sensibilização dos profissionais e a educação para a importância da ficha de notificação. Quando recebemos fichas com dados incompletos, nós ficamos sem subsídios para pensar em ações voltadas à prevenção junto à população. Desde que as capacitações começaram, as fichas de qualificação passaram a ter uma representatividade melhor para o nosso banco de dados”, avalia Vívian, que destaca ainda a importância da reciclagem do profissional para poder identificar melhor os tipos de violências menos perceptíveis.

Os organizadores do projeto “Cultura de Paz” realizaram ainda fóruns remotos sobre temas como violência contra a mulher, a população LGBTQIA+ e pessoas idosas; fórum presencial sobre a violência e as políticas públicas de enfrentamento; videoaula sobre notificação de casos de violência; ações informativas junto à comunidade geral sobre os serviços de enfrentamento à violência existentes no município, além do mapeamento dessa rede.

Equipe multidisciplinar



O projeto contou com uma equipe multidisciplinar, formada por professores, estudantes bolsistas e voluntários da UFJF ligados ao Núcleo de Assessoria Treinamento e Estudos em Saúde (Nates), Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NuGea) e o Núcleo de Estudos em Violência e Direitos Humanos (Nevidh). Também foram realizadas ações informativas junto à comunidade geral sobre os equipamentos de combate à violência no município e de mapeamento dessa rede. Para a coordenadora geral do projeto, Cacilda Andrade de Sá, a experiência contribuiu para a formação acadêmica dos estudantes.

“Contamos com a participação de alunos bolsistas de vários cursos: Pedagogia, Medicina, Serviço Social, Geografia e Comunicação. Deixamos muitas possibilidades de trabalho junto à população para que o projeto possa ter continuidade, cumprindo assim o papel da Extensão”, avalia Cacilda, que é psicóloga e professora do Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina (Famed).

A pró-reitora adjunta de Extensão, Fernanda Cunha, esteve presente no encontro para entrega dos resultados aos representantes da PJF e classificou o projeto como “inovador”, o que gerou desafios, além de ressaltar a ação social da UFJF junto à comunidade geral.

O projeto de Extensão “Cultura de Paz e Prevenção das Violências: Tecendo Redes” foi desenvolvido com a intenção de contribuir com as ações do Plano Municipal de Fortalecimento da Vigilância das Causas Externas. Além da coordenadora, Cacilda Andrade de Sá, participaram da iniciativa os professores: Maria Teresa Bustamante Teixeira (Departamento de Saúde Coletiva), Letícia Coutinho Lopes Moura (Departamento de Patologia), Wagner Barbosa Batella (Departamento de Geociências) e Ricardo Bedendo (Departamento de Técnicas Profissionais e Conteúdos Estratégicos da Faculdade de Comunicação).

A apresentação dos resultados foi realizada no mês de março, na sede do Nates, no campus da UFJF em Juiz de Fora, com a participação subsecretário de Vigilância em Saúde Jonathan Tomaz. As atividades do projeto foram realizadas entre junho de 2022 e fevereiro de 2023.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/04/05/projeto-cultura-de-paz-capacita-268-profissionais-de-saude-para-o-enfrentamento-da-violencia-e-notificacao-de-casos-em-jf/>

11 DE ABRIL DE 2023

Estudantes discutem políticas públicas para mulheres nas universidades



No feriado da Semana Santa, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) foi o destino de cerca de mil mulheres, que estiveram na cidade para participar da **10ª edição do Encontro das Mulheres Estudantes da União Nacional dos Estudantes (10º EME da UNE)**, entre os dias 7 e 9 de abril.

Estudantes de várias partes do Brasil, desde estados do Sudeste, até Acre, Amapá, Alagoas, Paraná, Rio Grande do Norte, Goiás, entre outros, estiveram reunidas para debater os desafios estudantis e atualizar a agenda do movimento a partir de uma perspectiva feminista e antirracista.

O resultado dos muitos dias de debates, em plenárias, mesas, feira e também apresentações culturais foi a construção de uma carta que sintetiza as principais ideias discutidas ao longo dos três dias do 10º EME. O documento foi assinado pelas entidades participantes e pela diretora de Articulação Institucional, Eixos Temáticos e Participação Política do **Ministério das Mulheres**, Carla Ramos, que esteve na cidade representando a ministra Cida Gonçalves.



Entre as principais demandas apresentadas no documento, está a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso e permanência das estudantes à universidade, com iniciativas voltadas à assistência estudantil e contra a evasão de mulheres e mães. A valorização das bolsas e

equipamentos como moradias estudantis, creches universitárias, RU, lavanderias e transporte também foram apontados como ações fundamentais para garantir a permanência.

Um dos pontos que gerou mais discussão, segundo a integrante da Diretoria de Mulheres da UNE, Janaina Corrêa, foi a segurança das mulheres e o combate ao assédio nas universidades. “É muito recorrente que as mulheres evadam de seus cursos nas universidades após sofrerem violência e assédio. Por medo de denunciar, muitas vezes elas acabam tendo que conviver com seus agressores e assediadores. Ou então acabam desistindo de seus cursos por conta de uma situação em que elas foram as vítimas.”

Apesar da maior conscientização sobre a importância de lidar com casos de assédio e discriminação de gênero, as universidades brasileiras ainda enfrentam barreiras no combate à violência contra a mulher e toda a comunidade LGBTIAPN+. Diante disso, o grupo propõe o desenvolvimento de políticas públicas nos moldes dos centros de referência, com ações de acolhimento e atendimento humanizado às mulheres, apoio psicológico, jurídico e a construção de um protocolo de combate a violência e ao assédio no ambiente universitário.

“Não podemos permitir que mais Janaínas se silenciem. Não podemos permitir que mais Janaínas da Silva não realizem os seus sonhos”, declarou a presidenta da UNE, Bruna Brelaz, na abertura do evento, em referência à estudante de jornalismo Janaína da Silva Bezerra, de 22 anos, estuprada e assassinada em uma sala da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em janeiro de 2023.

Para a coordenadora geral do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFJF, Maria Edna Fernandes, é fundamental construir uma política universitária de combate ao assédio. “Nós somos maioria nas universidades, mas o machismo ainda impera. Precisamos urgentemente de ações de combate à violência nas universidades.”



Memória, verdade e justiça

O palco do Cine-Theatro Central, durante a abertura do 10º EME, realizada na última sexta-feira, 7, recebeu centenas de mulheres, de diferentes grupos, partidos, tendências e entidades, unidas com um só objetivo: promover debates que irão nortear políticas públicas estudantis voltadas às mulheres para os próximos anos.

Na abertura, fizeram uma homenagem às mulheres que lutaram e sofreram durante a ditadura militar no Brasil, encerrada com a faixa “Pela vida das mulheres: memória, verdade e justiça”, repetida em coro por todo o teatro. E seguiram com a leitura do manifesto do evento, com o propósito de “organizar os rumos da luta feminista, no florescer de um Brasil novo.”

[Confira mais fotos da abertura do evento](#)



E teve gente que veio de muito longe para esse momento de luta e união. A estudante de Física Letícia Holanda, da Universidade Federal do Acre (Ufac), percorreu quase 4 mil quilômetros para estar presente no evento. Ela veio de Rio Branco (AC) para marcar presença na 10ª edição do encontro. “A gente precisa se mobilizar. A mulher tem uma visão muito ampla da política e precisamos defender nossas pautas, como oportunidades de trabalho, creches, aborto, maternidade e combate à violência. Não há ninguém melhor que nós mesmas para falarmos de nossas necessidades.”



Já a estudante indígena do povo Kamecrã, Fernanda Oliveira, coordenadora nacional da Ecoar Juventude Ecosocialista veio de Fortaleza (CE) para o evento. Estudante de Biologia da Universidade do Ceará (UFC) ela apontou, entre os desafios do movimento feminista, a necessidade de levar às discussões a situação das mulheres indígenas e seu apagamento nas universidades. Chamando atenção para a história de massacre dessas populações, Fernanda reforça a necessidade de lutar por melhores condições de educação e vida no geral para essas mulheres, que ao longo da história resistiram ao genocídio e à exploração capitalista. “A luta indígena é essencial para nosso povo, que está sendo massacrado desde 1500. A gente luta para ter nossa terra, nossa moradia e a gente quer demarcação, cotas nas universidades e nosso povo vivo. Por isso a gente precisa de mais mulheres indígenas nesses espaços.”



Presente na cerimônia de abertura, a vice-reitora da UFJF, Girlene Alves da Silva, destacou ser fundamental estimular a formação política estudantil e fortalecer as políticas públicas voltadas à mulher. “É preciso fazer o reencantamento da solidariedade entre nós. E fomentar a participação de mais mulheres cientistas, mulheres trabalhadoras, mulheres mães, fortalecendo a criação de políticas para que essa população não esteja vulnerável às mudanças de governo.”

Para a deputada federal Dandara Tonantzin (PT), que é relatora da revisão da Lei de Cotas, enegrecer as universidades é essencial. “Sou cotista, da quebrada, e vi a universidade se enegrecer nos últimos anos.” Ela também falou do selo ‘Não é Não’, seu primeiro projeto apresentado na Câmara dos Deputados, que consiste em um protocolo de segurança para coibir e mitigar os casos de violência sexual contra mulheres e de outro projeto de lei apresentado, que busca criminalizar a misoginia. “Queremos que nenhuma mulher sofra qualquer tipo de violência.”



A vereadora juiz-forana Laiz Perrut (PT) destacou que sua atuação no legislativo é fruto de movimentos como o EME. “Se hoje estou vereadora, é porque o EME me trouxe para o feminismo”. A também vereadora pelo município, Tallia Sobral (Psol) destacou a necessidade de uma política de estado prioritária para a defesa da vida das mulheres. “Vivemos o resultado de uma política de extermínio.”

Representando a prefeita de Juiz de Fora, Margarida Salomão (PT), a secretária de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), Fabiola Paulino da Silva, listou algumas iniciativas do executivo municipal para as mulheres, mas destacou que a cidade é menor para elas, pelo fato de não poderem andar em todos os espaços, devido à violência. “Por isso acredito na luta feminista, para a construção da sociedade que a gente quer”, destacou a secretária, que é ex-dirigente da diretoria de mulheres da UNE.

Para a representante da Marcha Mundial das Mulheres, Nalu Faria, é necessário pensar o feminismo como uma forma de dismantelar uma sociedade capitalista e patriarcal e o papel da auto-organização das mulheres nesse processo de formação é fundamental. “O mais importante é nossa organização coletiva.”

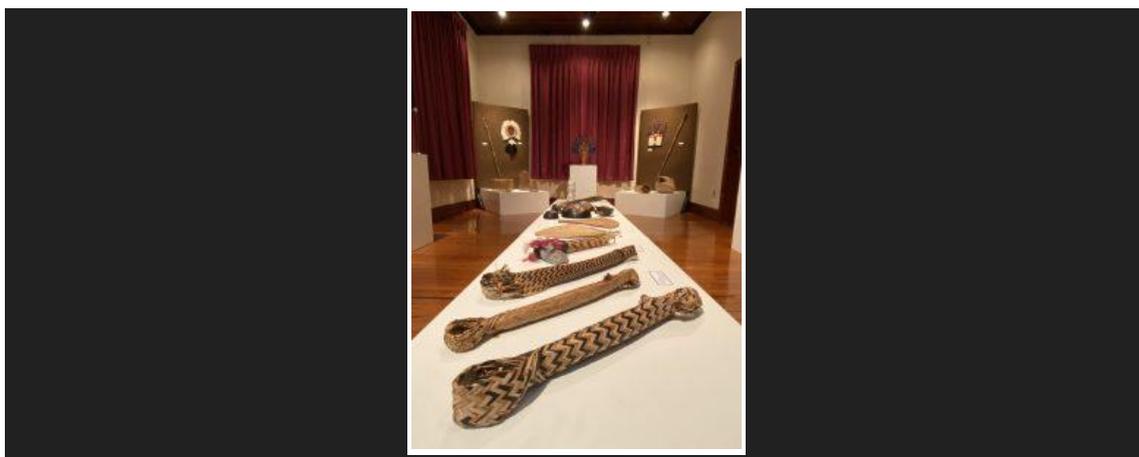
O próximo passo do movimento é a realização de mobilizações no dia 19 de abril para defender a revogação da reforma do ensino médio e pelo fim da violência nas escolas e universidades.

<https://youtu.be/kVGH4kY6WUs>

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/04/11/estudantes-discutem-politicas-publicas-para-mulheres-nas-universidades/>

14 DE ABRIL DE 2023

Mostra celebra a diversidade da cultura indígena no Brasil



Comemorado em 19 de abril, o Dia dos Povos Indígenas é dedicado a celebrar a cultura e a herança dos povos originários, a fim de preservar a memória e promover a reflexão crítica a respeito do passado e da atual situação das diferentes etnias indígenas, após séculos de colonização, discutindo pautas que visem a estabelecer políticas públicas que garantam seus direitos. Nesse contexto, o Museu de Cultura Popular da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), instalado no Forum da Cultura, sedia, até o dia 28, a exposição “Arte indígena”, uma celebração à diversidade da cultura indígena no Brasil.

A mostra reúne peças confeccionadas por diferentes etnias, que refletem tradições e costumes de povos indígenas, parte importante na formação da cultura brasileira. Através de instrumentos

utilizados no dia a dia, como lanças, faca e machado de pedra, o público poderá conferir um pouco da história dos indígenas mineiros, como é o caso dos Maxakali, que vivem em aldeias no Vale do Jequitinhonha, região nordeste do estado, e dos Krenak, etnia que reside no leste.

Outro destaque são as bonecas Karajá (ritxòkòs), originárias do Mato Grosso e da Ilha de Marajó (PA), que condensam e expressam importantes aspectos da identidade dos Karajá. Feitas em cerâmica, possuem formas geométricas, cores vibrantes e reproduzem o ordenamento sociocultural e familiar da etnia, sendo importantes instrumentos de socialização das crianças que, ao brincar, se veem nesses objetos e aprendem a ser Karajá.

Entre os objetos feitos em cerâmica, há uma réplica em miniatura, oriunda do Amazonas, reproduzindo uma urna funerária antropomorfa (com figura humana), que mostra características das cerimônias de sepultamento de algumas populações indígenas da região. Há, ainda, obras de cestaria e trançados de povos indígenas do Mato Grosso, Rio de Janeiro e Amazonas feitas para diferentes finalidades.



Os cocares também chamam a atenção em “Arte Indígena”. Originários do Mato Grosso, foram feitos por indígenas das etnias Tapirapé e Rikbaktsa. Tradicionalmente, o cocar se tornou um dos principais ornamentos utilizados por diversos povos indígenas. Sua função varia de etnia para etnia, podendo servir como adorno ou mesmo um símbolo de status no grupo, entre outros.

Também é possível conferir cuias fitomorfas para Tacacá – prato de origem indígena típico da região amazônica, remo e tipitis – utilizados, principalmente, para extrair o líquido da mandioca, deixando-a própria para o consumo e transformando-a em farinha.

Durante o período em que permanecerá em cartaz, “Arte Indígena” estará aberta para visitação de segunda a sexta, das 10h às 19h. As visitas são gratuitas e abertas ao público em geral. No caso de grupos, é necessário agendamento prévio, que pode ser feito através do telefone (32) 2102-6306 ou pelo e-mail forumdacultura@ufjf.br. A exposição contará também com repercussão nos perfis do Forum da Cultura no Instagram e no Facebook.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/04/14/mostra-celebra-a-diversidade-da-cultura-indigena-no-brasil/>

18 DE ABRIL DE 2023

Visibilidade indígena para além do 19 de abril



A mensagem na imagem acima é de Célia Xakriabá, a primeira deputada federal indígena eleita por Minas Gerais com mais de 100 mil votos: “antes do Brasil da coroa, existe o Brasil do cocar”. Se ainda há mais motivos para lutar do que celebrar, a data de 19 de abril deste ano traz algumas conquistas importantes. O Dia do Índio foi oficialmente substituído pelo Dia dos Povos Indígenas, de acordo com a [Lei 14.402](#), promulgada em 8 de julho de 2022, tendo em vista que a palavra “índio” é pejorativa e genérica, não considerando as especificidades que existem entre os povos indígenas.

Nas eleições de 2022, nove pessoas autodeclaradas indígenas foram eleitas para cargos legislativos, o que representa um aumento de 900% em relação a 2018, quando apenas Joênia Wapichana havia sido eleita. Pela primeira vez, um governo eleito instituiu o Ministério dos Povos Indígenas, sob gestão de uma liderança indígena feminina, Sônia Guajajara. No dia 6 de abril, foi retomado o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), órgão colegiado de caráter consultivo, integrante da estrutura do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, conforme o [Decreto nº 11.481, de 2023](#).

Direito à biodiversidade



Reivindicação histórica dos povos indígenas, e também das comunidades tradicionais e agricultores familiares, o Projeto Político Pedagógico dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Brasil está sendo elaborado. O objetivo é fomentar um processo de formação, denúncia e construção de uma peça legal de caráter popular. Um dos convidados para mediar a construção do projeto é o vice-diretor do Jardim Botânico e professor do Departamento de Botânica do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFJF, [Gustavo Soldati](#), em função de seu histórico na luta pelos direitos dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores familiares.

O pesquisador também tem amplo conhecimento da [Lei 13.123](#), conhecida como o Marco da Biodiversidade, que trata do acesso ao patrimônio genético do país e dos conhecimentos tradicionais associados. “Todo o processo se deu de maneira participativa, respeitando os valores desses grupos e buscando ampliar as suas lutas”, explica Soldati. Embora a Lei também verse sobre a repartição de benefícios, ela foi concebida em 2015 sem consultar esses grupos originários, que são justamente quem cuida e maneja a biodiversidade.

Já foi dado início ao processo de construção do Projeto Político Pedagógico com ampla consulta aos povos tradicionais, com uma oficina realizada em Brasília, em fevereiro deste ano, que contou com a participação de mais de 40 lideranças de todo o país. Está prevista a realização de cinco oficinas de formação regionais, uma em cada região do Brasil, e depois uma nacional, ainda em 2023.

“Tem a história que nos deram espelhos, né? Devem ter dado pra não ter que se enxergarem”
(Cristiane Pankaruru)

“Fiz uma opção política de disponibilizar o meu conhecimento acadêmico para as lutas de todos os povos tradicionais. Creio que há um enlace ético e político na minha vida acadêmica que me faz aproximar das disputas que os povos indígenas travam atualmente. Em algumas situações, esses povos me reconhecem como parceiros e me convidam para contribuir”, afirma sobre as suas diferentes atividades relacionadas aos povos originários.



Da etnia Pankararu, **Cristiane Julião** integra o grupo que tem elaborado o projeto político pedagógico, cuja discussão tem sido feita com bastante cuidado. “Faz parte de um longo processo de luta, aprendizados, diálogos e observações de atores e cenários onde atuamos”, comenta a indígena do povo que ocupa o sertão pernambucano.

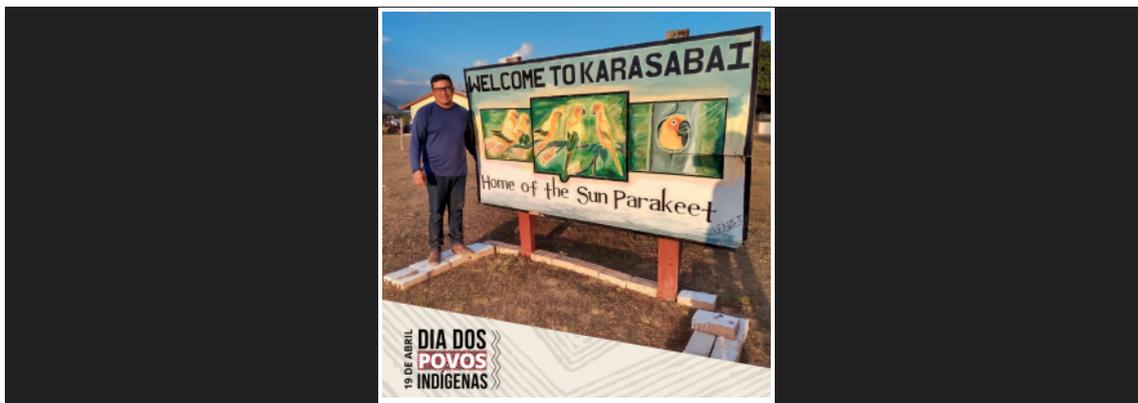
Em sua concepção, o maior desafio continua sendo a regularização dos territórios. “A permissividade, a libertinagem que o sistema trata os territórios e seus habitantes humanos e não humanos sequela ainda em muitos sofrimentos porque mexe como toda dinâmica cosmológica, alimentar, cultural e tradicional; mexe como todo nosso corpo, desde a escravização física à psicológica.”

“Ainda estamos num processo de ‘educação etnosocial’, procurando agir com maturidade e diplomacia àqueles que nos chamam de ‘sujos’. Tem a história que nos deram espelhos, né? Devem ter dado pra não ter que se enxergarem.”

O valor da Educação

Mestrando em Educação Matemática na UFJF, o indígena **Francimario da Silva** da etnia Macuxi mora no município de Normandia, em Roraima. Com 22 anos de trajetória profissional na área da Educação, Francimário já atuou em escolas indígenas e não indígenas. Ele conta que sempre gostou de estudar, acumulando formação em magistério para os anos iniciais, graduações nas áreas de Ciências da Natureza e Matemática e especializações em Metodologia do Ensino da Matemática e em Matemática.

“É muito gratificante essas experiências adquiridas ao longo da vida, mas percebi que a profissão de professor de Matemática vai além das quatro paredes. O curso de mestrado em Educação Matemática era um sonho. E esse sonho está se concretizando aqui na Universidade Federal de Juiz de Fora.”



Pelas experiências em sala de aula, Francimario percebeu que faltava algo e queria contribuir como docente para sua cidade e seu povo. “Não é um simples papel ou certificado que almejo. A minha vinda aqui é para adquirir novos conhecimentos. Saio daqui com uma perspectiva de dever cumprido para disseminar para o estado de Roraima o verdadeiro valor da Educação Matemática, em especial para a educação escolar indígena”, assegura. A sua proposta de pesquisa busca justamente mostrar a cultura do seu povo e relacionar com o ensino da Matemática.

“Ser indígena no país hoje representa a formação do povo brasileiro, pois tudo começou com os povos indígenas”, reflete. Quanto às ações políticas do governo em todas as instâncias, a sua expectativa é que possam ser implantadas políticas públicas voltadas realmente para a população indígena, que se comprometam a combater o desmatamento e o garimpo ilegal.

Uma de suas preocupações principais é com a saúde pública indígena: “Por que não equipar as universidades que já existem para que a formação de futuros médicos do nosso país seja para todos? Já temos indígena médica, ou cursando faculdades de Saúde, mas é preciso investimento público para ampliar esse acesso.”

O movimento do Povo Puri no Sudeste

De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, atualmente há no Brasil cerca de 817.963 indígenas, de 305 etnias diferentes e 274 línguas indígenas. Apesar do senso comum acreditar que o Sul e o Sudeste tem poucos povos indígenas, por conta da maior concentração nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, mais de 60 mil pessoas se autodeclararam indígenas nessas regiões.

Uma das etnias que sofreu com o processo de genocídio e etnocídio, por conta do avanço da colonização, é a Puri. No último censo, 675 pessoas que vivem em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e, principalmente, Minas Gerais, se autodeclararam da etnia Puri. Hoje, há vários movimentos que buscam reconhecimento, visibilidade e garantia de direitos.

“Eu vibro para que nós estejamos mais presentes como sempre estivemos” (Aline Pachamama)

Historiadora, a indígena **Aline Rochedo Pachamama** (chamada Churiah Puri em sua língua original), explica que o povo Puri não é homogêneo. Ela integra o território da Serra da Mantiqueira, conhecida na língua indígena como Inhã Uchô, que significa Serra Mãe das Águas. Doutora em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Aline Pachamama explica que seu povo precisou ressignificar costumes para não ser totalmente escravizado e, a partir do século XVIII, há poucos agrupamentos numerosos, sendo encontrados apenas pequenos núcleos familiares. Há também registros em cidades de São Paulo, como Campos do Jordão e São José dos Campos, na Zona da Mata de Minas Gerais e em parte do Espírito Santo.



Sobre a expansão territorial na região na época do Brasil Colônia que obrigou o deslocamento dos povos indígenas, a historiadora informa que os brancos não se apropriaram apenas dos territórios mas também das estradas do Ouro, que ficaram conhecidas como a Estrada Real. “Os deslocamentos entre as comunidades indígenas já existiam, e a Família Real também se apropriou dessa organização.”

Reconhecimento e identidade

Um trabalho que tem sido feito no momento é com as gerações mais novas para que se possa entender a importância da representatividade e identidade indígenas. “Não basta ser uma busca individual, tem que ter a escuta da família, mas é muito difícil, sobretudo para os mais jovens da nossa região, onde o nosso povo foi violentamente e simbolicamente silenciado. A sociedade não indígena é cruel demais e preconceituosa”, reforçando que fala sobre a sua vivência e seu lugar territorial.

A falta de incentivo governamental para se criar um centro de memória Puri tem obrigado os próprios indígenas a buscarem meios para tentar reparar essa lacuna e negacionismo histórico. Uma iniciativa é a campanha organizada pelo **povo Puri da Serra da Mantiqueira**, que quer construir a **OCA/Museu Inhã Uchô**. A reivindicação é para que a Prefeitura de Resende, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, reconheça a Mantiqueira como território indígena e o povo Puri o guardião da Serra, devendo ser difundida sua cultura e legado.

A indígena também é escritora e publicou em 2020 o livro “Boacé Uchô: a história está na terra”. Em sua perspectiva, apesar do movimento que vem acontecendo no Brasil e no mundo, a grande maioria das pessoas ainda desconhece a presença dos povos indígenas na política, na educação e em

outras instâncias: “tem as questões decoloniais, mas na prática a gente ainda não está vendo as coisas mudarem; então eu vibro para que nós estejamos mais presentes como sempre estivemos.”

Campus da UFJF

Em homenagem ao Abril Indígena, uma série especial de fotos estampa o campus sede com alguns registros da exposição “Maxakali – A resistência de um povo”, em cartaz nas galerias Tchóre, Mehtl'on, e Tlegapé, da casa-sede do Jardim Botânico. As fotos são de Ramon Raphaelo.
<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/04/18/visibilidade-indigena-para-alem-do-19-de-abril/>

19 DE ABRIL DE 2023

Evento do Direito da UFJF-GV discute contrabando de migrantes e tráfico de pessoas



Além do Rio Doce, do Pico da Ibituruna e, claro, do calor, Governador Valadares também domina o assunto quando a pauta é a migração para os Estados Unidos. Saíram dessa cidade do Leste de Minas Gerais os primeiros brasileiros que chegaram à terra do Tio Sam, ainda nos anos de 1960¹, um trajeto que continuou a ser percorrido nas décadas seguintes. Só que junto com o “sonho americano” vieram também o contrabando de migrantes e o tráfico de pessoas.

Atento a essa realidade, o curso de Direito do campus Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz Fora promove na próxima segunda-feira, 24, um evento dedicado a discutir as ações da Polícia Federal (PF) no combate à migração ilegal, seus desdobramentos repressivos e punitivos e a implementação de medidas preventivas e políticas públicas para a educação sobre o tema. Para tratar do assunto, o convidado será o delegado da PF Allan de Souza Ferreira Mattos, referência das operações policiais do gênero na região.

Segundo o professor do curso de Direito do campus e coordenador da atividade, Bráulio Magalhães, o principal objetivo da iniciativa é “abordar os direitos de cidadania para a circulação de pessoas entre os países, em especial à nova regulamentação de entrada e permanência, como previsto na Lei de Migração (Lei 13.455/2017)”.

Ainda de acordo com o docente, “por ser uma região marcada por processos históricos de emigração de brasileiros rumo aos Estados Unidos e Europa, tem-se verificado muitas tentativas de violação de processos regulares de entrada e permanência e, com isso, várias tentativas de entrada irregular nos territórios estrangeiros, com exploração econômica dessas atividades, gerando ciclos de ilegalidades com endividamentos de pessoas, prisões e ameaças”.

Na avaliação de Magalhães, a atividade é uma oportunidade para que tanto a comunidade acadêmica quanto a sociedade conheçam as ações e programas que a PF dispõe para evitar ilegalidades nos fluxos migratórios na região, como também apresentar ações e resultados das ações policiais repressivas no combate ao contrabando de pessoas na região.

O evento é aberto à comunidade externa e não exige inscrição prévia. Haverá emissão de certificado.

Contrabando de migrantes e tráfico de pessoas: Atuação da Polícia Federal e repercussões
Data: segunda-feira, 24, de 9h30 às 11h30
Local: sala 407 (4º andar) da Faculdade Pitágoras

¹ A informação quanto ao pioneirismo dos valadarenses na imigração fazem parte do livro *Brasileiros nos Estados Unidos: Meio século (re)fazendo a América (1960-2010)*. A obra, de autoria de Álvaro Eduardo de Castro e Lima e Alanni de Lacerda Barbosa de Castro, foi publicado em 2017 pela Fundação Alexandre de Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/04/19/evento-do-direito-da-ufjf-gv-discute-contrabando-de-migr-antes-e-trafico-de-pessoas/>

19 DE ABRIL DE 2023

Ações extensionistas da UFJF-GV ajudam a disseminar a cultura e saberes dos povos indígenas



“Ser indígena é ser reconhecido”. A frase do pataxó Sinaré Braz dá o tom do que anseiam os primeiros habitantes de Pindorama por ocasião das comemorações deste 19 de abril. E para reconhecer é necessário, primeiramente, conhecer. E é justamente isso o que tenta fazer o Núcleo de Agroecologia (Nagô) e o Pluriversidade do Watu, ações extensionistas do campus Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz de Fora focadas na disseminação da cultura e saberes dos povos originários que vivem no Vale do Rio Doce. E o mais recente desses intercâmbios aconteceu na última sexta-feira, 14, quando integrantes de ambos os projetos visitaram a aldeia Geru Tucunã, no município de Açucena, durante a 10ª Festa Indígena Pataxó. No local, além de Sinaré, vivem dezenas de outros indígenas da etnia.

É o caso de Natália Pataxó. A professora, que carrega o seu povo no sobrenome, conhece muito bem o papel da educação nesse processo de revisão da história que é ensinada sobre os indígenas. “É uma história de que os povos indígenas vivem na mata, da caça e da pesca, e isso não é o que acontece hoje no nosso país. Nós temos 523 anos de contato e há uma diversidade cultural dos povos indígenas”, ressalta.

Escrita em linhas tortas pela caneta dos colonizadores, essa história acaba gerando, segundo a educadora, “um grande preconceito e um equívoco de que o indígena tem que ter uma característica física, que é o olho esticado, pele morena, cabelo liso e de que só existem na Amazônia”. É por conta disso que precisam “lutar todos os dias pela sobrevivência, pelo território e pela permanência da cultura”, explica Natália, para quem o momento é de “as pessoas conhecerem a verdadeira história dos povos indígenas e de tentar valorizar e respeitar”.



Na opinião do professor do campus, Reinaldo Duque, que é coordenador do Nagô e do Pluriversidade, atividades como a da última semana contribuem para “reforçar os laços de parcerias com as comunidades por meio das ações de extensão” e para que os estudantes “saiam dos muros da universidade e conheçam o território a volta, quais os povos e comunidades que vivem aqui no Médio Rio Doce”.

A fala de Duque encontra eco na estudante de Nutrição do campus, Mariana Mendes, para quem “todo o conhecimento vem através desses povos originários”. A discente destaca a importância de “sair desse lugar de detentor do saber”, de aprender e de estabelecer uma troca, movimento que, segundo ela, “faz ter um olhar mais humanizado” para muitas questões.

Confira no vídeo abaixo como foi a participação do campus na 10ª Festa Indígena Pataxó.

<https://youtu.be/MKpZZB4Ldks>

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/04/19/acoes-extensionistas-da-ufjf-gv-ajudam-a-disseminar-a-cultura-e-saberes-dos-povos-indigenas/>

25 DE ABRIL DE 2023

Resistência é uma palavra feminina: mostra de fotografia estreia no Fórum da Cultura

“Resistência é uma palavra feminina”, exposição da fotógrafa Estela Loth, estreia nesta terça-feira, 25, na Galeria de Arte do Fórum da Cultura. Gratuita e voltada para todos os públicos, a abertura conta com a presença de entidades representativas, como o Fórum de Coletivos e Mulheres Feministas de Juiz de Fora (Fórum 8M-JF) e o Coletivo Maria Maria, além do Coral da UFJF.

A mostra reúne fotos inéditas de mulheres de Juiz de Fora que representam diferentes movimentos sociais. Fruto do trabalho e pesquisa de Estela, as fotos foram feitas a partir da técnica da fotografia documental, aliados à sua existência e resistência como mulher.

“Enquanto fotojornalista e ativista, eu fui vivenciando a militância juiz-forana, conhecendo essas mulheres e entendendo a importância de cada uma delas. Nesse sentido, essa exposição também pretende realizar uma justa e merecida homenagem a todas essas mulheres, capturando artisticamente as suas presenças em diferentes atos e manifestações”, pontua Estela.

As obras têm, como títulos, os nomes das mulheres retratadas. “Os semblantes, olhares, gestos e atitudes de cada mulher que compõem esta exposição são um recorte da constante e incansável luta das mesmas, em meio a tantas vicissitudes enfrentadas diariamente por elas”, revela Estela. “É interessante perceber como, dentro de um contexto de luta e reivindicação por direitos, as mulheres se fazem tão presentes e atuantes no cenário juiz-forano”.

A fotojornalista destaca que nascer mulher na sociedade atual implica em já nascer lutando por uma posição de igualdade, independentemente de reconhecer isto ou não. “Em Juiz de Fora, assim como em outros tantos cantos do Brasil e do mundo, ressoam os ecos de resistência, com voz, intenção e força femininas, que nos fazem lembrar sempre do recado dado pelo título desta exposição: Resistência é uma palavra feminina”.

Para a fotógrafa, os trabalhos expostos transcendem o “click fotográfico”: “Através dessas fotografias de mulheres que admiro, traduzo também um pouco do que sou e do que vivo. Estou me sentindo realizada por conseguir mostrar meu trabalho, mas mais do que isso, fico feliz por conseguir levar para uma galeria de arte um debate, mais do que necessário, sobre o feminismo e o protagonismo da mulher nos movimentos sociais e na política”. Estela foi uma das artistas selecionadas pelo Edital de Ocupação da Galeria de Arte do Forum 2023.

Após a abertura da mostra, “Resistência é uma palavra feminina” permanece em cartaz na Galeria do Forum até o dia 12 de maio, estando aberta para visitação de segunda a sexta, das 10h às 19h. As visitas es são gratuitas e abertas ao público em geral. No caso de grupos, é necessário agendamento prévio, que pode ser feito através do telefone (32) 2102-6306 ou pelo e-mail forumdacultura@ufjf.br. A exposi o também contará com repercussão nos perfis do Forum da Cultura no Instagram e no Facebook.



Sobre a fotógrafa

Fotógrafa, fotojornalista e diagramadora, Estela Loth é colaboradora da Mídia Ninja desde junho de 2018. Atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Comunicação da UFJF na linha de Mídia e Processos Sociais, com pesquisa sobre novos usos sociais e funções do Fotojornalismo. Seu trabalho reflete inquietações políticas, procurando retratar e explorar vozes e olhares excluídos, à margem dos padrões sociais.

Galeria de Arte

O espaço, instalado em um local privilegiado no segundo pavimento do Forum da Cultura, abriga produção eclética, com exposições de artes plásticas, documentais e pedagógicas que já chegaram a ter mais de mil visitantes por mostra. Criada em 1981, no reitorado do professor Márcio Leite Vaz, a galeria recebe importantes nomes da pintura de Minas Gerais e da cidade, além de jovens artistas e coletivos.

Forum da Cultura

Instalado em um casarão centenário, o Forum da Cultura é o equipamento cultural mais antigo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), tendo completado 50 anos em julho de 2022. O espaço leva à comunidade diversos segmentos de manifestações artísticas, abrindo-se a artistas iniciantes e consagrados para que divulguem seus trabalhos. <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/04/25/resistencia-e-uma-palavra-feminina-mostra-de-fotografia-estreia-no-forum-da-cultura/>

25 DE ABRIL DE 2023

Inscrições abertas para simpósio sobre Transtorno do Espectro Autista

Os projetos de extensão “Arteirinhos” e “Ciranda Cirandinha”, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), realizam, no dia 6 de maio, o I Simpósio sobre Transtorno do Espectro Autista (TEA). O **evento** acontece na Faculdade de Direito, contando com palestras, mesa-redonda e fórum de discussão. Os organizadores também contam com o apoio da equipe do Ambulatório de Atenção à Criança e ao Adolescente com TEA do Hospital Universitário.

O público-alvo são pais, responsáveis, profissionais da saúde e da educação, acadêmicos e demais interessados pelo assunto. Entre os palestrantes, profissionais que vão abordar temas importantes e atuais sobre o TEA, a partir de uma visão multidisciplinar e essencial para a formação acadêmica e individual de cada ouvinte. Além disso, busca-se proporcionar discussões acerca dos avanços mais recentes da área, assim como debates sobre o atual cenário das terapias para TEA em Juiz de Fora.

Os dois projetos trabalham com crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista, por meio de acompanhamento de saúde integral e através de intervenções artísticas. As inscrições estão abertas e podem ser realizadas pela **página do evento**. A programação do evento está disponível no **Instagram**.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/04/25/inscricoes-abertas-para-simposio-sobre-transtorno-do-espectro-autista/>

MAIO

2 DE MAIO DE 2023

Universidade lança ações de enfrentamento ao assédio



Assédio. Infelizmente, a comunidade acadêmica da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) também passa por esse problema. Problema que permeia toda sociedade, sem distinção, mas que se manifesta especialmente onde são latentes os conflitos de poder como no espaço acadêmico. Neste 2 de maio, mais uma data marca a necessidade de enfrentamento dessa prática – o Dia Nacional de Combate ao Assédio Moral.

Há anos, a instituição vem tentando construir ações contra o assédio, entre elas, a criação da Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas em 2016, as campanhas institucionais como “**A Universidade é pública, meu corpo não**” e “**As relações interpessoais e o assédio**”, além da punição dos assediadores diante das denúncias rigorosamente apuradas.



Não basta. Principalmente, porque parte dessa comunidade continua em uma posição extremamente vulnerável – as mulheres que prestam serviços por meio de empresas terceirizadas são um dos exemplos. Em setembro de 2022, **um grupo de trabalho (GT) sobre o assunto foi formado e as discussões apontaram para a necessidade de ampliação dos representantes e para a definição de ações a serem colocadas em prática ainda este ano.**

“O reconhecimento desse problema dentro da Universidade é o primeiro passo para o seu enfrentamento, que deve ser institucionalizado, democraticamente debatido e pesquisado em seus diversos vieses no cenário universitário”, avalia a integrante do GT, Elaine Pereira de Bem, representante dos técnico-administrativos em educação (TAEs).

Segundo a pró-reitora de Gestão de Pessoas, Renata Faria, as demandas relacionadas ao assédio moral e sexual ressurgiram com mais força, após o período de pandemia, através de reivindicação do movimento grevista dos TAEs e também pela ocorrência de novos casos de assédio sexual na UFJF. As reuniões do GT ampliado estão em curso e já resultaram na criação de um fluxograma de atendimento a denúncias e no início da construção de uma política institucional de enfrentamento ao assédio.

O QUE É ASSÉDIO MORAL?

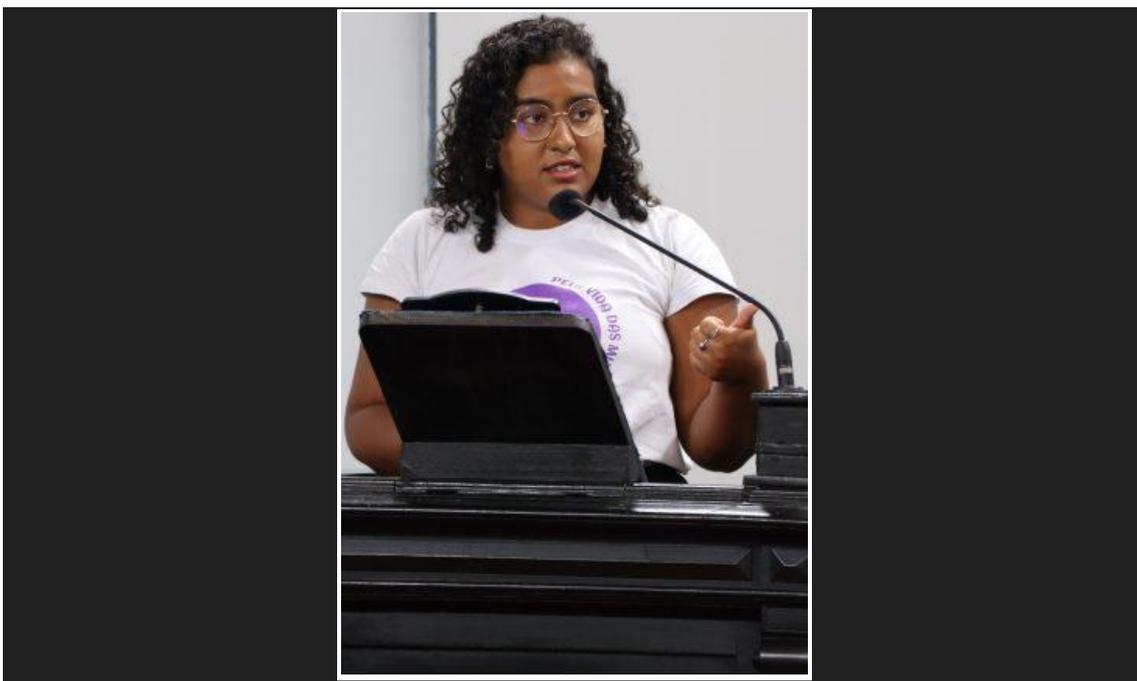
O assédio moral consiste na violação da dignidade ou integridade psíquica ou física de outra pessoa por meio de conduta abusiva. Manifesta-se por meio de gestos, palavras (orais ou escritas), comportamentos ou atitudes que exponham a pessoa, individualmente ou em grupo, a situações humilhantes e constrangedoras, degradando o clima de trabalho e muitas vezes impactando a estabilidade emocional e física da vítima.

Fonte: Guia Lilás / CGU

“Vislumbra-se como parte desta política a atuação de toda comunidade universitária no enfrentamento ao assédio moral e sexual através de campanhas institucionais, sensibilizações e capacitações, organização de seminários e fóruns que possibilitem maior conhecimento da questão e encaminhamentos necessários”, explica Renata. A previsão é que os trabalhos sejam concluídos em 60 dias para posterior encaminhamento ao Conselho Superior (Consu).

Nas salas de aula e na pesquisa

Além do assédio no ambiente de trabalho, ou seja, cometido entre colegas ou entre superiores e subordinados, as universidades, de modo geral, se deparam com relações interpessoais nas quais os limites são bastante tênues, quando não, invisíveis. Como saber se um professor é apenas exigente ou abusivo? Quais são as fronteiras dos vínculos de amizade formados?



“Vemos a questão do assédio dentro do ambiente acadêmico como algo que envolve questões de poder, estruturas sociais que reforçam comportamentos sexistas e tabus”, comenta a representante do Diretório Geral dos Estudantes (DCE), Leiliane Germano. Há também, segundo ela, um medo entre as alunas de denunciar o comportamento de professores, por receio de não serem acolhidas ou do impacto da acusação na jornada acadêmica delas.

A falta de limites claros na relação entre professor e aluno, também na pós-graduação, é uma das situações relatadas pela coordenadora geral da Associação dos Pós-Graduandos, Dalila Varela. “Vivemos uma normalização de micro violências e assédio, sobretudo, moral. Seja do orientador, nas bancas de seleção ou de defesa, há uma cultura de menosprezo pelo/a jovem pesquisador/a, inferiorização do seu trabalho, entre tantas outras condutas que envolvem relações de poder.”



Ambas compartilham a preocupação de que muitos estudantes, sobretudo, jovens mulheres, desistam de seus cursos ou da possibilidade de uma carreira acadêmica por conta de processos de formação traumáticos. Para interromper esse ciclo, apostam no debate em todos os níveis da instituição, com propostas, políticas de enfrentamento e acolhimento. “Acredito que ações pedagógicas para fomentar o debate entre o corpo docente, discente, técnico e terceirizado, elaborando novos caminhos e práticas, são essenciais para construir um ambiente universitário que não seja a causa do adoecimento mental de sua comunidade”, resume Dalila.

Para a professora da Faculdade de Direito, Joana Machado, também integrante do GT, “hierarquias formais e simbólicas, profissionais e educacionais, associadas a desigualdades estruturais de gênero, raça, classe, orientação social, entre outros, forjam relações bastante assimétricas, que desafiam a autonomia, liberdade, segurança, saúde integral e permanência das partes vulnerabilizadas por essa estrutura”. O problema não é exclusivo da UFJF, obviamente, mas sua dimensão em relatos e pesquisas recentes, segundo Joana, evidenciam a urgência da pauta.

Capacitação

O QUE É ASSÉDIO SEXUAL?

O assédio sexual é definido por lei como o ato de constranger alguém, com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função. (Código Penal, art. 216-A). O assédio sexual é, ainda, um comportamento ou atitude de teor íntimo e sexual, considerado desagradável, ofensivo e impertinente pela vítima e que se caracteriza pelo não consentimento da pessoa assediada.

Fonte: Guia Lilás / CGU

Segundo a pró-reitora de Gestão de Pessoas, Renata Faria, a instituição está desenvolvendo uma cartilha sobre assédio a ser entregue aos trabalhadores terceirizados, principalmente, às mulheres. Essa é uma das iniciativas imediatas diante da vulnerabilidade deste grupo. Também estão previstos encontros para debate e sensibilização.

No dia 26 de maio, o GT ampliado e as equipes que geralmente atendem as vítimas de assédio terão a oportunidade de realizar uma capacitação com uma profissional convidada da Fiocruz, que possui uma política de enfrentamento ao assédio implantada desde 2014. A intenção é alinhar o entendimento das equipes sobre o assunto e, em outra oportunidade, levar a capacitação para toda a comunidade.

“Queremos desenvolver atuações conjuntas com diferentes representantes da UFJF, como grupos de estudos e artísticos, sindicatos e entidades representativas, órgãos públicos e outros coletivos, no sentido de ampliar a rede de mobilização e envolvimento com a vigilância, a promoção e a proteção das relações e condições de trabalho éticas e humanizada”, diz a pró-reitora.

Resultados esperados

Tanto a professora Joana Machado como a TAE Elaine de Bem acreditam que a discussão deve ser ampla, em todos os níveis, considerando, ainda, as pesquisas desenvolvidas pela instituição. “Esperamos que desse trabalho resulte instrumento normativo e política institucional que permitam avançar nas dimensões preventiva, pedagógica e repressiva do assédio moral e sexual e de outras violências que fazem da universidade hoje um ambiente pouco seguro e acolhedor para boa parte da comunidade acadêmica”, antecipa Joana.

Se você sofreu alguma forma de assédio, procure atendimento!

OUVIDORIA ESPECIALIZADA

Campus Juiz de Fora
(32) 2102-3380
ouvidoriaespecializada.diaaf@ufjf.br

A ouvidoria garante anonimato às vítimas, sendo um setor de escuta e acolhimento e registro de denúncias de assédio.

Elaine acrescenta que o processo de construção da política deve considerar os recortes de gênero, raça e diversidade, e não se encerrar com sua publicação. “Para que tudo funcione, temos que ter uma escuta permanente de toda comunidade em sua complexidade, temos que ter pesquisas e avaliações constantes para entender o que está funcionando, o que precisa ser alinhado, como os números estão mudando em nossa comunidade, onde nós temos mais problemas identificados e quais os tipos de violências que tem maior incidência.”

Neste sentido de ampliar o debate, as entidades representativas do GT (Apes, Sintufefuf, DCE e APG) irão realizar nesta quarta-feira, 3, uma reunião sobre assédio junto as suas bases, aberta à comunidade. O encontro será às 18h na sede da Apes.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/05/02/ufjf-lanca-aco-es-de-enfrentamento-ao-assedio/>

3 DE MAIO DE 2023

Programa de extensão da UFJF-GV exhibe documentário que tem liderança indígena Krenak como protagonista



O programa de extensão Núcleo de Agroecologia (Nagô) vai exibir e debater, nesta quinta-feira, 4, o documentário A Mãe de Todas as Lutas. Lançado em 2021, o filme dirigido por Susanna Lira narra a trajetória de duas importantes protagonistas na batalha pela terra no Brasil: a líder indígena Shirley Krenak e a integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e sobrevivente do Massacre de Eldorado dos Carajás, Maria Zelzuita.

Quando as lentes estão focadas em Shirley, o documentário aborda questões como a história de luta do seu povo, os Krenak, pelo retorno ao território, a **demarcação do Parque Estadual de Sete Salões**, localizado na região do médio Rio Doce, e os impactos do rompimento da barragem da Samarco em Mariana, em 2015.

O evento é gratuito, aberto à comunidade externa e confere certificado aos participantes.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/05/03/programa-de-extensao-da-ufjf-gv-exibe-documentario-que-tem-lideranca-indigena-krenak-como-protagonista/>

5 DE MAIO DE 2023

UFJF emite nota sobre denúncia de racismo

A Administração Superior da UFJF informa que, desde o início do episódio ocorrido no Restaurante Universitário do Campus de Juiz de Fora, no dia 4 de maio, interveio e esteve presencialmente acompanhando seus desdobramentos. Naquele momento, prestou atendimento à trabalhadora terceirizada da instituição, bem como acompanhou o estudante envolvido na ocorrência.

Ciente da gravidade do caso, a Polícia Militar foi acionada, considerando que se tratava de conduta potencialmente caracterizadora de crime de racismo. Durante todo o tempo em que os policiais militares estiveram no RU, realizando as diligências necessárias, membros da administração superior acompanharam o desenvolvimento das ações.

A UFJF não aceita e não compactua com ações racistas ou que expressem qualquer outra forma de preconceito. Neste sentido, tem desenvolvido políticas afirmativas e de inclusão, assim como campanhas educativas. Da mesma forma, setores como a Diretoria de Ações Afirmativas, a Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas, o Comitê de Ética e a Diretoria de Controle Institucional têm tratado, de forma contundente, situações em que direitos são violados.

Além de cumprir sua obrigação institucional de comunicar o ocorrido ao Ministério Público Federal, a UFJF investigará o fato em questão, por meio de Processo Disciplinar, assegurando, como é necessário nos ambientes que cultivam e valorizam a democracia, o contraditório e o direito de defesa. Em se apurando conduta imprópria no ambiente universitário, aplicará sanções conforme as normas internas e a legislação cabível. <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/05/05/ufjf-emite-nota-sobre-denuncia-de-racismo/>

8 DE MAIO DE 2023

UFJF abre vagas para refugiados políticos

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) abre vagas nos cursos de graduação para refugiados políticos. As solicitações devem ser realizadas, **por meio de formulário eletrônico**, disponibilizado na página da **Central de Atendimento (CAT)**, entre os dias 9 e 10 de maio. Há oportunidades para os campi de Juiz de Fora e Governador Valadares.

Para se inscrever, é preciso encaminhar a documentação em formato de PDF: Comprovação atual do Comitê Nacional de Refugiados (Conare) da condição de refugiado político; Carteira atualizada de refugiado/residente; e Documento hábil de comprovação de escolaridade ou, caso não tenha posse de tal documento, atestado da condição de ingresso do Conare.

Além disso, os candidatos deverão apresentar certificado de conclusão do ensino médio, para comprovação da escolaridade. No caso de certificado expedido no exterior, o documento deve estar devidamente revalidado pela secretaria de estado de educação brasileira.

No formulário de inscrição, o interessado deverá preencher as opções dos cursos da UFJF em que esteja interessado, pela ordem de preferência. Após o requerimento, à Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos (Cdara) verificará junto às coordenações dos cursos pretendidos a disponibilidade de vaga, independente das vagas ociosas.

Ainda vale destacar que Estudantes-Convênio (PEC-G e PEC-PG) e refugiados deverão apresentar tradução juramentada de qualquer documento solicitado para matrícula.

O ingresso de refugiados é regido pelas resoluções [17/2003, do Conselho Superior da UFJF](#) e [5/2004, do Conselho Setorial de Graduação da UFJF](#).

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/05/08/ufjf-abre-vagas-para-refugiados-politicos/>

12 DE MAIO DE 2023

UFJF sedia 10ª Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária



Entre os dias 15 de maio e 6 de junho acontece a 10ª Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (Jura) UFJF: Reforma Agrária Popular em defesa da natureza e de alimentos saudáveis.

O evento irá trazer reflexões sobre as dimensões da questão agrária, em sintonia com os desafios de transformação da realidade brasileira. A 10ª Jornada Universitária irá promover espaços para diálogos e trocas de conhecimentos acadêmicos, técnicos e populares para a construção de ações e propostas coletivas na UFJF, e para além dos muros da universidade.

De acordo com a coordenadora geral da Jura e professora da Faculdade de Serviço Social da UFJF, Mônica Grossi, o tema busca articular o diálogo e a resistência entre as lutas populares do campo e da cidade, na defesa de outra matriz de produção de alimentos saudáveis e de outra relação com a natureza, que é a Agroecologia.

“A Jura tem a importância de trazer para dentro da universidade e para a sociedade brasileira, o debate e a possibilidade de construção de ações conjuntas, em defesa da Reforma Agrária Popular. Isto implica na disputa por outro modelo agrário e por outro modelo agrícola baseado na

agroecologia, como forma de garantia de territórios livres da monocultura, do veneno e da fome. Estes territórios livres de opressões, já produzem além de alimentos saudáveis, outras formas de sociabilidade, que são base para a construção de uma nova sociedade.”

Serão realizadas oficinas, seminários, vivências de campo, aulas abertas e atividades culturais, atravessando os temas da reforma agrária popular, agroecologia, mineração, meio ambiente, soberania alimentar, educação ambiental popular, feminismo camponês, luta pela terra e turismo.

A organização é composta por professores, estudantes e trabalhadores, além de representantes do Movimento Estudantil e Docente, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

O evento é aberto para todos os públicos. As inscrições são gratuitas e podem ser realizadas a partir das 8h30, na área externa ao Anfiteatro de Estudos Sociais, onde ocorrerá a abertura, no próximo dia 15. Também serão feitas as inscrições nos locais onde ocorrerão as demais atividades programadas. Clique abaixo nas imagens para ver a programação completa:





Semana do Assistente Social

Em paralelo à Jornada, a Faculdade de Serviço Social também promove, entre os dias 15 e 19 de maio, a Semana do Assistente Social. O evento é em comemoração aos profissionais da área e acontece todos os anos com atividades comemorativas, com mesas que debatem assuntos relacionados à profissão. Em 2023, o tema definido pelo conselho profissional é sobre o “Serviço Social necessário para o Brasil”. Além disso, serão oferecidos minicursos relacionados ao processo de formação profissional e, também, de formação política.

Para a professora da Faculdade de Serviço Social da UFJF, Viviane Souza Pereira, após os anos de pandemia era necessário voltar para o processo de aproximação local entre assistentes sociais,

estudantes e docentes. As discussões são fundamentais para compreender as mazelas que assolam o país em sua dimensão mais estrutural. “Esperamos uma boa participação de estudantes e profissionais para que possamos discutir temas de suma importância ao país e ao desenvolvimento e legitimidade social da profissão”.

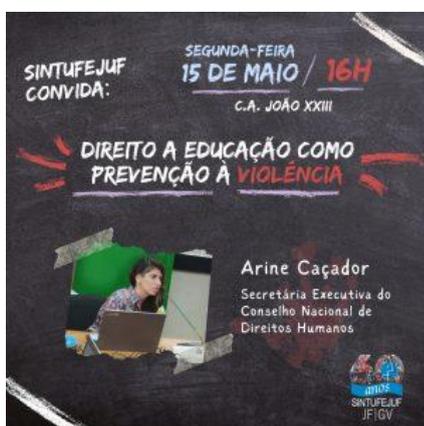
As inscrições para as mesas serão feitas nos locais das atividades. Já para os minicursos, as inscrições devem ser feitas através de **formulário eletrônico**. Serão disponíveis 30 vagas para cada minicurso. Todas as atividades são todas gratuitas. Confira a programação completa neste [link](#).

Selo Editorial Serviço Social

Durante a Semana do Assistente Social, será realizado o lançamento do **Selo Editorial Serviço Social**, no dia 18 de maio, quinta-feira, às 19h, no Armazém do Campo. O objetivo é contribuir para a divulgação e difusão da produção de conhecimento na área de Serviço Social, no sentido de ampliar o acesso das pesquisas científicas de docentes, pesquisadores e estudantes, vinculados aos grupos de pesquisa do **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social** da UFJF. <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/05/12/ufjf-sedia-10a-jornada-universitaria-em-defesa-da-reforma-agraria/>

12 DE MAIO DE 2023

Prevenção da violência nas escolas é tema de palestra no Colégio de Aplicação João XXIII



A secretária executiva do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), Arine Caçador, estará nesta segunda-feira, 15, no Colégio de Aplicação João XXIII, para discutir a violência nas escolas e os recentes ataques registrados no país. A palestra

“Direito à Educação como Prevenção à Violência” acontece às 16h, no anfiteatro do prédio do ensino médio e é promovida pelo Sindicato dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino no Município de Juiz de Fora (Sintufejuf). O evento é aberto ao público, e direcionado à comunidade acadêmica da UFJF e ao colégio de aplicação.

A palestrante é egressa da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), onde se graduou em Direito. Antes de assumir a secretaria executiva do CNDH, Arine Caçador foi coordenadora estadual em Rondônia, do programa Fazendo Justiça, realizado em parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), cujo objetivo é a superação de desafios dos sistemas penal e socioeducativo. A especialista também atuou durante quase uma década em um programa do Governo de Minas Gerais destinado à prevenção social à criminalidade.

Segundo Arine, a palestra terá “especial recorte” para os ataques em escolas coordenados em meio a redes sociais ou fóruns na Internet e o que pode ser feito para prevenir esses acontecimentos. Na avaliação da secretária, a busca por respostas para a prevenção da violência escolar deve ser feita em um debate público coletivo.

“Nesses momentos de crise, surge um forte apelo para que as forças de segurança aumentem sua incidência e que haja um recrudescimento de penas como forma de prevenir crimes. Mas nós já temos um arcabouço de experiências e informações para sabermos que essa resposta não resolve o problema e tem grandes chances de agravá-lo”, aponta.

No entendimento de Arine, a saída está em um Plano de Ação Intersetorial, que contemple áreas como educação, saúde, assistência social e psicológica, em articulação com as agências de inteligência policial e demais órgãos do sistema de Justiça e garantia de direitos.

“Políticas públicas articuladas e intersetoriais são apontadas por especialistas na área da educação, como uma das principais formas de prevenção à violência nas escolas. O Plano deve contemplar um amplo diagnóstico e ações concretas”, observa.

Para a secretária, a escola é um espaço apropriado para ampliar o número de respostas aos desafios do convívio social, por propiciar a construção do conhecimento em meio às diversidades. “A formação educacional da criança tem potencial para ampliar os conhecimentos das famílias nos

lares e no seu entorno e ser um poderoso antídoto contra a desinformação, o preconceito, o discurso de ódio”, reflete.

Na avaliação do coordenador geral do sindicato, Flávio Sereno, o tema do direito à educação como caminho para prevenir a violência seria importante em qualquer época, mas se torna de maior relevância no momento em que as escolas sofrem “investidas violentas, algo que era comum lá fora e que era raro em nosso país”.

Em consonância com Sereno, o diretor geral do Colégio de Aplicação João XXIII, Elói Teixeira César, destaca a existência de “casos de ameaças difundidas de forma irresponsável nas redes sociais, que acabam por gerar um medo generalizado em toda a comunidade escolar”. O professor expressa, ainda, a expectativa em “superar estas questões com o apoio dos órgãos oficiais, mas também das famílias e de toda a sociedade.”

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/05/12/prevencao-da-violencia-nas-escolas-e-tema-de-palestra-no-colegio-de-aplicacao-joao-xxiii/>

15 DE MAIO DE 2023

As mulheres como fonte e tema de pesquisas em História



Histórias contadas por mulheres ao redor do mundo sobre suas experiências como pesquisadoras, de forma a abordar perspectivas diversas em diferentes momentos históricos e espaços geográficos. Este é o objetivo do Ciclo de Conferências do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF que conta com palestrantes mulheres do Brasil, Portugal, Angola, Estados Unidos e Peru.

O evento “História das Mulheres ao Redor do Mundo: Fontes e Temas de Pesquisa” irá acontecer nos dias 17, 23 e 31 de maio e 14 e 21 de junho, sendo transmitido pelo [canal do YouTube](#), às 15h (horário de Brasília). As inscrições são abertas ao público em geral e podem ser feitas pelo e-mail jornadahistoriagenero@gmail.com. Confira a programação completa [neste link](#).

A iniciativa é das doutorandas em História, Vitória Machado (UFJF) e Elisa Fauth, do Centro de História da Universidade de Lisboa, com apoio do Laboratório de História Política e Social (LAHPS) e do PPG em História da UFJF.

“Notamos que há um genuíno interesse por parte da comunidade acadêmica (mas não só) em saber mais sobre esse tema, uma vez que os currículos dos cursos de História não privilegiam as abordagens feministas ou de gênero. Nossa ideia é que as pessoas possam conhecer diferentes possibilidades de pesquisa sobre a história das mulheres em diferentes países e também a trajetória dessas historiadoras”, disseram as pesquisadoras Vitória e Elisa.

As cinco mulheres convidadas irão compartilhar suas vivências, na área da pesquisa acadêmica, explorando questões relacionadas aos arquivos de fontes históricas, associativismo feminino, perspectivas transnacionais e as jornadas das historiadoras negras e suas contribuições na área.

Para as doutorandas, é esperado que os relatos despertem a curiosidade e o interesse do público sobre o tema, a importância dos movimentos femininos e feministas, impulsionando mudanças sociais positivas em relação à igualdade de gênero e à valorização das mulheres.

“Eventos sobre história das mulheres proporcionam uma oportunidade de destacar e valorizar as contribuições das mulheres ao longo da história, muitas vezes negligenciadas ou subestimadas em narrativas tradicionais. Oferecem um espaço para explorar as realizações, lutas e perspectivas das mulheres em diferentes épocas e culturas.”

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/05/15/as-mulheres-como-fonte-e-tema-de-pesquisas-em-historia/>

16 DE MAIO DE 2023

Eventos de extensão discutem políticas públicas e direitos das crianças e adolescentes



O Núcleo de Estudos e Extensão Juventude e Socioeducação (Nejus) do campus da Universidade Federal de Juiz de Fora em Governador Valadares (UFJF-GV) promove, nesta semana, duas atividades extensionistas sobre os direitos e políticas públicas voltados para as crianças e adolescentes. Ambos os eventos acontecem na sala 409 da unidade Pitágoras, são abertos à comunidade externa e conferem certificado aos participantes.

Nesta quarta-feira, 17, às 13h, o ‘Seminário Integrado sobre o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e os Desafios do Trabalho em Rede de Políticas Públicas’ reúne representantes de diversas instituições ligadas ao tema, como o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública, Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA), Prefeitura de Governador Valadares e Conselho Tutelar.

Segundo o professor do Departamento de Direito da UFJF-GV e coordenador do evento, Bráulio Magalhães, o seminário tem foco nas “reflexões e análises críticas que se constata na execução dos serviços, inclusive com aportes para melhorias na implementação”. Ele complementa afirmando que o objetivo é “impactar os principais atores para redirecionar melhorias nas políticas públicas infantojuvenis, como também inserir de modo potente o debate temático sobre esse segmento nos espaços sociais, especialmente na universidade pública com suas funcionalidades”.

E na quinta-feira, 18, acontece um ciclo de debates cujo tema central é a política de atendimento infantojuvenil no contexto da convivência familiar e comunitária. De 8h às 12h, o Nejus e o ‘Grupo Interdisciplinar de Pesquisa Infantojuvenis’ (Gipi) da UFJF-GV abordam o assunto. Já de 14h às 18h, as atividades são com as equipes dos serviços municipais de acolhimento institucional e medidas socioeducativas em meio aberto.

Na avaliação de Magalhães, esse evento é motivado pelos “desafios em se implementar uma rede de atendimento que, necessariamente, tem na convivência familiar e comunitária o suporte para

qualificar as políticas públicas, sobretudo no agir quanto às vulnerabilidades e fatores de risco que atuam na dinâmica social.”

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/05/16/eventos-de-extensao-discutem-politicas-publicas-e-direitos-das-criancas-e-adolescentes/>

17 DE MAIO DE 2023

Seminário debate luta antimanicomial e o papel da economia solidária



Para celebrar o Dia Nacional da Luta Antimanicomial, 18 de maio, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) recebeu na terça-feira, 16, representantes envolvidos com a causa para debater o papel da economia solidária na valorização de pacientes de saúde mental.

O “Seminário de Luta Antimanicomial e Solidária” foi aberto com a apresentação da peça de teatro “Ecos do passado”, da Associação Pró-Saúde Mental Trabalharte, apoiada pela Intecoop. O texto apresenta um panorama da situação das pessoas internadas em manicômios no século 20, chegando à Reforma Psiquiátrica brasileira, inspirada pelas ideias do psiquiatra italiano Franco Basaglia (1924-1980). Na sequência, foi a vez do grupo de canto Cuca Fresca se apresentar, com membros da Trabalharte e demais pessoas atendidas pelo Centro de Atenção Psicossocial Liberdade, do Hospital Universitário.



De acordo com a pró-reitora de Extensão da UFJF, Ana Livia Coimbra, a realização do seminário demarca a posição da UFJF na luta a favor dos direitos das pessoas assistidas pelos serviços de saúde mental. “E, ao mesmo tempo, fazer desse momento um dia de protagonismo, como todos os demais devem ser, das pessoas com transtornos mentais. Temos apresentações culturais no evento, justamente para que essas pessoas sejam protagonistas dessa luta junto com a universidade pública. É a Extensão Universitária, por meio do conhecimento produzido, se articulando com os usuários, para fortalecer os direitos desse segmento”, destaca.

“Sou outra pessoa”

Após as apresentações culturais, houve roda de conversa com a participação do público e convidados. Em depoimento, o presidente da Trabalharte, Sebastião Peres, disse que sua primeira internação em um hospital psiquiátrico aconteceu aos 18 anos, após um forte abalo emocional e, depois disso, várias se seguiram. Membro da associação desde o começo do grupo, ele afirma que estar na Trabalharte mudou sua vida.

“Eu tinha dificuldade de me expressar, de me relacionar com as pessoas. A Trabalharte veio completar o meu projeto de vida. Hoje eu sou ministro da Eucaristia, irmão do Santíssimo Sacramento na Catedral. Sou outra pessoa, graças ao Caps e à Trabalharte”, confirma.

Como aponta o psicólogo e colaborador do grupo de canto Cuca Fresca, Rafael de Lima Oliveira, a Trabalharte cumpre com os princípios da desinstitucionalização psiquiátrica.

“Para isso, é preciso trabalhar também com arte e cultura, em uma perspectiva de reestruturação do laço do indivíduo com a sociedade. É importante poder cuidar dos pontos de reparação – por exemplo, o trabalho. Por isso a parceria com a Intcoop e o acesso à arte e à cultura, entendendo que isso também faz parte da nossa subjetividade e crescimento individual. Nós entendemos que até essa falta (de acesso à cultura) produziu muitas das condições de adoecimento que nós vemos hoje”, reflete.

Caps Liberdade agora é parceiro da Trabalharte

O Caps Liberdade e a Associação Trabalharte irão formalizar a parceria na manhã desta quarta-feira, 17, possibilitando aos pacientes atendidos mais estrutura e instrumentos terapêuticos. “Vejo uma potência para o cuidado em saúde mental, em que teremos uma associação parceira utilizando a mesma estrutura, com uma maior proximidade com a UFJF. Essa parceria é uma potência para o ensino, o cuidado e gera grandes ganhos para os nossos usuários”, enaltece a enfermeira e coordenadora do Caps Liberdade, Ethelanny Panteleão Leite Almeida.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/05/17/seminario-debate-luta-antimanicomial-e-o-papel-da-economia-solidaria/>

19 DE MAIO DE 2023

Por uma Universidade mais inclusiva

Debater a questão do preconceito contra as pessoas com deficiência: é o objetivo do Grupo Acinc, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), na roda de conversa com o tema “Existe capacitismo na UFJF?”. O encontro acontece na próxima segunda-feira, 22, a partir das 15h, na Sala Paulo Freire da **Faculdade de Educação** (Faced). As inscrições devem ser feitas por meio de **formulário on-line** e haverá emissão de certificado. O evento é gratuito e aberto à comunidade geral.

O Acinc (acrônimo de Pesquisa e Extensão sobre Acessibilidade Curricular e Programa Incluir) é um projeto existente há quatro anos, com atividades voltadas à acessibilidade e à inclusão em educação. Entre as presenças confirmadas no evento estão integrantes do **Grupo Acolhe**. De acordo com a professora do Departamento de Educação e coordenadora do Acinc, Mylene Santiago, há a expectativa de que o debate promovido pelo evento contribua para a promoção de uma Universidade mais inclusiva.

“Sabemos que a Universidade não é uma bolha e muitas coisas que acontecem na nossa sociedade se reproduzem nesse espaço”, afirma a docente, que destaca a intenção de discutir o tema, levando em conta as acessibilidades “arquitetônica, atitudinal, curricular, metodológica, comunicacional, entre outras,” explica Mylene.

Ainda segundo a coordenadora, estão convidados estudantes com deficiência e demais membros das comunidades acadêmica e externa à Universidade que tenham interesse em discutir a temática da acessibilidade. “A inclusão pertence ao coletivo, a gente só vai ter uma escola em processo de inclusão quando todos se mobilizarem e entenderem o que significam práticas e políticas de inclusão. Além da importância de diversos setores trabalharem conjuntamente.”

Exibição de documentário sobre antipacitismo

Como forma de fomentar o debate, antes de a roda de conversa ser iniciada, será apresentado o documentário “**Antipacitismo: protagonismo social**” (2021), produzido pela TV Justiça. O filme reúne as vivências de pessoas com diversos tipos de deficiência, para discutir a importância de ser antipacitista. Entre os entrevistados no documentário, está o atleta paralímpico Guilherme Costa, medalha de ouro na natação nos Jogos Pan-Americanos de Lima, em 2019.

As inscrições para a roda de conversa podem ser feitas, por meio de **formulário eletrônico**, até o momento do encontro. Ainda de acordo com Mylene Santiago, o preenchimento do questionário com os dados requeridos servirá para garantir a acessibilidade do evento. “Por exemplo, se tiver algum surdo inscrito, vamos conseguir um intérprete para ajudar essa pessoa a participar da discussão. O objetivo é termos condições de oferecer acessibilidade comunicacional a todos”, destaca.

RODA DE CONVERSA

EXISTE CAPACITISMO

NA UFJF?



LOCAL: SALA PAULO FREIRE - FACED
DATA: 22/05/2023
HORÁRIO: 15:00 ÀS 18:00

Quer saber mais?  @acinc.ufjf



<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/05/19/por-uma-universidade-mais-inclusiva/>

22 DE MAIO DE 2023

UFJF comemora o Dia da África



“A África não é um país!”. O óbvio ganha caráter de informação oportuna e necessária no universo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), para que a comunidade acadêmica e a sociedade em geral sejam conscientizadas sobre a diversidade de um continente que abriga 54 países com características próprias no tocante a povos, costumes, cultura, arte e religiosidade. Trata-se de explorar aspectos fundamentais – ainda pouco conhecidos entre os brasileiros –, que propiciam diferenças fundamentais na construção histórica, política, econômica e social de cada nação.

Para a plenitude dessa compreensão, alunos incluídos em projetos como o do Programa de Estudantes/Convênio de Graduação (PEC-G), o de Pós-Graduação (PEC-PG), o do Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB), juntamente com a Diretoria de Relações Internacionais (DRI) e a Pró-Reitoria de Cultura (Procult), se reuniram para comemorar o 25 de maio, Dia Internacional da África. A programação inclui seminário, exposição de imagens e textos, desfile de vestimentas representativas, além de degustação de pratos típicos.

Dez dos estudantes oriundos da África estão na UFJF por conta própria, e outros quatro fazem parte da plataforma on-line disponibilizada pelo Centro de Educação a Distância (Cead). No total, a UFJF tem 43 alunos representantes de 13 países: Angola, Benim, Cabo Verde, Camarões, Gabão, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Namíbia, Nigéria, República do Congo, São Tomé e Príncipe, e Senegal.

A universitária Elfy Deguenon e o professor da faculdade de Economia da UFJF, Eudésio Eduím da Silva, se empenharam na organização do evento, a fim de trazer os alunos africanos para um convívio mais próximo com os demais discentes. “O encontro traz a oportunidade de uma ampla confraternização, ao mesmo tempo em que oferece subsídios para despertar a reflexão e ampliar a consciência da importância de se aumentar o conhecimento sobre um universo complexo em todos os sentidos, especialmente o da linguística, que compreende uma diversidade genial”, diz Eduím, oriundo da Guiné Bissau e participante do PEC-G nos anos 2000.

Conhecendo a África



Elfy, que é a responsável pela produção culinária para o 25 de Maio, traz pratos típicos a título de degustação. A ideia de uma feira mais ampla para venda de produtos originais acabou sendo descartada em função da dificuldade de realização em escala de alimentos que requerem uma fermentação adequada. Ela também é entusiasta do desfile de vestimentas tradicionais e autênticas, que ficou sob responsabilidade do professor Luiz Fernando Ribeiro, diretor do Museu da Moda Social e professor do bacharelado em Moda do Instituto de Artes e Design da UFJF.

No tocante à mostra “A África não é um país”, que conta com curadoria da pró-reitora Valéria Faria e expografia de Paulo Alvarez, a ideia é trazer imagens de sítios turísticos representativos de diferentes países africanos, acompanhados de breves textos explicativos para que o público conheça um pouco mais das belezas da África e suas peculiaridades, que vão muito além dos desertos, das selvas e das savanas popularizados em publicidades e filmes ocidentais. Desta forma, entram também fotografias de pratos presentes no dia a dia dessas nações.

A ideia de apresentar os estudantes africanos em fotografias ambientadas no Campus, sob as lentes de Nina Cristofaro e João Guilherme dos Santos, com uma pequena apresentação de suas histórias de vida, sob a própria ótica dos retratados, entra na exposição como forma de produzir um diálogo imagético e afetivo com o público, tanto de universitários quanto de visitantes, muitos dos quais sequer conhecem a existência dos programas de formação educacional para estrangeiros.

A pró-reitora de Cultura anuncia também um livro/catálogo que dá ênfase a fotografias e textos dos próprios discentes, lembrando o quão oportuno é o momento de se ampliar as discussões e as reflexões sobre os desafios que o continente enfrenta ainda hoje. O Dia da África é também uma referência ao encontro de 32 chefes de estado africanos, na Etiópia, em 1963, resultando na Organização de Unidade Africana (OUA), desde 2002 intitulada União Africana (UI).

Vozes fundamentais



À frente da DRI, o professor Anderson Bastos Martins abre o Seminário de 25 de Maio com uma avaliação sobre a importância de projetos como o PEC-G, recepcionando formalmente, a partir das 14h, no anfiteatro das Pró-reitorias, no Campus, os estudantes africanos matriculados na UFJF. “Com a presença desses alunos na programação, é possível aproximar todas as vozes universitárias, ao mesmo tempo em que se tem um relato de suas experiências dentro e fora do Brasil”.

Em seguida, o professor Eduím faz considerações sobre a importância da ancestralidade na vida dos povos africanos, a evolução desta vivência para além da religiosidade, trazendo informações sobre as iniciações em grupos familiares e comunidades, que introduzem normas de conduta e ética, buscando, de acordo com a evolução, crescimento e maturidade do indivíduo, a força necessária para não transgredir os protocolos de existência social. “Nessas iniciações, que têm certa semelhança com um ‘batismo’, busca-se a sabedoria ancestral para a tomada de decisões e aceitação de responsabilidades”.

O artista plástico Cipriano, mestrando da UFJF, cuja obra chegou ao Museu de Arte Murilo Mendes (Mamm), se aprofunda nas relações entre Brasil e África a partir de um diálogo sobre a desconstrução do conceito pejorativo que permeia as cantigas dos terreiros de Umbanda. Sua ideia é instigar a reflexão a respeito da “gira”, elemento que representa a união de vários espíritos incorporados em médiuns. “Minha ideia é descolonizar a mente, promover a cultura afrodescendente e escrever uma história que revisita nossos antepassados a partir da criação artística”, antecipa.

O encerramento fica a cargo do reitor Marcus Vinicius David, que reitera a importância de se dar visibilidade aos estudantes africanos na UFJF, assinalando a necessidade de se retomar o Dia da África como uma data a ser evidenciada no calendário acadêmico de modo a se tornar uma tradição. Logo em seguida, o público deve se dirigir à Galeria Espaço Reitoria, onde poderá visitar a exposição, assistir ao desfile de modas e participar da degustação.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/05/22/ufjf-comemora-dia-da-africa/>

22 DE MAIO DE 2023

Pesquisa internacional aborda a complexidade do acolhimento de pessoas em situação de rua



“O primeiro passo é a compreensão de que as pessoas em situação de rua são parte da comunidade; o que faz com que a situação de rua seja um problema da comunidade, e não somente desses indivíduos.” A declaração é do professor do **Departamento de Fundamentos do Serviço Social** da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e colaborador do **Programa de Pós-Graduação em Serviço Social** (PPGSS), Alexandre Aranha Arbia. Ele é um dos autores do livro “Atendimento à população em situação de rua: reflexões e práticas no Brasil e na Europa”, **disponível gratuitamente**.

A obra é resultado de uma **colaboração internacional** entre instituições de ensino do Brasil, Portugal e França. O material foi elaborado a partir de um estudo multidisciplinar que envolveu não apenas pesquisas acadêmicas, mas também um projeto de extensão e um diagnóstico da população em situação de rua na cidade de Juiz de Fora, feito em parceria com a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF). Por isso, o livro oferece dados sobre o perfil e as características dessa população, bem como discute políticas de atendimento e práticas profissionais em relação ao tema.

Arbia relata que, com algumas adaptações e enfrentamentos, é possível um equacionamento sobre essa temática, sem desconsiderar as amplas dificuldades que envolvem os processos dessa natureza. “As instituições formativas, de um modo geral, devem contribuir para desmistificar a questão neste aspecto – seja produzindo, seja difundindo uma visão científica da questão. Somente uma compreensão racional da situação de rua poderá nos levar a uma ação sem preconceitos e mais afinada com a realidade.”

O livro foi lançado na última quinta-feira, 18 de maio, na **Semana de Serviço Social** da UFJF. Além de Arbia, também participaram do processo de construção do manuscrito a professora da Faculdade de Serviço Social da UFJF, **Viviane Pereira**, e a docente **Berta Granja**, do **Instituto Superior de Serviço Social do Porto** e do Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social (ISSSP/CLISSIS).

Censo sobre população em situação de rua

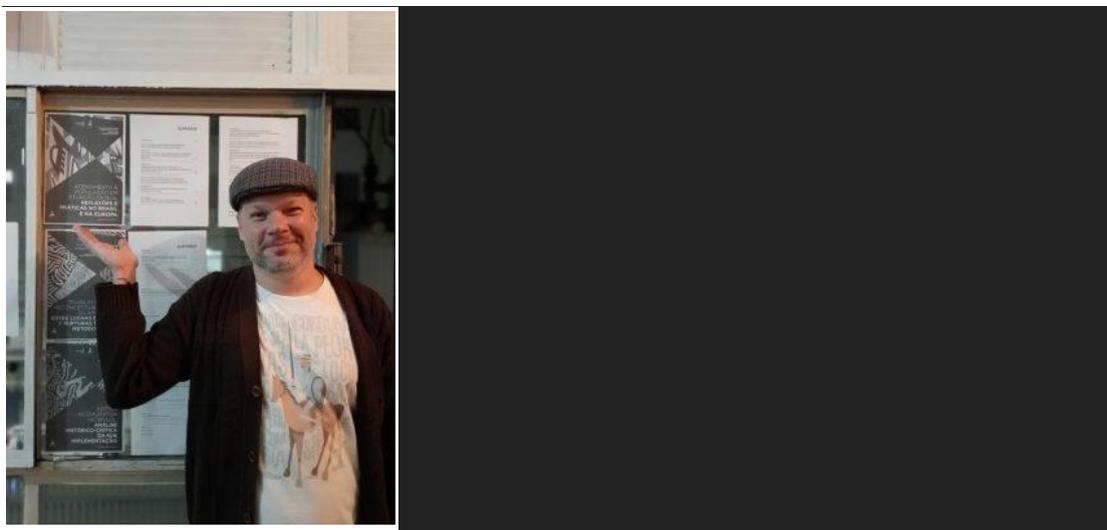


Segundo Alexandre Aranha Arbia, o censo e diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora foi conduzido com o apoio de uma equipe multidisciplinar da UFJF, incluindo professores dos departamentos de Fundamentos do Serviço Social, Política de Ação do Serviço Social, Psicologia e Estatística – além de discentes de iniciação científica e da pós-graduação. A iniciativa foi concluída e os resultados serão divulgados em breve pela PJJF.

O estudo, aponta o autor, foi projetado como um projeto de extensão em conjunção com pesquisas acadêmicas e foi realizado em parceria com a Prefeitura de Juiz de Fora (PJJF), com o auxílio da Pró-Reitoria de Extensão (Proex) e da Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Fadep).

“Neste primeiro volume, abordamos questões referentes à política de atendimento. Esse trabalho, que já havia sido realizado no Porto, tem sua construção histórica registrada em pormenor em um dos capítulos. No entanto, a cooperação de pesquisa que realizamos expandiu-se para além dos estudos das políticas: passou a abarcar, numa segunda fase, o estudo sobre o exercício profissional – desta vez, expandido para a compreensão da atuação interdisciplinar –, cujos resultados serão publicados em um segundo volume, edição a cargo do **CLISSIS**”, pontua Arbia.

Desafios do financiamento e monitoramento em políticas públicas para população de rua



Alexandre Arbia aproveitou para destacar as dificuldades enfrentadas pelas políticas públicas destinadas à população em situação de rua, principalmente no que tange ao financiamento. Segundo ele, a maior parte do suporte financeiro vem dos fundos municipais. Ele enfatizou a necessidade de integração informacional na rede para melhor monitoramento dos indivíduos assistidos. “Uma formação direcionada ao tema para profissionais que atuam nos serviços não-exclusivos no atendimento à população em geral, e não exclusivamente às pessoas em situação de rua, é sempre bem-vinda e necessária.”

O pesquisador também frisou sua insistência na integração informacional da rede, pois vê essa medida como um elemento fundamental para melhorar o acompanhamento das pessoas assistidas pelos programas.

Perspectivas e estratégias internacionais

Sobre a situação em Portugal, a professora Berta Granja informa que o artigo em questão examina a organização da política social na cidade do Porto, não apenas destacando a relevância dos processos e dinâmicas sociais vivenciados, mas também a própria experiência e seu papel na Estratégia Nacional de Planificação para a Intervenção Social com as Pessoas em Situação de Sem-Abrigo em Portugal (Enpisa).

Segundo Granja, a Enpisa possui políticas bem articuladas. No entanto, ela expressou preocupação sobre a complexidade do problema que “tem raízes muito estruturais” e, por isso, se agrava devido a questões interligadas e multidimensionais em diversos países.

A professora frisou que medidas abrangentes são necessárias para combater desafios como desemprego, precariedade, baixos salários, insuficiência ou ausência de sistemas de habitação social, educação, formação e saúde. “Caso contrário, o problema das pessoas em situação de sem-abrigo (PSSA) continua sem solução.” Ela ainda alerta para uma provável piora da situação, dado os impactos da crise climática, os conflitos armados e o fluxo contínuo de refugiados e migrantes a nível global.

Granja salienta que a União Europeia possui uma meta ambiciosa: erradicar a situação de pessoas em situação de rua até 2030. Entretanto, ela observa que os problemas estruturais se intensificaram e os recursos disponíveis são insuficientes – e a pandemia de Covid-19, bem como a guerra entre Rússia e Ucrânia, modificaram drasticamente as circunstâncias atuais, aumentando a incerteza e exacerbando problemas sociais.

Granja prossegue explicando que cada país está desenvolvendo sua própria estratégia nacional. Em particular, ela destacou a iniciativa portuguesa que inclui a formação de um Núcleo de Planificação para a Intervenção Social com Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (Npisa) em cada cidade onde o fenômeno é evidente. “Esse núcleo coordena e une a intervenção social em rede de todas as instituições e serviços públicos que atuam com a população em situação de rua.”

A professora acrescentou que a estratégia portuguesa ainda estabelece um ponto de referência para cada pessoa em situação de rua: o gestor de caso, que ela enfatiza como figura fundamental para consolidar a assistência e intervenção junto à população em situação de rua.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/05/22/pesquisa-internacional-aborda-a-complexidade-do-acolhimento-de-pessoas-em-situacao-de-rua/>

24 DE MAIO DE 2023

Da Guiné-Bissau para a UFJF

“Ser africano é um orgulho. Principalmente sabendo que a África é o berço da humanidade”. Estas palavras são do Professor de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), **Eudésio Eduím da Silva**. Nascido e crescido em Guiné-Bissau, o docente atravessou quase cinco mil quilômetros para chegar à UFJF, inicialmente como estudante de doutorado, por meio do **Programa de Estudantes / Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)**. Após os estudos, Eduím retornou ao campus – mas, dessa vez, como professor.

O docente também é um dos principais idealizadores do **evento em homenagem ao Dia da África**, que acontece a partir das 14h nesta quinta-feira, 25 de maio, na Reitoria da UFJF, sob o tema “A África não é um país!”. A escolha pela Economia como ferramenta de mudança social



Desde cedo, Eudésio Eduím mostrou-se sensível a questões sociais. Segundo ele, ao se deparar com os conceitos e complexidades do campo de estudo da Economia, compreendeu que, para intervir em uma realidade social que considerava inadequada, precisaria de ferramentas quantitativas para um diagnóstico preciso.

O guineense afirma que a escolha pelo Brasil foi devido à semelhança entre o país e as nações africanas. Embora Portugal fosse uma opção, o docente considerou a economia portuguesa muito distinta para os seus propósitos. “Já o Brasil possui um setor agropecuário muito forte, uma das características semelhantes à Guiné-Bissau e à parte dos países da África.”

Antes de estudar e estabelecer-se em Juiz de Fora, a primeira parada brasileira de Eduím foi na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em 2004, instituição onde se formou e fez mestrado em Economia. Em 2014, veio para a UFJF para cursar o doutorado. Tanto o Programa de Estudantes / Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG) são iniciativas dos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, conhecidos por oferecer oportunidades de formação superior a cidadãos de países com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais.

Os desafios culturais

Apesar das semelhanças com Guiné-Bissau, muitas questões se tornaram um desafio para Eduím durante a mudança de país. Ao chegar em terras brasileiras, apesar de ter sido bem recebido, o professor relata o impacto das diferenças culturais, a começar pelo idioma. “Apesar de falarmos português, existem algumas peculiaridades na fala de cada região. Uma vez, um professor brasileiro não entendeu uma apresentação devido à minha fala. Além disso, existem alguns costumes, como o uso de roupa ou expressões, que chamam a atenção.”

Outro ponto marcante é sobre as manifestações religiosas que, para o professor, ainda falta entendimento por parte dos brasileiros e de outras nações. “Nós não temos uma instituição religiosa que nos rege. A manifestação religiosa é encarada no nosso dia a dia como se fosse uma cultura. Ela é, na maioria das vezes, mais familiar. Cada família tem o seu modo, tem a forma como cultua os seus ancestrais”, pontua o economista.

O que o Brasil e o mundo precisam aprender com os países africanos?



Para o professor, o nosso país e o mundo ainda precisam aprender a valorização e o cuidado com o meio ambiente – algo que afeta diretamente o desenvolvimento econômico e é considerado fundamental em seu país de origem. Há muitos séculos, o continente africano sofre com uma série de problemas relacionados às esferas política, social e econômica. Nas últimas décadas, porém, em adição à grave situação enfrentada, a preocupação dos especialistas recai de forma intensa e significativa na questão ambiental, suas origens, consequências e meios de reversão.

“A forma como lidamos com o meio ambiente, de entendermos que é uma manifestação divina, é o que nos garante a capacidade de nos conectar com o ser divino ou não. É preciso que o mundo entenda que parte dos recursos não é renovável e as gerações terminam sucessivamente”, reforça.

Dia da África

Celebrado anualmente no dia 25 de maio, o Dia da África será comemorado na UFJF com o tema “A África não é um país!”. O objetivo é conscientizar a comunidade acadêmica e a sociedade em geral sobre a diversidade de um continente composto por 54 países, com o maior número de etnias e línguas.

Hoje, a UFJF conta com 43 alunos representantes de 13 países do continente africano: Angola, Benim, Cabo Verde, Camarões, Gabão, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Namíbia, Nigéria, República do Congo, São Tomé e Príncipe e Senegal.

Eduím é um dos idealizadores do evento que acontece nesta quinta-feira, 25, e defende que, mais que comemorar a data, é preciso que as pessoas entendam o seu significado: marcar a fundação da Organização da Unidade Africana (OUA), em 1963, hoje conhecida como União Africana. A entidade foi criada em prol da libertação africana frente ao massacre e a exploração do colonialismo europeu.

Na programação do Dia da África, o professor será responsável pela palestra sobre a importância da ancestralidade na vida dos povos africanos e a evolução desta vivência para além da religiosidade, trazendo informações em grupos familiares e comunidades. Detalhes sobre o evento completo podem ser conferidos no [site da UFJF](https://www2.ufjf.br/noticias/2023/05/24/da-guine-bissau-para-a-ufjf/).

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/05/24/da-guine-bissau-para-a-ufjf/>

26 DE MAIO DE 2023

População de rua em Juiz de Fora cresce 110% nos últimos seis anos

Atualizada às 9h25 do dia 29/05/2023



Em Juiz de Fora, 805 pessoas estão em situação de rua. É o que aponta o **censo** divulgado pela prefeitura da cidade (PJF) em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O número representa um aumento de 110% em relação ao ano de 2016, quando 384 pessoas foram registradas em situação de rua no município. Segundo os dados, o perfil predominante da população em situação de rua na cidade consiste em homens cisgêneros, heterossexuais, de cor preta ou parda, na faixa etária de 30 a 50 anos, que vivem nas ruas há mais de cinco anos.

De acordo com a coordenadora do projeto que realizou o censo e professora da Faculdade de Serviço Social da UFJF, Viviane Pereira, há três eixos dentro da heterogeneidade da população de rua no Brasil: a extrema pobreza, a ausência da moradia formal e a ruptura dos vínculos familiares e sociais primários. Ela acrescenta que o crescimento expressivo dessa população é um fenômeno observado em diversas cidades do país e ressalta a importância de uma ação conjunta das políticas públicas desenvolvidas nos municípios.

Apesar da pandemia ter contribuído para um aumento de 35% na população de rua, Viviane Pereira aponta que o problema social se estende muito além disso, abrangendo diversas facetas. A professora ressalta que a maioria dessas pessoas, “mais de 60%”, já se encontrava em tal situação antes da pandemia. Segundo a professora, essa não é somente uma questão “de saúde, de renda, de assistência social ou de direitos humanos”. Para ela, as políticas públicas precisam ser “o conjunto do desenvolvimento de ações articuladas”, não podendo ser realizadas de forma isolada. Essa coordenação é essencial para fornecer a sustentação necessária para a criação de soluções efetivas para enfrentar essa situação.

Ainda de acordo com os dados do censo, 59,5% da população em situação de rua em JF apresentam dependência de álcool e outras drogas; uma parcela de 71% tinha residência fixa e 54,2% possuíam emprego formal anteriormente.

64% dos sem-teto em Juiz de Fora utilizam instituições de acolhimento, aponta estudo

A coordenadora do projeto adianta que uma série de propostas e sugestões serão apresentadas ao poder público após os resultados do censo. A ideia é estimular um debate sobre o tema e reforçar que a Universidade está disposta a trabalhar em conjunto com a PJJ na elaboração de políticas públicas para atender a demanda.

Os dados da pesquisa também apontam que 64% da população em situação de rua faz uso das instituições de acolhimento disponíveis na cidade, um dado que a professora Viviane avalia como positivo. Este número, segundo ela, pode indicar que as medidas para otimizar o atendimento, reduzindo o número de pessoas assistidas em cada instituição e explorando alternativas para alcançar os diversos segmentos dessa população, estão surtindo efeito.

Com este conhecimento, as ações existentes podem ser aprimoradas e novas iniciativas podem ser criadas para ajudar a enfrentar esse fenômeno social. A própria pesquisa, frisa a professora, revela a urgência de entender a realidade vivida pela população de rua.

Ações devem promover recuperação de direitos básicos, autocuidado, moradia, emprego e renda

De acordo com o professor do Departamento de Psicologia, integrante do estudo, Telmo Ronzani, o consumo de entorpecentes pela população de rua é uma das formas de enfrentamento deste tipo de situação. Isso porque, geralmente, são pessoas muito vulneráveis, com uma rede de apoio social comprometida e sem acesso às políticas públicas. Justamente por esses motivos, segundo Ronzani, é preciso pensar em ações multifatoriais que considerem tal complexidade.

Ao contrário do que muitos acreditam, não são as drogas que levam as pessoas às ruas e sim a desigualdade social no país. “Observamos no censo que a própria situação de estar na rua, não haver uma atividade de sustento e o tempo que vive na rua são os principais fatores associados ao consumo de álcool e drogas. Além disso, essas pessoas relatam usar drogas como forma de sobrevivência, enfrentamento da situação de rua ou ainda como única fonte de prazer acessível a elas. Outras experiências mundiais e nacionais, demonstram que, para além de ações de redução de danos e melhoria no acesso ao tratamento humanizado e de políticas sociais voltadas para as drogas, as abordagens mais amplas e compreensivas são mais eficazes.”

Ainda de acordo com o professor, o processo de cuidado e recuperação psicológica dos usuários de álcool e drogas deve ser contextual. Ele exemplifica com a iniciativa Braços Abertos, em São Paulo, que desenvolvia ações de redução de danos, articulado com projetos de geração de emprego, renda e moradia digna para essas pessoas. Outra experiência importante são os Consultórios na Rua, que melhoram o acesso aos cuidados de saúde desta população.

“Em primeiro lugar, o profissional de psicologia deve ter uma consciência de seu papel profissional e uma leitura contextual para não cair na armadilha da psicologização ou da individualização da situação dessas pessoas. A partir daí, será possível que o profissional avalie as necessidades e as particularidades de cada caso para se tratar um plano de cuidado que, invariavelmente, vai demandar uma ação interdisciplinar em função da complexidade das situações. Outro fator importante é que, junto com os problemas do uso em si, é comum outros tipos de sofrimento mental que precisam ser avaliados para se pensar em intervenções que também considerem essas características.”

Livro gratuito de professor da UFJF analisa acolhimento da população em situação de rua

O tema do acolhimento à população em situação de rua foi abordado no livro “Atendimento à população em situação de rua: reflexões e práticas no Brasil e na Europa”, do professor Departamento de Fundamentos do Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e colaborador do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), Alexandre Aranha, [disponível gratuitamente](#).

Para o levantamento dos dos números, coletados em outubro do ano passado, foi realizado uma força tarefa entre o Poder Executivo, alunos de diversos cursos da UFJF, professores e pesquisadores, além da Pró-reitoria de Extensão (Proex), Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Fadep) e o Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (Critt).

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/05/26/populacao-de-rua-em-juiz-de-fora-cresce-110-nos-ultimos-seis-anos/>

31 DE MAIO DE 2023

UFJF abre processo seletivo para ingresso de pessoas surdas no curso de Letras-Libras

A Coordenação Geral de Processos Seletivos (Copese) divulgou o **edital 04/2023**, que torna público o processo seletivo especial de candidatos surdos para o curso de graduação em Letras-Libras da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). O ingresso será no segundo semestre de 2023 e três vagas estão disponíveis. Não haverá cobrança de taxa de inscrição. As candidaturas poderão ser efetuadas entre 1º e 19 de junho de 2023.

Podem se inscrever, candidatos surdos que tenham participado da edição de 2022 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e que tenham obtido nota diferente de zero na redação. Também é preciso comprovar, por meio de laudo especializado, o atendimento dos requisitos para ser considerado como pessoa com deficiência auditiva, como aponta o **edital completo**.

Para se inscrever, é necessário, primeiramente, baixar o formulário do requerimento de inscrição disponibilizado no **site da Copese**. O requerimento (inscrito e assinado pelo candidato) é um dos documentos que devem ser enviados em formato digitalizado para o e-mail copese@ufjf.br. O envio deve ser feito entre os dias 1º de junho e 19 de junho. No **edital**, é possível conferir outras informações sobre a documentação a ser enviada por e-mail nesta fase.

A seleção dos candidatos inscritos será realizada com base na ordem decrescente do resultado final obtido no Enem 2022. Em caso de empate no resultado final, a classificação se dará com base nas notas alcançadas nas seguintes provas, pela ordem: Redação; Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias.

O resultado final será divulgado a partir das 15h do dia 26 de junho de 2023, no [site da Copese](#). Eventuais alterações no processo seletivo especial serão divulgadas no mesmo site. O processo de matrícula acontecerá em duas fases e as devidas orientações serão publicadas nas páginas da Copese e da [Coordenação de Assuntos e Registros Acadêmicos \(Cdara\)](#).

Confira o cronograma completo e demais informações no [edital do processo seletivo especial](#).
<https://youtu.be/LAzFPP4YNz8>

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/05/31/ufjf-abre-processo-seletivo-para-pessoas-surdas-no-curso-de-letras-libras/>

JUNHO

7 DE JUNHO DE 2023

Desigualdades raciais existentes no ambiente urbano é tema de palestra

... O Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGEO-UFJF), através do Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NuGea), recebem no dia 14 de junho a palestra “Quintais e suas ressignificações: formas de habitar e resistir no espaço urbano”, que será realizada pela professora Rita Montezuma, da Universidade Federal Fluminense (UFF). O evento acontece no auditório do Instituto de Ciências Humanas (ICH), às 19h.

Segundo a coordenadora do NuGea, professora Clarice Cassab, a palestra pretende articular três eixos: natureza, cidade e racismo para pensar como as desigualdades raciais estão presentes na cidade e no espaço urbano. Além disso, temas como racismo ambiental atravessam a discussão.

“Pensar a relação sociedade-natureza a partir da perspectiva do racismo ambiental descortina a dimensão racial desigual no que se refere ao acesso aos recursos e riscos ambientais. Ou seja, explícita o quanto as injustiças ambientais e os riscos ambientais recaem sobretudo sobre a população negra. Nesta medida, traz à tona a dimensão racial e o racismo como componentes da produção do espaço do ponto de vista ambiental”, explica Clarice.

De acordo com a coordenadora do Nugea, ao pensar em áreas de riscos e classes socioeconômicas, é possível ver uma relação entre localização e distribuição da sociedade por renda no território. Porém, ainda não é o suficiente para compreender o tamanho social dos riscos ambientais.

Clarice exemplifica o caso dos deslizamentos de terra ocorridos em Brumadinho e Mariana, que segundo a professora, são crimes ambientais a partir da chave do racismo ambiental. “Basta, por exemplo, considerarmos que, entre os mortos e desaparecidos, a grande maioria se declarou como não brancos. Eram eles que residiam mais próximos à barragem, portanto, mais sujeitos ao risco do rompimento,” pontua. Ela ainda relata que pessoas pretas são a maioria dos residentes em áreas de maior risco ambiental, morando próximo a lixões, encostas, áreas de inundação e fábricas poluentes.

A palestra é aberta ao público e não é preciso realizar inscrição prévia. A atividade é organizada pelo Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NuGea), núcleo de pesquisa vinculado ao PPGeo-UFJF e faz parte da disciplina “A produção do espaço urbano” ministrada pela professora Clarice Cassab e pelo professor Wagner Batella no Programa de Pós-graduação em Geografia.

A temática dialoga com temas de pesquisa de dissertação de alguns dos discentes que estão cursando a disciplina. Não haverá inscrição e, portanto, também não terá emissão de certificado.

A palestrante

A professora Rita Montezuma tem desenvolvido pesquisas e ações no campo das Geografias Negras pensando na natureza, cidade e racismo. Além disso, é docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF, formada em Biologia com doutorado em Geografia. Também trabalha com temáticas relacionadas às Geografias Negras, conflitos socioambientais, ecologia da paisagem e biogeografia urbana.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/06/07/desigualdades-raciais-existent-no-ambiente-urbano-e-te-ma-de-palestra/>

14 DE JUNHO DE 2023

Diaaf promove curso de formação para bancas e comissão de heteroidentificação

Termina na próxima terça-feira, 20, o prazo de inscrições para o curso de Formação para Bancas e Comissão de Heteroidentificação na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), promovido pela Diretoria de Ações Afirmativas (Diaaf). O objetivo é a capacitação de membros, visando o aperfeiçoamento no processo de heteroidentificação, exigido para homologação das autodeclarações dos candidatos negros nos processos seletivos e concursos da UFJF.

O curso é destinado a membros atuais das bancas e comissão de heteroidentificação da UFJF. Também podem participar pessoas interessadas em integrar bancas de heteroidentificação da Universidade. Neste caso, o público terá ambiente virtual destinado à discussão da temática a ser apresentada a cada semana, e participação na atividade presencial, última etapa, visando o aperfeiçoamento no processo de heteroidentificação. A capacitação ainda é voltada para docentes, discentes e técnico-administrativos em Educação (TAEs) de outras instituições; e para pessoas vinculadas a movimentos sociais negros e coletivos negros, interessados na temática.

São quatro atividades on-line e uma presencial, com expositores convidados de outras instituições superiores que trabalham com ações afirmativas e heteroidentificação. As inscrições podem ser feitas através de [formulário eletrônico](#). O link das aulas será enviado aos inscritos. As atividades têm início nesta terça, 20 de junho.

Todos os participantes recebem certificado de conclusão do curso. Porém, para integrar as bancas de heteroidentificação da UFJF, além do acompanhamento on-line, também será exigida a participação na oficina presencial.

Cronograma

A memória da escravidão e as políticas de reparação no Brasil

20 de junho, terça, 17h às 19h – on-line.

Abertura: Reitoria.

Fernanda do Nascimento Thomaz – UFJF.

Coordenadora-Geral da “Memória e Verdade da Escravidão e do Tráfico Transatlântico de Pessoas Escravizadas no Ministério dos Direitos Humanos”; doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF); Pós-doutora pelo Institute of African Studies da University of Ibadan, na Nigéria e pelo Max Planck Institute, na Alemanha.

As cotas raciais e a heteroidentificação nas universidades brasileiras

27 de junho, terça, 17h às 19h – on-line.

Sales Augusto dos Santos – UFV.

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa (UFV); doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB); Pós-doutor pelo Department of African & African Diaspora Studies (Daads) at the University of Wisconsin Milwaukee (UWM) (2019-2020) e pelo Department of Africana Studies at Brown University (2012-2013). Membro da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), da Latin American Studies Association (Lasa) e da Brazilian Studies Association (Brasa).

Letramento racial como fundamento para as comissões de heteroidentificação

4 de julho, terça, 17h às 19h – on-line.

Rosana Machado de Souza – IF Sudeste MG.

Pró-Reitora de Extensão do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais e membro do GT Ações Afirmativas da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Mestre em Artes pela UFMG.

A heteroidentificação como um direito para a efetivação das cotas à população negra

11 de julho, terça, 17h às 19h – on-line.

Delton Aparecido Felipe – UEM.

Coordenador do Observatório e Agência de Impacto de Cotas Raciais da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN); professor do Departamento de História e do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM); doutor em Educação; e pós-doutor em História pela UEM.

Oficina de verificação das autodeclarações raciais

Julvan Moreira de Oliveira – UFJF.

Diretor de Ações Afirmativas da UFJF; professor do Departamento e do Programa de Pós-graduação em Educação da UFJF; doutor em Educação pela USP.

– 18 de julho, terça, 15h às 17h. Campus JF (Juiz de Fora) – presencial.

– 20 de julho, quinta, Campus GV (Governador Valadares) – presencial.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/06/14/diaaf-promove-curso-de-formacao-para-bancas-e-comissao-de-heteroidentificacao/>

20 DE JUNHO DE 2023

Palestra em libras trata sobre cuidados com a saúde

A dificuldade de acesso a serviços de saúde é uma realidade difícil vivida pela comunidade surda, devido à barreira de comunicação e ao despreparo de profissionais. Nesse sentido, o projeto de

extensão “Libras e Saúde: acessibilidade no atendimento clínico” e o curso “Enfermagem em Libras” vêm provendo atividades para enfrentar esses desafios.

No próximo dia 23, às 19h, a comunidade surda, profissionais de saúde e demais interessados poderão saber mais sobre o tema no evento “Educação em saúde: promovendo o cuidado com a equipe da Enfermagem em Libras”. A atividade é realizada em parceria com a Associação dos Surdos de Juiz de Fora, e acontece no Anfiteatro da Faculdade de Letras, no campus.

Todo o evento terá interpretação em libras e os assuntos estão ligados aos hábitos de vida saudáveis, cânceres de mama, colo de útero e próstata, pressão arterial, diabetes e a importância da avaliação periódica.

A professora do Departamento de Letras Estrangeiras Modernas, Carla Couto, explica que os usuários atendidos pela Associação dos Surdos de Juiz de Fora trouxeram essa demanda, preocupados em ter um envelhecimento saudável. Assim, as informações terão como foco a prevenção de doenças, cuidados com a alimentação e atividades físicas. “Através da coleta de vários depoimentos com esses pacientes surdos, viu-se a necessidade para que nós tratássemos este assunto dentro da palestra para que haja essa acessibilidade linguística.” <https://youtu.be/hzTQiwrrwOIg>

Ela comenta que, mesmo havendo amplas campanhas de divulgação sobre alimentação e cuidados com a saúde, há pouco conteúdo deste tipo em libras. “Acredito que a primeira medida é ampliar o ensino de libras dentro dos cursos de formação da área da saúde.”

A professora adjunta do Departamento de Enfermagem Básica, Marluce Rodrigues Godinho, acrescenta que “é necessário fazer a capacitação dos profissionais da enfermagem para atender a comunidade surda através do curso de libras. Muitas das vezes, esses pacientes não conseguem ser atendidos porque ninguém sabe se comunicar com eles”. Muitos surdos utilizam exclusivamente a libras, não sabem ler em português, o que dificulta o relato enquanto pacientes e o contato com enfermeiros, médicos e outros profissionais.

O evento é realizado em parceria entre as faculdades de Enfermagem e de Letras. As inscrições podem ser feitas até 12h do dia 21 de junho **através do link**, ou por meio do envio de um vídeo em Libras com nome e e-mail do inscrito para o Whatsapp (32) 98847-8969.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/06/20/palestra-em-libras-trata-sobre-cuidados-com-a-saude/>

22 DE JUNHO DE 2023

Cátedra da UFJF participa de Plano Municipal para a População Migrante, Refugiada, Apátrida e Retornada



A prefeitura de Juiz de Fora assinou, no último dia 20, o Plano Municipal de Políticas para a População Migrante, Refugiada, Apátrida e Retornada. A construção do documento teve participação ativa da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVM) na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

A assinatura do Plano institucionaliza e legitima as políticas públicas voltadas para a população em situação de migração forçada, com o comprometimento na construção de planos e ações de curto, médio e longo prazo na articulação entre as instituições e setores envolvidos. Dessa forma, impede a violação de direitos, garante o respeito à diversidade, além de permitir o acesso aos serviços públicos do município.

De acordo com o vice-coordenador da CSVM/UFJF, Alexandre Cadilhe, foram dois anos de trabalho de construção democrática na busca por ações e reflexões, além da possibilidade de abrir parcerias e financiamentos para que a população migrante pudesse ter um maior acolhimento ao pisar em terras juiz-foranas. Também participaram do Plano, a Secretaria de Direitos Humanos, Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Agência da ONU para Refugiados (Acnur).

“Isso é um indicativo do papel desempenhado pela Universidade e pela Cátedra Sérgio Vieira de Melo na participação da construção de políticas públicas para Juiz de Fora e toda região da Zona da Mata.”

De acordo com a Prefeitura, Juiz de Fora é a primeira cidade do Estado de Minas Gerais e a quarta no Brasil a ter um plano neste sentido. Além disso, foi anunciado pela Secretaria de Recursos Humanos que a cidade irá receber o repasse do Governo Federal de R\$304 mil reais para ações emergenciais focadas no migrante. A verba é do Fundo Nacional de Assistência Social. O plano é fruto do **Decreto N° 14.900**, no qual é instituída a Política Municipal para a População Migrante. <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/06/22/catedra-da-ufjf-participa-de-plano-municipal-de-politicas-para-a-populacao-migrante-refugiada-apatrida-e-retornada/>

26 DE JUNHO DE 2023

Nugea promove palestra sobre gênero e espaço público

O Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (Nugea) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) realiza, nesta quinta, 29, às 14h, a palestra “Gênero e Espaço Público”, ministrada pela professora do Departamento de Geografia da instituição, Helena Rizzatti. O evento, em parceria com a Prefeitura de Juiz de Fora, acontece na Casa da Mulher, é gratuito e não exige inscrição prévia.

A palestra é voltada para as pessoas assistidas pela Casa da Mulher e para o público em geral. O objetivo é promover troca de saberes e produção de conhecimento a respeito dos processos desiguais de apropriação da cidade pelas mulheres. A atividade acontece no âmbito do projeto de extensão “Ágora: Cidade e Política de Juiz de Fora” e está em sua terceira edição.

Segundo a coordenadora do Nugea, professora Clarice Cassab, o projeto busca desenvolver atividades nos mais diversos espaços de Juiz de Fora em busca de diálogo com a comunidade. O tema a ser abordado nesta quinta, segundo ela, é justamente como a cidade é produzida a partir de uma dimensão generificada em que a forma de uso, a apropriação e a circulação das mulheres pelo espaço público é atravessada pelo marcador de gênero.

A Casa da Mulher fica localizada na Avenida Garibaldi Campinhos, 169, no bairro Vitorino Braga. <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/06/26/nugea-promove-palestra-sobre-genero-e-espaco-publico/>

26 DE JUNHO DE 2023

UFJF divulga resultado da seleção para alunos surdos ao curso de Letras-Libras

A Coordenação Geral de Processos Seletivos (Copese) divulgou nesta segunda-feira, 26, o resultado do processo seletivo especial para candidatos surdos ao curso de Letras-Libras. Os selecionados devem realizar a pré-matrícula on-line até o dia 28 de junho, no site da [Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos \(Cdara\)](#).

Confira a lista de selecionados [neste link](#). Os aprovados devem enviar a documentação exigida na matrícula entre os dias 11 e 14 de julho. Confira o vídeo explicativo. <https://youtu.be/p6n92KEZEEs>

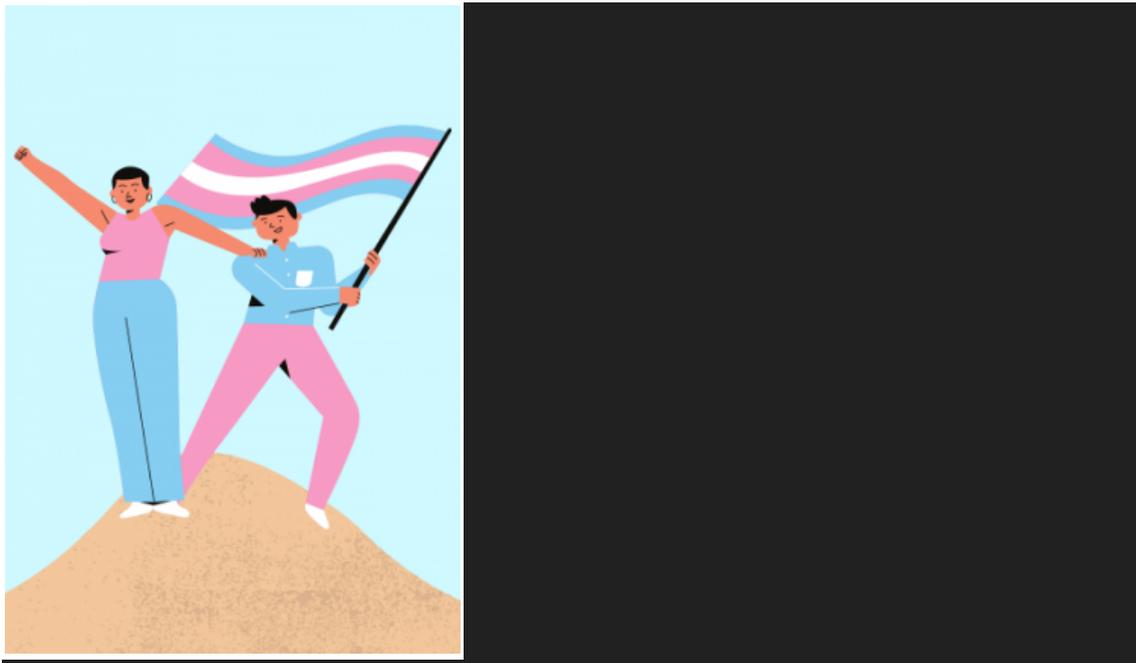
<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/06/26/ufjf-divulga-resultado-da-selecao-para-alunos-surdos-ao-curso-de-letras-libras/>

27 DE JUNHO DE 2023

HU-UFJF amplia atendimento a transexuais e travestis com nova certificação

Em um avanço para a saúde e a inclusão de gênero, o Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora (HU-UFJF, sob gestão da Ebserh) recebeu autorização oficial para operar como Serviço de Atenção Especializada no Processo Transexualizador. A novidade vem graças à portaria nº 733 do Ministério da Saúde, publicada em 16 de junho. Com a certificação, o HU-UFJF não só pode realizar cirurgias, para as quais já estava habilitado desde março deste ano, mas também procedimentos clínicos, ampliando o alcance do cuidado oferecido.

“O HU-UFJF, hospital de ensino, reforça seu compromisso de ampliar e aprimorar a atenção à saúde e a linha de cuidado da população em diversidade de gênero, pessoas transexuais e travestis. Uma das suas missões é prestar assistência integral e de qualidade aos usuários do Sistema Único de Saúde, o SUS”, afirma o superintendente do Hospital Universitário, Dimas Araújo.



Em uma medida que redefine o Processo Transexualizador no SUS, a Portaria Nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, estabelece diretrizes de assistência que garantem a integralidade da atenção a transexuais e travestis. Ela expande o foco do cuidado para além das cirurgias de transgenitalização e outras intervenções somáticas, abordando o cuidado de maneira mais completa e inclusiva.

Essa assistência deve ser fornecida por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar; o superintendente ainda assegura que a portaria promove a conscientização de todos os profissionais e usuários da unidade de saúde para o respeito às diferenças e à dignidade humana em todos os níveis de atenção.

O hospital ainda que, no momento, ainda não há uma data definida para o início desses atendimentos e procedimentos cirúrgicos, uma vez que a habilitação é recente. O passo seguinte é realizar um levantamento abrangente das necessidades de cada serviço dentro da instituição e entender as demandas externas que emergem de toda a rede de saúde.

Estruturação

A estrutura de atendimento do Serviço de Atenção Especializada no Processo Transexualizador inclui os procedimentos de retirada de mama, útero, ovário e trompas, além de hormonioterapia,

implantação de próteses e cirurgias plásticas de reconstrução. Essas adições serão implementadas de maneira gradual, respeitando a individualidade de cada paciente e a capacidade da instituição.



Para oferecer essas inovações, que serão ofertadas gratuitamente pelo SUS, o HU-UFJF está montando as estruturas para os novos serviços. O chefe do Setor de Apoio Diagnóstico e Terapêutico, Marcos Nunes, explica a estratégia: “O trabalho será dividido em três frentes: o estabelecimento de um fluxo de atendimento, a organização das listas de espera internas e externas, além de capacitação das equipes médicas, multiprofissionais e de apoio.”

A regulação de todos os atendimentos será realizada pelo município de Juiz de Fora, gestor do SUS. Segundo Nunes, a proposta é criar uma agenda específica que será preenchida pelo gestor e gerenciada pela equipe multiprofissional do HU. Esta equipe terá a tarefa de acolhimento inicial e de encaminhamento para as demais áreas envolvidas, sejam elas clínicas ou cirúrgicas.

Essas equipes multiprofissionais – compostas por psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros e fisioterapeutas, além do Grupo de Humanização, Comunicação e Ouvidoria – são responsáveis por promover diversas ações de acolhimento e capacitação com os colaboradores do HU. Além disso, também ocorrerá uma troca de experiências com outras instituições. No próximo mês, em julho, representantes da equipe médica viajam para o Rio Grande do Sul para uma atividade de capacitação e aprendizado conjunto.

A chefe da Unidade Multiprofissional, a psicóloga Priscilla Noé, garante que o acolhimento feito pelas equipes multiprofissionais no ambulatório está previsto para ocorrer durante toda a estadia dos pacientes na ala cirúrgica do Hospital, fornecendo o suporte necessário e promovendo um cuidado integral aos usuários. Ela ainda complementa que a instituição planeja desenvolver ações educativas voltadas para professores, preceptores, residentes, alunos, pacientes e toda a comunidade que

interage com o centro de referência, incluindo representantes do movimento LGBTQIAP+.

<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/06/27/ufjf-amplia-atendimento-a-transexuais-e-travestis-com-nova-certificacao/>

27 DE JUNHO DE 2023

Representatividade LGBTQIAPN+ em pesquisas importa SIM!



Lembrado como sinônimo de luta pela liberdade de expressão e pela possibilidade de que os corpos sejam livres dos estigmas sociais, no mês de junho é comemorado o Dia do Orgulho LGBTQIAPN+. Para celebrar a diversidade, a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) conversou com alguns mestrandos e doutorandos que pesquisam sobre temáticas relacionadas à comunidade para ampliar os diálogos dentro da Instituição.

O Dia do Orgulho LGBTQIAPN+ – criado e celebrado em 28 de junho em homenagem a um dos episódios mais marcantes na luta da comunidade pelos seus direitos: a Rebelião de Stonewall Inn, em 1969 – trouxe avanços em relação à causa no mundo todo, mas ainda há muito a ser feito sobre oportunidades, educação, saúde e políticas públicas de assistência a essa parcela da população.

No Brasil, entre os anos de 1830 e 2000, em âmbito federal, havia apenas cinco leis que tratavam da temática, entre elas, a que deixou de tratar a homossexualidade como doença.

Com a chegada dos anos 2000, a legislação passou a abranger mais grupos e repensar questões como, por exemplo, a adoção de crianças por pais e mães homossexuais, a permissão para o casamento entre pessoas do mesmo sexo, os preconceitos contra os LGBTQIAPN+ passaram a ser considerados crimes – mesmo que seja enquadrado junto à lei de racismo, o Sistema Único de

Saúde (SUS) passou a oferecer gratuitamente a operação de redesignação de sexo, entre outras mais de 30 leis federais que buscam paridade e inserção da comunidade no campo social.

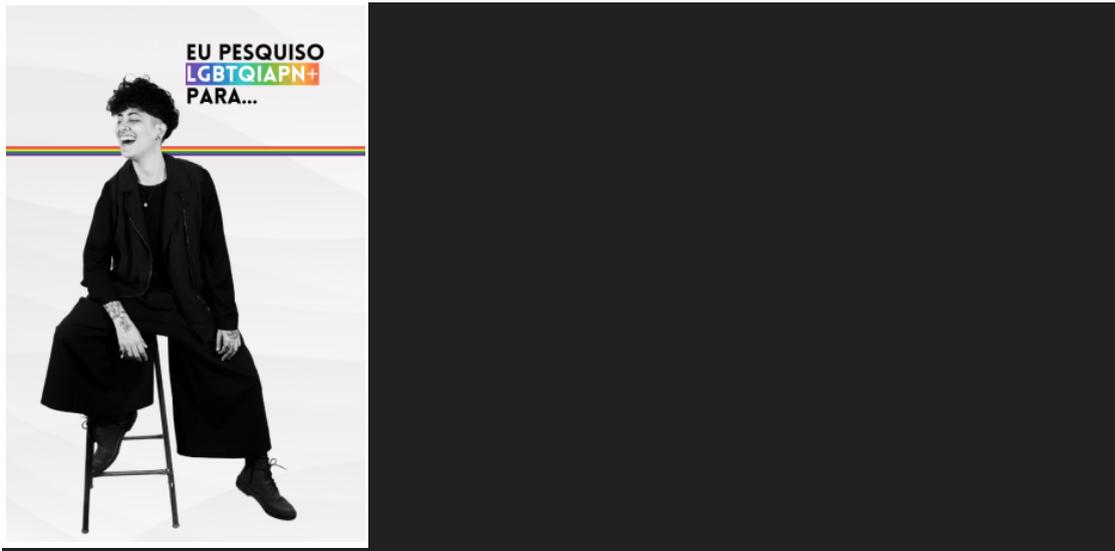
Apesar do avanço na legislação, muitas causas ainda não foram ganhas pela comunidade LGBTQIAPN+ no contexto brasileiro, em decorrência do conservadorismo de grande parcela da população, que tem ganhado mais vozes no cenário político. Segundo o relatório divulgado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), em 2022, pelo décimo quarto ano seguido, o Brasil continua ocupando o primeiro lugar no desrespeito e na violência contra pessoas trans.

Além disso, dossiê do Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+, divulgado em 2023, aponta que uma pessoa LGBTI+ foi assassinada a cada 32 horas no Brasil.

“Em 2020, o total de mortes LGBTI+ registradas pelo observatório foi de 237, em 2021 foi de 316, e em 2022, foram 273 casos de crimes de ódio. Mas é importante ressaltar que, apesar desse número já representar a grande perda de pessoas, apenas por sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, temos indícios para presumir que esses dados ainda são subnotificados no Brasil. Afinal, a ausência de dados governamentais e a utilização de informações disponíveis na mídia apontam para uma limitação metodológica de nossa pesquisa”, destaca o relatório.

Em um cenário de tantos estigmas, a campanha “Eu estudo LGBTQIAPN+...”, produzida pela UFJF, tem o objetivo de compreender como a educação e as oportunidades se tornam possibilidades para que as reivindicações por reconhecimento, direitos e uma forma para que Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Travestis, *Queers*, Intersexos, Agêneros e Assexuais, Pansexuais e Não Binárias se encaixem (ou não) em uma forma de se viver no mundo.

Entre os trabalhos desenvolvidos na UFJF, as pesquisas variam e abordam temas como a participação de pessoas intersexuais no esporte, os corpos LGBTs no sistema prisional de Minas Gerais, os vestires lésbicos e bissexuais, a representação e a representatividade de pessoas LGBTQIAPN+, as trajetórias e avanços relacionados à inserção de pessoas transgêneras na sociedade, memórias de pessoas *queer* durante a pandemia, entre outros assuntos que convergem em direção às vivências e experiências de membros da comunidade.



Vestires e memórias

Entre as pesquisas desenvolvidas na UFJF, muitos questionamentos se fazem presentes, por exemplo, como lésbicas e mulheres bissexuais se vestiram na história para contribuir para a preservação da memória de modos de vida LGBTQIAPN+ e de suas práticas criativas de existência e resistência no Brasil.

O projeto “Histórias de vestires sáfcos: espaços de sociabilidade e construção da aparência”, desenvolvido pela doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens (PPGACL), Natália Epaminondas, observa as imbricações entre gênero e sexualidade na construção da aparência e do vestir de pessoas com práticas sáfcas na história recente. “Será baseado em diálogos com interlocutores autoidentificadas no espectro sáfico (lésbicas, bissexuais e outras identidades correlatas) na faixa etária de 55 anos ou mais, se possível acompanhados de seus acervos fotográficos pessoais.”

Partindo do entrelaçamento dos estudos da moda com teorias de gênero, a pesquisa explora o tensionamento da moda enquanto tecnologia de gênero e das práticas de vestir como ferramentas de resistência.

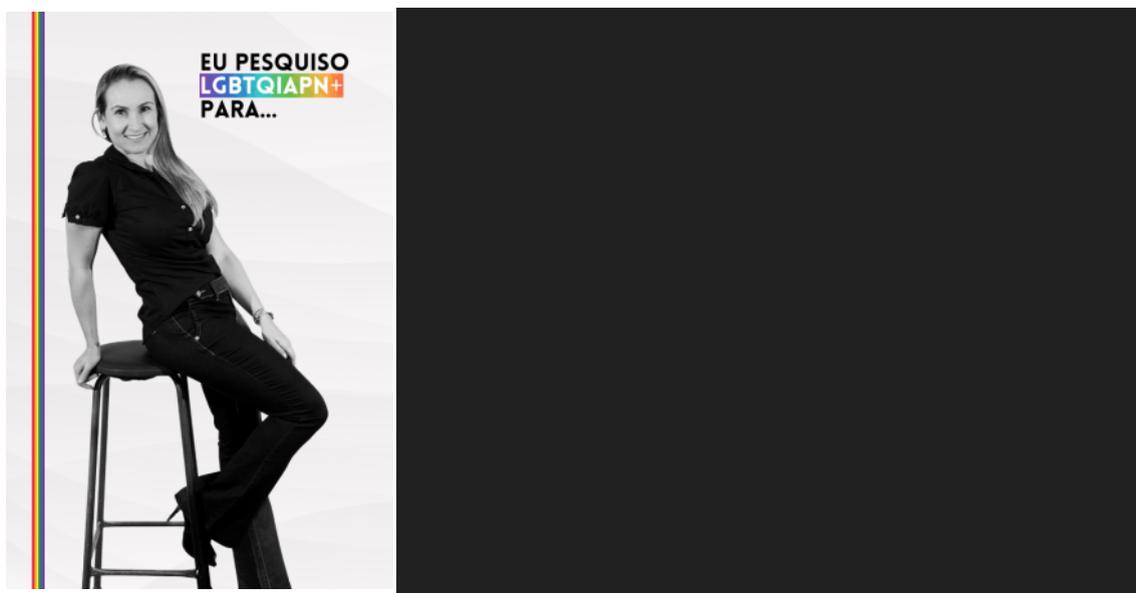
“Esta pesquisa intenciona apontar caminhos de enriquecimento da discussão sobre os mecanismos de produção de gênero no Brasil, além de oferecer instrumentos para os estudos brasileiros de moda

e da história do vestuário, com o fim de complexificar e enriquecer suas narrativas com mais pontos de vistas e mais materiais produzidos por narrativas não hegemônicas”, ressalta a pesquisadora.

Além disso, Natália ainda aponta que apesar de haver um número considerável de pesquisas nas áreas de ciências humanas e sociais sobre histórias de grupos de lésbicas no Brasil, não foram encontrados estudos focados na importância das aparências e do vestir para tais grupos, bem como seus experimentos com feminilidades e masculinidades que tensionam os limites das concepções de gênero no país.

Intersexo

Segundo uma estimativa de 2017, do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), entre 0,5 e 1,7% da população mundial é intersexo, o que pode significar até 3,5 milhões de pessoas apenas no Brasil, percentual que se assemelha ao de pessoas ruivas no país. Tais dados fizeram com que a doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Bruna Chaves, se interessasse pelo tema.

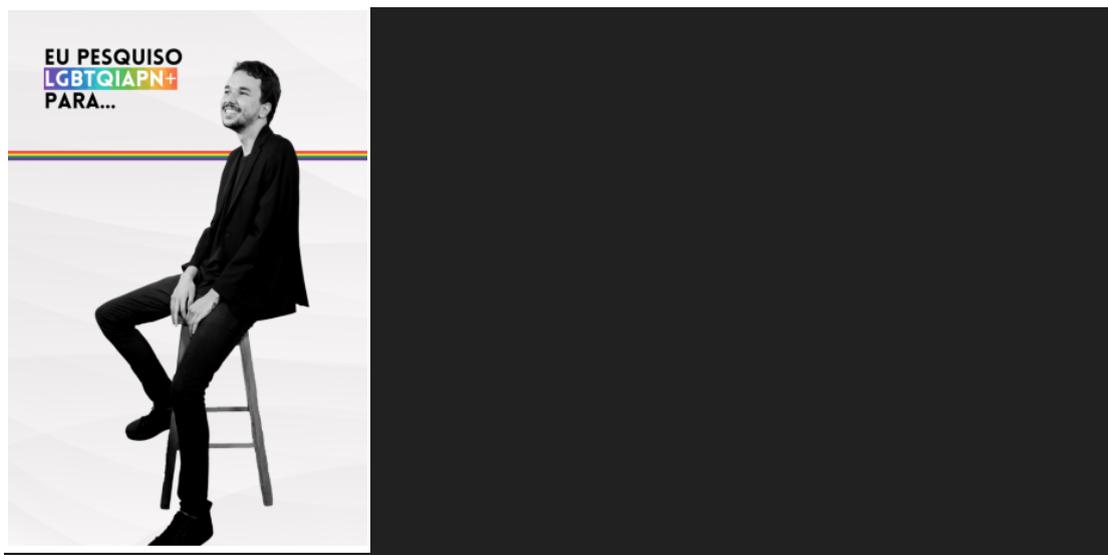


Apesar de não ser membro da comunidade LGBTQIAPN+, Bruna questiona, por meio de sua pesquisa, a presença de pessoas intersexo no esporte, tendo como foco contribuir na luta dessa

população por visibilidade e reconhecimento dentro da sociedade, e mais especificamente, no desporto.

No desenvolvimento da pesquisa “Pessoas intersexo e os esportes amador de alto rendimento”, a doutoranda explica que o termo intersexo é usado para designar variedades de condições congênitas em que a anatomia, em suas múltiplas camadas – genitais, gonadais, hormonais, cromossômicas e moleculares – não se conformam com o padrão de masculinidade e feminilidade entendidos como típicos para homens e mulheres. “Essas variações intersexuais são chamadas de Diferenças do Desenvolvimento Sexual (DDS) e podem ser descobertas em diferentes fases da vida”, explica Bruna. [Outras informações sobre pessoas intersexo podem ser encontradas na Associação Brasileira de intersexo \(Abrai\).](#)

História de existência e resistência



Entre os pesquisadores engajados na temática, o doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCom), Maurício João Vieira Filho, tem estudado as discussões sobre gênero, sexualidade e corpos, a partir do ponto de vista comunicacional, como forma de questionar marcadores sociais com base nos acionamentos teórico-políticos da teoria *queer*.

Durante a construção da tese intitulada “Memórias das queerrentenas: narrativas de vidas LGBTQIA+ de (re)existência e resistência na pandemia de Covid-19 no Brasil”, Vieira Filho busca compreender como experiências da pandemia de Covid-19 são rememoradas por pessoas

LGBTQIA+ ao narrar a própria vida e que sentidos são atribuídos por elas para questões de gênero e sexualidade no contemporâneo. “O interesse em desenvolver essa tese começou em meio ao luto por quase 700 mil brasileiras e brasileiros que morreram em razão das complicações da Covid-19, vítimas da negligência governamental.”

Entre as motivações para a construção da pesquisa, o doutorando considera as vulnerabilidades que se enrijeceram junto às condições de precariedade, o que agravou as dificuldades na vida dos membros da comunidade, como, por exemplo, problemas financeiros, falta de redes de sociabilidade, opressões dentro de casa, dificuldades de acesso ao ensino, à educação e à saúde, entre outros marcadores.

“Eu pesquiso questões LGBTQIAPN+ porque a pandemia de Covid-19 agravou as desigualdades para as pessoas. Estudar as narrativas escritas por elas nesse momento permite perceber como as reivindicações por reconhecimento são demarcadas e como as normas de gênero e sexualidade — e tantas outras que atravessam quem somos — tentam constantemente atribuir como se deve ser e viver no mundo”, pontua.

O doutorando ainda destaca que é imprescindível evidenciar os obstáculos do isolamento social para a comunidade LGBTQIAPN+ e tudo o que foi vivido com a Covid-19. “Estudar esse tema é difícil, mas é um meio de construir redes de potência política e de articular insurgências para problematizar as relações de poder.”

Representação e representatividade



Na contemporaneidade, os conceitos de representação e a representatividade LGBTQIAPN+ têm ganhado espaço em muitas pesquisas e discussões que permeiam os olhares das Ciências Humanas e das Sociais Aplicadas. Diante de um novo cenário, contemplado por corpos, cada vez mais políticos, o mestrando pelo PPGCom, Breno Motta, traz um novo olhar sobre em que medida a presença de corpos LGBTQIAPN+ e outros e outras teria influenciado mudanças na forma de tratamento das discussões em torno de sexualidade e gênero em um atração televisiva.

A pesquisa também traz novos contornos, quando aponta que o programa de TV “Amor & Sexo” criou pontes com a academia universitária ao convidar professores e pesquisadores de instituições públicas de ensino para debater pautas como feminismo, racismo, LGBTQIA+fobia e lançar um olhar mais atento para os grupos ditos como minoritários. “Considero que a minha dissertação é uma maneira de lançar luz à cultura da grande mídia, que pode (e deve) oferecer material que contribua para que as pessoas (re)construam seu senso de classe, de etnia, de raça, de nacionalidade, de sexualidade, de gênero”, enfatiza o mestrando. <https://youtu.be/wb9cD0VkJDg>

Vivências de Transexualidade



“No mestrado resolvi me jogar em um campo de pesquisa que, desde a infância, sempre me intrigou: as vivências da transexualidade. E, deixo isso explicado já na introdução da dissertação, como isso me instigava e me tocava desde criança”, explicou o recém-mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Samuel Moreira de Araujo.

De acordo com uma pesquisa desenvolvida pela Faculdade de Medicina da Universidade Estadual Paulista (FMB/Unesp), cerca de 1,9% da população adulta brasileira, ou aproximadamente 4 milhões de pessoas, são transgênero e não binárias, o que representa um quantitativo significativo e a construção de uma nova configuração de sociedade. Nesse cenário, a pesquisa “**As trajetórias escolares de homens trans: da educação básica ao ensino superior**” teve como motivação conhecer histórias de homens transexuais de Juiz de Fora e suas vivências ao longo da Educação Básica, nas aulas de Educação Física.

De acordo com Araujo, a pesquisa mostrou muito mais que somente o contexto dessas aulas, questões sobre nome social, trabalho, banheiro, família, entre outros indicadores. “A dissertação contribuiu para nossa cidade no sentido de mostrar que a realidade de Juiz de Fora não é diferente da maioria do país: a transfobia segue marcando negativamente as vivências escolares dos homens trans. Tivemos avanços em políticas educativas, mas não em sua aplicação e, em alguns casos, grande desconhecimento dos atores educacionais.”

Corpos públicos



Partindo de um ponto de vista de retrocessos sobre direitos humanos no Brasil, em decorrência das políticas de austeridade cunhadas na manutenção da acumulação capitalista, a mestrandia em Serviço Social, Sidnelly de Almeida, busca compreender como tem se desenvolvido a política penal brasileira voltada a dissidentes sexuais e de gênero.

A investigação “Corpos Públicos: Por uma analítica da política LGBTQIA+ no sistema penal” analisa a ocorrência de dez óbitos e os mais de sessenta casos de automutilação e tentativas de

autoextermínio de pessoas LGBTQIAPN+ na Penitenciária de São Joaquim de Bicas I – popularmente conhecida como Jason Albergaria -, que a partir de julho de 2021 se tornou exclusiva para essa parcela da população privada de liberdade no estado de Minas Gerais.

“A população LGBTQIAPN+ tem sido um dos grupos mais vulneráveis mediante tais retrocessos, na interseccionalidade entre raça, gênero, sexualidade e a privação de liberdade.” E segundo a pesquisadora, a pandemia da Covid-19 intensificou e explicitou “as mazelas institucionais que impactam diretamente a qualidade de vida e a sobrevivência dessa parcela da população”.

Além disso, a mestranda destaca que o trabalho busca provocar novos olhares sobre a privação de liberdade de grupos vulneráveis social e economicamente, possibilitando a emergência de novas perspectivas para atuação junto a pessoas que cometeram algum tipo de crime.

“Não somos corpos públicos, em que o estado possa deixar acontecer o que quiser. É mais que enfrentar o óbito em si, mas confrontar o abandono, a falta de itens básicos e do respeito à identidade e a orientação sexual. Ainda há as muitas violências legitimadas no nosso dia a dia, por isso temos que problematizar a categoria suicídio, principalmente em instituições que nos induzem ao sofrimento extremo o tempo todo”, pontua Sidnelly.

Miss Brasil Gay

Já o mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens (PPGACL), Paulo Rodrigues, pesquisou como o Miss Brasil Gay, existente há mais de 40 anos em Juiz de Fora, foi idealizado pelo cabeleireiro Chiquinho Mota. Durante a dissertação, buscou problematizar como as identidades sexuais e de gênero são construídas no concurso a partir das aparências, das roupas, perfumes, maquiagens, perucas e outros acessórios.

A dissertação “**Miss Brasil Gay Juiz de Fora: os trajés típicos e suas mulheres imaginadas de 2017 a 2019**” traz informações sobre como o evento foi retratado durante o período de análise, mas também tenta compreender, a partir da ideia de “montação” – termo utilizado dentro da comunidade LGBTQIAPN+ -, as referências e como são construídas as imagens de bichas e travestis.

Atualmente, o pesquisador faz doutorado sanduíche na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e observa como a cultura LGBTQIAPN+ brasileira é percebida pela comunidade portuguesa.
<https://www2.ufjf.br/noticias/2023/06/27/representatividade-lgbtqiapn-em-pesquisas-importa-sim/>